



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO
Estado do Rio de Janeiro
CONCURSO PÚBLICO 01/2025



RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PRELIMINAR E QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA

A Prefeitura Municipal de Belford Roxo/RJ e o Instituto de Avaliação Nacional - IAN, no uso de suas respectivas atribuições, CONSIDERANDO no Edital de Abertura, o item 1.4.1 com seus subitens e o Capítulo 12 com seus itens e subitens, e visando a atender os princípios norteadores da administração pública, TORNAM PÚBLICO O **RESULTADO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO PRELIMINAR E QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO 01/2025.**

Consultar a listagem anexa a este Edital (tecle simultaneamente as teclas “Ctrl + F” e a seguir digite o número de inscrição e pressione a tecla “enter”) ou na área do candidato (na aba “Recursos”)

Belford Roxo/RJ, 15 de outubro de 2025.

Sheila Boechat Ferreira
Secretário Municipal de Educação

Ronilton S. Loiola
Presidente do IAN
www.ian.org.br
concursobelfordroxo@ian.org.br

Edital - Concurso Público 001/2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO					
Resultado dos Recursos contra o Gabarito Preliminar e questões das Provas Objetivas (NÍVEL SUPERIOR COMPLETO)					
Código do recurso	Nº INSC	CANDIDATO	Vaga	Resposta do recurso	Status do recurso
34042	509887	ALICE ALVES MARQUES	PROFESSOR I ARTE	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32862	478535	AMANDA DA SILVA CARNEIRO	PROFESSOR I ARTE	Indeferido-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32864	478535	AMANDA DA SILVA CARNEIRO	PROFESSOR I ARTE	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32176	504038	ANGELA CRISTINA DOS SANTOS LOPES	PROFESSOR I ARTE	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32538	504038	ANGELA CRISTINA DOS SANTOS LOPES	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O Art Déco, surgido nos anos 1920, marcou presença no design gráfico, mobiliário, moda, cerâmica e arte funerária, com formas geométricas, linhas retas, ornamentos estilizados e materiais modernos, simbolizando conforto, praticidade e modernidade urbana. Art Nouveau: anterior ao Art Déco, com linhas curvas e inspiração na natureza. Neoclássico: retorno às formas clássicas sem vínculo com a modernidade prática. Bauhaus: escola funcionalista, sem ornamentos, distinta do decorativismo do Art Déco.	Indeferido
33290	518047	CAMILA MOTA DA SILVA	PROFESSOR I ARTE	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33417	515435	ELIANE DA COSTA LOPES	PROFESSOR I ARTE	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33579	482168	EMILIA DE LIMA VIRGINIO	PROFESSOR I ARTE	Gabarito alterado. Prova A – Gabarito letra C Prova B – Gabarito letra D A questão trata de uma abordagem que simplifica e reorganiza a realidade, mantendo algum grau de representação (figuratividade) e assumindo um caráter subjetivo. A abstração figurativa representa formas reconhecíveis, mas as estiliza ou simplifica, mantendo vínculos com o objeto real, porém filtrados pela subjetividade do artista.	Deferido

33210	498980	ERICA DRIELE MARINS DE LIMA FERREIRA	PROFESSOR I ARTE	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32318	510595	ERICSON CELESTINO XAVIER	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A alternativa está correta dentro do contexto da linguagem objetiva e pedagógica exigida para uma prova de concurso. O uso da expressão "letras cursivas" não afirma exclusividade, mas ilustra um traço comum do tag style, que se caracteriza por letras estilizadas, rápidas e fluidas, muitas vezes com aparência cursiva. A simplificação adotada não compromete o entendimento, nem torna a questão inválida, pois as demais alternativas apresentam erros claros e conceituais. Assim, mantém-se o gabarito.	Indeferido
31506	510595	ERICSON CELESTINO XAVIER	PROFESSOR I ARTE	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31582	510595	ERICSON CELESTINO XAVIER	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O enunciado destaca o ato de produzir como aspecto central, característica própria da arte processual, que valoriza o processo criativo mais do que o resultado final.	Indeferido
31597	510595	ERICSON CELESTINO XAVIER	PROFESSOR I ARTE	Gabarito alterado. Prova A – Gabarito letra C Prova B – Gabarito letra D A questão trata de uma abordagem que simplifica e reorganiza a realidade, mantendo algum grau de representação (figuratividade) e assumindo um caráter subjetivo. A abstração figurativa representa formas reconhecíveis, mas as estiliza ou simplifica, mantendo vínculos com o objeto real, porém filtrados pela subjetividade do artista.	Deferido
31621	510595	ERICSON CELESTINO XAVIER	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A repetição não exige duplicação exata para criar harmonia visual. Na arte e no design, padrões repetitivos podem variar em forma, cor, tamanho ou intervalo, mantendo ainda assim o equilíbrio e a harmonia visual. O importante é a percepção de unidade entre os elementos, e não a reprodução mecânica ou idêntica.	Indeferido
31638	510595	ERICSON CELESTINO XAVIER	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O recurso não merece prosperar, pois a alternativa (D) está de acordo com o conteúdo do poema, que propõe romper com o olhar convencional e elaborar sentidos além do aparente. A questão apresenta clareza e permite a identificação objetiva da resposta correta.	Indeferido

31699	510595	ERICSON CELESTINO XAVIER	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A frase “permitindo à Arte ser ela mesma” refere-se ao momento histórico em que a fotografia assumiu o papel de registrar fielmente a realidade. Isso libertou a arte da obrigação de representar o real, abrindo caminho para novas linguagens mais subjetivas e experimentais, como o Cubismo. O enunciado contextualiza explicitamente o surgimento do Cubismo nesse período, mencionando Picasso, Braque e Cézanne, e relacionando-o aos avanços tecnológicos e à difusão da fotografia.	Indeferido
33130	520938	EVELYN DE SOUZA BERNARDO	PROFESSOR I ARTE	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33134	520938	EVELYN DE SOUZA BERNARDO	PROFESSOR I ARTE	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33138	520938	EVELYN DE SOUZA BERNARDO	PROFESSOR I ARTE	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31485	487933	FABIANNO BAPTISTA SANTOS DA SILVA	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O Art Déco, surgido nos anos 1920, marcou presença no design gráfico, mobiliário, moda, cerâmica e arte funerária, com formas geométricas, linhas retas, ornamentos estilizados e materiais modernos, simbolizando conforto, praticidade e modernidade urbana. Art Nouveau: anterior ao Art Déco, com linhas curvas e inspiração na natureza. Neoclássico: retorno às formas clássicas sem vínculo com a modernidade prática. Bauhaus: escola funcionalista, sem ornamentos, distinta do decorativismo do Art Déco.	Indeferido
31508	487933	FABIANNO BAPTISTA SANTOS DA SILVA	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A frase “permitindo à Arte ser ela mesma” refere-se ao momento histórico em que a fotografia assumiu o papel de registrar fielmente a realidade. Isso libertou a arte da obrigação de representar o real, abrindo caminho para novas linguagens mais subjetivas e experimentais, como o Cubismo. O enunciado contextualiza explicitamente o surgimento do Cubismo nesse período, mencionando Picasso, Braque e Cézanne, e relacionando-o aos avanços tecnológicos e à difusão da fotografia.	Indeferido

32640	491881	FLAVIA SANTIAGO DE ALMEIDA COELHO	PROFESSOR I ARTE	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33572	491881	FLAVIA SANTIAGO DE ALMEIDA COELHO	PROFESSOR I ARTE	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33653	491881	FLAVIA SANTIAGO DE ALMEIDA COELHO	PROFESSOR I ARTE	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31689	514348	IGOR GABRIEL DOS SANTOS AVELINO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O enunciado destaca o ato de produzir como aspecto central, característica própria da arte processual, que valoriza o processo criativo mais do que o resultado final.	Indeferido
31692	514348	IGOR GABRIEL DOS SANTOS AVELINO	PROFESSOR I ARTE	Gabarito alterado. Prova A – Gabarito letra C Prova B – Gabarito letra D A questão trata de uma abordagem que simplifica e reorganiza a realidade, mantendo algum grau de representação (figuratividade) e assumindo um caráter subjetivo. A abstração figurativa representa formas reconhecíveis, mas as estiliza ou simplifica, mantendo vínculos com o objeto real, porém filtrados pela subjetividade do artista.	Deferido
31695	514348	IGOR GABRIEL DOS SANTOS AVELINO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A frase “permitindo à Arte ser ela mesma” refere-se ao momento histórico em que a fotografia assumiu o papel de registrar fielmente a realidade. Isso libertou a arte da obrigação de representar o real, abrindo caminho para novas linguagens mais subjetivas e experimentais, como o Cubismo. O enunciado contextualiza explicitamente o surgimento do Cubismo nesse período, mencionando Picasso, Braque e Cézanne, e relacionando-o aos avanços tecnológicos e à difusão da fotografia.	Indeferido

31697	514348	IGOR GABRIEL DOS SANTOS AVELINO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O Art Déco, surgido nos anos 1920, marcou presença no design gráfico, mobiliário, moda, cerâmica e arte funerária, com formas geométricas, linhas retas, ornamentos estilizados e materiais modernos, simbolizando conforto, praticidade e modernidade urbana. Art Nouveau: anterior ao Art Déco, com linhas curvas e inspiração na natureza. Neoclássico: retorno às formas clássicas sem vínculo com a modernidade prática. Bauhaus: escola funcionalista, sem ornamentos, distinta do decorativismo do Art Déco.	Indeferido
33855	490017	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR I ARTE	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33861	490017	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O Art Déco, surgido nos anos 1920, marcou presença no design gráfico, mobiliário, moda, cerâmica e arte funerária, com formas geométricas, linhas retas, ornamentos estilizados e materiais modernos, simbolizando conforto, praticidade e modernidade urbana. Art Nouveau: anterior ao Art Déco, com linhas curvas e inspiração na natureza. Neoclássico: retorno às formas clássicas sem vínculo com a modernidade prática. Bauhaus: escola funcionalista, sem ornamentos, distinta do decorativismo do Art Déco.	Indeferido
33869	490017	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A dimensão pragmática da linguagem visual refere-se claramente à relação funcional entre os elementos visuais e o usuário, considerando uso, função e comunicação eficaz, exatamente como descrito na alternativa (C). A alternativa (D), ao mencionar “representação ornamental sem função ou significado prático”, contradiz o conceito de pragmática, que pressupõe justamente o contrário: funcionalidade e propósito comunicativo. Portanto, ela não representa uma interpretação válida, mas sim um exemplo do que não é dimensão pragmática, o que não configura ambiguidade.	Indeferido
33889	490017	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A alternativa (B) incisão é corretamente apontada como gabarito, pois, no contexto da arte rupestre, gravura refere-se especificamente à técnica de marcar a superfície da rocha, e a incisão é um dos principais métodos utilizados para isso, feita por meio de cortes ou entalhes com instrumentos líticos. Não há ambiguidade, pois o próprio enunciado delimita que se trata de gravura, não de pintura, e a técnica correta dentro desse contexto é, de fato, a incisão.	Indeferido

33937	499440	JAYME NATAN ALEIXO DE FRANÇA	PROFESSOR I ARTE	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
34001	499440	JAYME NATAN ALEIXO DE FRANÇA	PROFESSOR I ARTE	Gabarito alterado. Prova A – Gabarito letra C Prova B – Gabarito letra D A questão trata de uma abordagem que simplifica e reorganiza a realidade, mantendo algum grau de representação (figuratividade) e assumindo um caráter subjetivo. A abstração figurativa representa formas reconhecíveis, mas as estiliza ou simplifica, mantendo vínculos com o objeto real, porém filtrados pela subjetividade do artista.	Deferido
34049	499440	JAYME NATAN ALEIXO DE FRANÇA	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O Art Déco, surgido nos anos 1920, marcou presença no design gráfico, mobiliário, moda, cerâmica e arte funerária, com formas geométricas, linhas retas, ornamentos estilizados e materiais modernos, simbolizando conforto, praticidade e modernidade urbana. Art Nouveau: anterior ao Art Déco, com linhas curvas e inspiração na natureza. Neoclássico: retorno às formas clássicas sem vínculo com a modernidade prática. Bauhaus: escola funcionalista, sem ornamentos, distinta do decorativismo do Art Déco.	Indeferido
33059	481752	JOÃO PAULO BRITO DOS SANTOS OVIDIO	PROFESSOR I ARTE	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33065	481752	JOÃO PAULO BRITO DOS SANTOS OVIDIO	PROFESSOR I ARTE	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

34007	481752	JOÃO PAULO BRITO DOS SANTOS OVIDIO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O enunciado destaca o ato de produzir como aspecto central, característica própria da arte processual, que valoriza o processo criativo mais do que o resultado final.	Indeferido
34026	481752	JOÃO PAULO BRITO DOS SANTOS OVIDIO	PROFESSOR I ARTE	Gabarito alterado. Prova A – Gabarito letra C Prova B – Gabarito letra D A questão trata de uma abordagem que simplifica e reorganiza a realidade, mantendo algum grau de representação (figuratividade) e assumindo um caráter subjetivo. A abstração figurativa representa formas reconhecíveis, mas as estiliza ou simplifica, mantendo vínculos com o objeto real, porém filtrados pela subjetividade do artista.	Deferido
32797	516658	KARINA SANT ANNA DE SOUZA	PROFESSOR I ARTE	Gabarito alterado. Prova A – Gabarito letra C Prova B – Gabarito letra D A questão trata de uma abordagem que simplifica e reorganiza a realidade, mantendo algum grau de representação (figuratividade) e assumindo um caráter subjetivo. A abstração figurativa representa formas reconhecíveis, mas as estiliza ou simplifica, mantendo vínculos com o objeto real, porém filtrados pela subjetividade do artista.	Deferido
33336	487239	LILIAN DE ALMEIDA PEIXOTO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
33343	487239	LILIAN DE ALMEIDA PEIXOTO	PROFESSOR I ARTE	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33349	487239	LILIAN DE ALMEIDA PEIXOTO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A frase “permitindo à Arte ser ela mesma” refere-se ao momento histórico em que a fotografia assumiu o papel de registrar fielmente a realidade. Isso libertou a arte da obrigação de representar o real, abrindo caminho para novas linguagens mais subjetivas e experimentais, como o Cubismo. O enunciado contextualiza explicitamente o surgimento do Cubismo nesse período, mencionando Picasso, Braque e Cézanne, e relacionando-o aos avanços tecnológicos e à difusão da fotografia.	Indeferido
31797	497509	MARCELA DE LIMA SOUZA	PROFESSOR I ARTE	Recurso indeferido. A fundamentação apresentada não se relaciona com o conteúdo da questão.	Indeferido

31819	497509	MARCELA DE LIMA SOUZA	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A frase “permitindo à Arte ser ela mesma” refere-se ao momento histórico em que a fotografia assumiu o papel de registrar fielmente a realidade. Isso libertou a arte da obrigação de representar o real, abrindo caminho para novas linguagens mais subjetivas e experimentais, como o Cubismo. O enunciado contextualiza explicitamente o surgimento do Cubismo nesse período, mencionando Picasso, Braque e Cézanne, e relacionando-o aos avanços tecnológicos e à difusão da fotografia.	Indeferido
33720	513085	MÁRCIA PAES MORAES	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O enunciado destaca o ato de produzir como aspecto central, característica própria da arte processual, que valoriza o processo criativo mais do que o resultado final.	Indeferido
32279	493934	NATHÁLIA FERREIRA NUNES	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A frase “permitindo à Arte ser ela mesma” refere-se ao momento histórico em que a fotografia assumiu o papel de registrar fielmente a realidade. Isso libertou a arte da obrigação de representar o real, abrindo caminho para novas linguagens mais subjetivas e experimentais, como o Cubismo. O enunciado contextualiza explicitamente o surgimento do Cubismo nesse período, mencionando Picasso, Braque e Cézanne, e relacionando-o aos avanços tecnológicos e à difusão da fotografia.	Indeferido
32497	493934	NATHÁLIA FERREIRA NUNES	PROFESSOR I ARTE	Gabarito alterado. Prova A – Gabarito letra C Prova B – Gabarito letra D A questão trata de uma abordagem que simplifica e reorganiza a realidade, mantendo algum grau de representação (figuratividade) e assumindo um caráter subjetivo. A abstração figurativa representa formas reconhecíveis, mas as estiliza ou simplifica, mantendo vínculos com o objeto real, porém filtrados pela subjetividade do artista.	Deferido
33539	509402	PRISCILLA DE MOURA DE AGUIAR	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. A frase “permitindo à Arte ser ela mesma” refere-se ao momento histórico em que a fotografia assumiu o papel de registrar fielmente a realidade. Isso libertou a arte da obrigação de representar o real, abrindo caminho para novas linguagens mais subjetivas e experimentais, como o Cubismo. O enunciado contextualiza explicitamente o surgimento do Cubismo nesse período, mencionando Picasso, Braque e Cézanne, e relacionando-o aos avanços tecnológicos e à difusão da fotografia.	Indeferido
33558	509402	PRISCILLA DE MOURA DE AGUIAR	PROFESSOR I ARTE	Gabarito alterado. Prova A – Gabarito letra C Prova B – Gabarito letra D A questão trata de uma abordagem que simplifica e reorganiza a realidade, mantendo algum grau de representação (figuratividade) e assumindo um caráter subjetivo. A abstração figurativa representa formas reconhecíveis, mas as estiliza ou simplifica, mantendo vínculos com o objeto real, porém filtrados pela subjetividade do artista.	Deferido
32530	514250	RENATA CLAUDINO DOS SANTOS LOURENÇO	PROFESSOR I ARTE	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32539	514250	RENATA CLAUDINO DOS SANTOS LOURENÇO	PROFESSOR I ARTE	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32751	514250	RENATA CLAUDINO DOS SANTOS LOURENÇO	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. O Art Déco, surgido nos anos 1920, marcou presença no design gráfico, mobiliário, moda, cerâmica e arte funerária, com formas geométricas, linhas retas, ornamentos estilizados e materiais modernos, simbolizando conforto, praticidade e modernidade urbana. Art Nouveau: anterior ao Art Déco, com linhas curvas e inspiração na natureza. Neoclássico: retorno às formas clássicas sem vínculo com a modernidade prática. Bauhaus: escola funcionalista, sem ornamentos, distinta do decorativismo do Art Déco.	Indeferido
32205	519281	VANESSA ALVES DE SOUZA GOMES	PROFESSOR I ARTE	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32184	519281	VANESSA ALVES DE SOUZA GOMES	PROFESSOR I ARTE	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33110	519281	VANESSA ALVES DE SOUZA GOMES	PROFESSOR I ARTE	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32169	488422	ALAN MOTA DA SILVA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33766	508319	ALESSANDRA GUIMARÃES DOS SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33836	508319	ALESSANDRA GUIMARÃES DOS SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. O Pediculus corporis, também chamado de piolho do corpo, é um ectoparasita humano que vive em roupas e tecidos, principalmente nas dobras e costuras, depositando ali seus ovos (lêndeas). Ele é frequentemente encontrado em pessoas que não trocam ou higienizam as roupas regularmente, como ocorre em populações em situação de rua. Portanto, o enunciado descreve a característica exclusiva do Pediculus corporis.	Indeferido
33970	508319	ALESSANDRA GUIMARÃES DOS SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31366	478025	ANA PAULA MEDEIROS VIDAL	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. A isoimunização Rh ocorre quando a mãe Rh- entra em contato com hemácias fetais Rh+, geralmente durante o parto. Nesse momento, o sistema imune materno reconhece o fator Rh como estranho e passa a produzir anticorpos anti-Rh, que poderão afetar gestações futuras com fetos Rh+.	Indeferido

31375	518442	ANDRÉ LUIZ DA SILVA COSTA DA SILVA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32214	491649	BEATRIZ LEMOS ADELINO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32222	491649	BEATRIZ LEMOS ADELINO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32229	491649	BEATRIZ LEMOS ADELINO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32244	491649	BEATRIZ LEMOS ADELINO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso indeferido. A fundamentação apresentada não se relaciona com o conteúdo da questão.	Indeferido
32256	491649	BEATRIZ LEMOS ADELINO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. A alternativa correta é Buffon. Foi Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, quem formulou a ideia do moule intérieur (“molde interno”), segundo a qual cada espécie possuía um princípio organizador intrínseco que determinava sua forma e era transmitido de geração em geração. Essa concepção é anterior às teorias de Lamarck e Darwin e se distingue delas por não propor mecanismos de transformação adaptativa ou seleção, mas sim uma força interna responsável pela configuração das espécies. Portanto, o enunciado remete diretamente a Buffon, e não a Lamarck, que defendia a herança dos caracteres adquiridos.	Indeferido
32488	496658	BIANCA DE ASSIS ROSA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32822	522284	DANIEL BENFICA DE SOUZA TORRACA SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33097	522284	DANIEL BENFICA DE SOUZA TORRACA SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. I, II e III são corretas (Archaea é grupo-irmão de Eukarya; animais/fungos/plantas são Eukarya e mais próximos entre si do que de Bacteria; Gram+ e cianobactérias são Bacteria, halófilos são Archaea). IV é incorreta porque “mais primitivo” é terminologia inadequada em filogenia.	Indeferido
31807	488287	EDILAINE COSTA RUBIM RIBEIRO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

31833	488287	EDILAINE COSTA RUBIM RIBEIRO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. O recurso não merece prosperar, pois a questão apresenta dados suficientes e formula pergunta clara (“Qual é a eficiência entre níveis tróficos resultante?”), permitindo a aplicação direta da fórmula ($EC \times EA \times EP$). O cálculo conduz de forma objetiva ao resultado de 9%, não havendo omissão ou ambiguidade que justifique a anulação.	Indeferido
33501	488287	EDILAINE COSTA RUBIM RIBEIRO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31831	485359	FLAVIA FARIA LEITE	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32192	478756	FLÁVIO HENRIQUE BAPTISTA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32215	478756	FLÁVIO HENRIQUE BAPTISTA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. A questão traz um comando claro e fornece alternativas objetivas. O item correto é a camada grossa e seca no revestimento do corpo, como no cacto (D), que representa uma adaptação típica para redução da perda hídrica em ambientes áridos. As demais opções referem-se a outras formas de adaptação (alimentação ou defesa), mas não à conservação de água. Portanto, a formulação está adequada, não apresenta ambiguidade nem falta de dados que justifiquem anulação.	Indeferido

32231	478756	FLÁVIO HENRIQUE BAPTISTA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31413	522123	GABRIELA CRUZ CURVELO DE OLIVEIRA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32226	485017	GRAZIELA FRANCISCO DA SILVA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. O Pediculus corporis, também chamado de piolho do corpo, é um ectoparasita humano que vive em roupas e tecidos, principalmente nas dobras e costuras, depositando ali seus ovos (lêndeas). Ele é frequentemente encontrado em pessoas que não trocam ou higienizam as roupas regularmente, como ocorre em populações em situação de rua. Portanto, o enunciado descreve a característica exclusiva do Pediculus corporis.	Indeferido
34004	495358	INGRID BENEVIDES MACHADO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33388	486467	JULIANA DE ALMEIDA RODRIGUES	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33433	486467	JULIANA DE ALMEIDA RODRIGUES	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31713	495994	KEITHY NASCIMENTO NUNES MORAES	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
31719	495994	KEITHY NASCIMENTO NUNES MORAES	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31728	495994	KEITHY NASCIMENTO NUNES MORAES	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31958	482234	LAURA NUNES DE MOURA AMARAL	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32295	513465	LILIAN DAS GRAÇAS NASCIMENTO SILVA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32425	513465	LILIAN DAS GRAÇAS NASCIMENTO SILVA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. A questão está bem formulada e apresenta apenas uma alternativa correta. A elevada capacidade térmica da água permite absorver e liberar calor gradualmente, atuando como regulador térmico natural e contribuindo para a estabilidade climática do planeta.	Indeferido
32470	513465	LILIAN DAS GRAÇAS NASCIMENTO SILVA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. O Pediculus corporis, também chamado de piolho do corpo, é um ectoparásita humano que vive em roupas e tecidos, principalmente nas dobras e costuras, depositando ali seus ovos (lêndeas). Ele é frequentemente encontrado em pessoas que não trocam ou higienizam as roupas regularmente, como ocorre em populações em situação de rua. Portanto, o enunciado descreve a característica exclusiva do Pediculus corporis.	Indeferido

32512	513465	LILIAN DAS GRAÇAS NASCIMENTO SILVA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. A isoimunização Rh ocorre quando a mãe Rh- entra em contato com hemácias fetais Rh+, geralmente durante o parto. Nesse momento, o sistema imune materno reconhece o fator Rh como estranho e passa a produzir anticorpos anti-Rh, que poderão afetar gestações futuras com fetos Rh+.	Indeferido
32561	513465	LILIAN DAS GRAÇAS NASCIMENTO SILVA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Indefere-se, pois o gabarito está correto. O trecho de Libâneo destaca que a escola deve proporcionar acesso aos saberes sistematizados, caracterizando a concepção de conhecimento estruturado.	Indeferido
33424	511029	LUÍS CLAUDIO LIMA NASCIMENTO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33670	494758	MARIANA DE BARROS REIS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33687	494758	MARIANA DE BARROS REIS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33749	494758	MARIANA DE BARROS REIS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. I, II e III são corretas (Archaea é grupo-irmão de Eukarya; animais/fungos/plantas são Eukarya e mais próximos entre si do que de Bacteria; Gram+ e cianobactérias são Bacteria, halófilos são Archaea). IV é incorreta porque “mais primitivo” é terminologia inadequada em filogenia.	Indeferido

32276	518062	MATHEUS CAMPOS DRAGO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. I, II e III são corretas (Archaea é grupo-irmão de Eukarya; animais/fungos/plantas são Eukarya e mais próximos entre si do que de Bacteria; Gram+ e cianobactérias são Bacteria, halófilos são Archaea). IV é incorreta porque “mais primitivo” é terminologia inadequada em filogenia.	Indeferido
32267	518062	MATHEUS CAMPOS DRAGO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32010	515095	MELISSA SALES DE OLIVEIRA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32053	515095	MELISSA SALES DE OLIVEIRA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32088	515095	MELISSA SALES DE OLIVEIRA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. I, II e III são corretas (Archaea é grupo-irmão de Eukarya; animais/fungos/plantas são Eukarya e mais próximos entre si do que de Bacteria; Gram+ e cianobactérias são Bacteria, halófilos são Archaea). IV é incorreta porque “mais primitivo” é terminologia inadequada em filogenia.	Indeferido
32663	479400	PABLO DE MAGALHÃES	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Improcedente.	Indeferido

33370	521958	RAHIZA PATRICIA FERNANDES RODRIGUES LUCENA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33408	521958	RAHIZA PATRICIA FERNANDES RODRIGUES LUCENA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. O Pediculus corporis, também chamado de piolho do corpo, é um ectoparasita humano que vive em roupas e tecidos, principalmente nas dobras e costuras, depositando ali seus ovos (lêndeas). Ele é frequentemente encontrado em pessoas que não trocam ou higienizam as roupas regularmente, como ocorre em populações em situação de rua. Portanto, o enunciado descreve a característica exclusiva do Pediculus corporis.	Indeferido
33922	498337	SAMUEL CARLOS CECILIO DE FREITAS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33979	498337	SAMUEL CARLOS CECILIO DE FREITAS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
34051	498337	SAMUEL CARLOS CECILIO DE FREITAS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. I, II e III são corretas (Archaea é grupo-irmão de Eukarya; animais/fungos/plantas são Eukarya e mais próximos entre si do que de Bactéria; Gram+ e cianobactérias são Bactéria, halófilos são Archaea). IV é incorreta porque “mais primitivo” é terminologia inadequada em filogenia.	Indeferido

33763	493874	SANDRA MASCARENHAS DE MORAES DIAS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33553	482908	SHEILA DA MOTA DOS SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Improcedente.	Indeferido
33595	482908	SHEILA DA MOTA DOS SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33035	514044	TACIANE CRISTINA LOPES PAULA ALMADO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. I, II e III são corretas (Archaea é grupo-irmão de Eukarya; animais/fungos/plantas são Eukarya e mais próximos entre si do que de Bacteria; Gram+ e cianobactérias são Bacteria, halófilos são Archaea). IV é incorreta porque “mais primitivo” é terminologia inadequada em filogenia.	Indeferido
33037	514044	TACIANE CRISTINA LOPES PAULA ALMADO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. A isoimunização Rh ocorre quando a mãe Rh- entra em contato com hemácias fetais Rh+, geralmente durante o parto. Nesse momento, o sistema imune materno reconhece o fator Rh como estranho e passa a produzir anticorpos anti-Rh, que poderão afetar gestações futuras com fetos Rh+.	Indeferido
33041	514044	TACIANE CRISTINA LOPES PAULA ALMADO	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. O Pediculus corporis, também chamado de piolho do corpo, é um ectoparasita humano que vive em roupas e tecidos, principalmente nas dobras e costuras, depositando ali seus ovos (lêndeas). Ele é frequentemente encontrado em pessoas que não trocam ou higienizam as roupas regularmente, como ocorre em populações em situação de rua. Portanto, o enunciado descreve a característica exclusiva do Pediculus corporis.	Indeferido

32955	512587	VINICIUS ROSA CONSTANT	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. A alternativa correta é Buffon. Foi Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, quem formulou a ideia do moule intérieur (“molde interno”), segundo a qual cada espécie possuía um princípio organizador intrínseco que determinava sua forma e era transmitido de geração em geração. Essa concepção é anterior às teorias de Lamarck e Darwin e se distingue delas por não propor mecanismos de transformação adaptativa ou seleção, mas sim uma força interna responsável pela configuração das espécies. Portanto, o enunciado remete diretamente a Buffon, e não a Lamarck, que defendia a herança dos caracteres adquiridos.	Indeferido
33611	506851	VIVIANA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. A alternativa correta é Buffon. Foi Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, quem formulou a ideia do moule intérieur (“molde interno”), segundo a qual cada espécie possuía um princípio organizador intrínseco que determinava sua forma e era transmitido de geração em geração. Essa concepção é anterior às teorias de Lamarck e Darwin e se distingue delas por não propor mecanismos de transformação adaptativa ou seleção, mas sim uma força interna responsável pela configuração das espécies. Portanto, o enunciado remete diretamente a Buffon, e não a Lamarck, que defendia a herança dos caracteres adquiridos.	Indeferido
33759	506851	VIVIANA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. O Pediculus corporis, também chamado de piolho do corpo, é um ectoparasita humano que vive em roupas e tecidos, principalmente nas dobras e costuras, depositando ali seus ovos (lêndeas). Ele é frequentemente encontrado em pessoas que não trocam ou higienizam as roupas regularmente, como ocorre em populações em situação de rua. Portanto, o enunciado descreve a característica exclusiva do Pediculus corporis.	Indeferido
33782	506851	VIVIANA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31843	488246	ALEJANDRO FABIAN CONTRERAS PEREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta, pois está em conformidade com o Art. 113 do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, o qual estabelece que: “Na Educação Infantil e nos Ciclos I, II e III da EJA, não serão utilizados graus e menções para avaliação do rendimento escolar, devendo ser realizada por meio de registros qualitativos do desenvolvimento do aluno.”	Indeferido
32563	499532	ALEXANDRE PEREIRA DE JESUS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32661	499532	ALEXANDRE PEREIRA DE JESUS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32997	501329	ALINE DE MORAES ALMEIDA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32326	479089	ALLAN ROMUALDO MARONAS DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32305	479089	ALLAN ROMUALDO MARONAS DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32368	479089	ALLAN ROMUALDO MARONAS DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32409	479089	ALLAN ROMUALDO MARONAS DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido
32462	479089	ALLAN ROMUALDO MARONAS DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
32504	479089	ALLAN ROMUALDO MARONAS DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II. Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III. Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33622	520450	AMANDA CORREIA SODRÉ	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32996	500640	AMANDA DA SILVA ALVES BATISTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. O gabarito está correto.	Indeferido
33001	500640	AMANDA DA SILVA ALVES BATISTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II. Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III. Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

33005	500640	AMANDA DA SILVA ALVES BATISTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33007	500640	AMANDA DA SILVA ALVES BATISTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31450	516835	AMARO LAURIANO DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. Tome como base o contexto.	Indeferido
31461	516835	AMARO LAURIANO DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31476	516835	AMARO LAURIANO DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32726	504343	AMAURI MEDEIROS COSTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente.	Indeferido
32728	504343	AMAURI MEDEIROS COSTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
32731	504343	AMAURI MEDEIROS COSTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31445	479427	ANGELLO DA SILVA RICARDO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32740	493948	APARECIDA MATIAS CORDEIRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Correta: Esportes coletivos, como futebol e handebol, de fato exigem habilidades motoras específicas, além de compreensão tática e comunicação entre os jogadores. Essas modalidades promovem competências sociais, colaborativas e cognitivas, pois envolvem interação constante com colegas e tomada de decisão em grupo. II. Incorreta: Modalidades individuais não dependem unicamente do esforço pessoal. Fatores contextuais e externos (como clima, equipamento, arbitragem, superfície da pista ou solo, entre outros) também influenciam diretamente o desempenho do atleta. Por exemplo, o vento pode afetar provas de salto à distância e o tipo de solo interfere na ginástica. III. Correta: Esportes de combate exigem preparo físico e mental, incluindo agilidade, autocontrole e estratégias táticas. O judô, por exemplo, tem como base a antecipação dos movimentos do oponente, exigindo raciocínio rápido e domínio emocional, além de força, flexibilidade e resistência. IV. Incorreta: Esportes radicais nem sempre são praticados em ambientes preparados para segurança. Modalidades como surf e escalada, muitas vezes, ocorrem em ambientes naturais e imprevisíveis, onde o risco é um elemento constante.	Indeferido
32741	493948	APARECIDA MATIAS CORDEIRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
31680	511442	AUGUSTO CESAR PINHEIRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. Contrasta, é uma adversativa.	Indeferido
31945	511442	AUGUSTO CESAR PINHEIRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa (C) está correta porque, durante exercícios prolongados de intensidade moderada, os ácidos graxos tornam-se a principal fonte de energia, poupando o uso de glicogênio muscular. Isso é uma adaptação fisiológica típica do metabolismo aeróbio, conforme demonstrado em estudos clássicos de fisiologia do exercício. Incorreta: O treinamento aeróbio aumenta a captação e utilização de oxigênio pelos músculos, promovendo melhora no $VO_{2\text{máx}}$, e não o contrário. Incorreta: A hipertrofia muscular ocorre principalmente por aumento do volume das fibras existentes (hipertrofia), e não pela multiplicação de fibras (hiperplasia), que é rara em humanos. Incorreta: O treinamento intervalado de alta intensidade (HIIT) provoca melhorias comprovadas na capacidade aeróbia, cardiovascular e neuromuscular, com benefícios mensuráveis.	Indeferido
32067	511442	AUGUSTO CESAR PINHEIRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

32458	511442	AUGUSTO CESAR PINHEIRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31977	502215	BRUNO CESAR DE PAULA PEREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32812	489184	CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso não apresenta fundamentação pertinente.	Indeferido
32803	489184	CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32805	489184	CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Não há fundamentação a ser analisada.	Indeferido
32806	489184	CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Não fundamentação a ser analisada.	Indeferido
32809	489184	CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso sem argumentação pertinente.	Indeferido

32811	489184	CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Correta: Esportes coletivos, como futebol e handebol, de fato exigem habilidades motoras específicas, além de compreensão tática e comunicação entre os jogadores. Essas modalidades promovem competências sociais, colaborativas e cognitivas, pois envolvem interação constante com colegas e tomada de decisão em grupo. II. Incorreta: Modalidades individuais não dependem unicamente do esforço pessoal. Fatores contextuais e externos (como clima, equipamento, arbitragem, superfície da pista ou solo, entre outros) também influenciam diretamente o desempenho do atleta. Por exemplo, o vento pode afetar provas de salto à distância e o tipo de solo interfere na ginástica. III. Correta: Esportes de combate exigem preparo físico e mental, incluindo agilidade, autocontrole e estratégias táticas. O judô, por exemplo, tem como base a antecipação dos movimentos do oponente, exigindo raciocínio rápido e domínio emocional, além de força, flexibilidade e resistência. IV. Incorreta: Esportes radicais nem sempre são praticados em ambientes preparados para segurança. Modalidades como surf e escalada, muitas vezes, ocorrem em ambientes naturais e imprevisíveis, onde o risco é um elemento constante.	Indeferido
32816	489184	CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32820	489184	CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
31480	488702	CASSIA ABREU DE GÓES COSTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
32863	488702	CASSIA ABREU DE GÓES COSTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. De acordo com o Art. 49, §3º do Estatuto dos Servidores de Belford Roxo, o adicional de plantão possui limitação percentual. A alternativa está incorreta ao afirmar que pode ser superior a 30% dos vencimentos básicos, o que contraria a redação expressa do Estatuto, que impõe limite de até 30%.	Indeferido

32879	488702	CASSIA ABREU DE GÓES COSTA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31839	478715	CEZAR FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31844	478715	CEZAR FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. O trecho de Libâneo destaca que a escola deve proporcionar acesso aos saberes sistematizados, caracterizando a concepção de conhecimento estruturado.	Indeferido
32264	478715	CEZAR FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa (A) está incorreta porque o PPP não tem como objetivo uniformizar conteúdos e metodologias entre todas as escolas de uma rede. Pelo contrário, ele deve ser construído de forma participativa, respeitando a autonomia, as especificidades locais e a diversidade sociocultural de cada instituição.	Indeferido
32041	502426	CHRISTINE TORRES MARTINS FRANCO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II. Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III. Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

32054	502426	CHRISTINE TORRES MARTINS FRANCO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32867	518668	CLAUDIO LEONARDO LOPES DE ABREU	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32994	518668	CLAUDIO LEONARDO LOPES DE ABREU	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente.	Indeferido
31806	502783	DAIANA ROCHA DA SILVA VEIGA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31817	502783	DAIANA ROCHA DA SILVA VEIGA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31432	481511	DENIS JOSÉ ALCANTARA BONILHA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	O gabarito oficial está correto.	Indeferido
32665	502856	DIEGO ROCHA DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta pois descreve com precisão o processo fisiológico de termorregulação durante o exercício físico, em que o aumento da temperatura corporal ativa mecanismos como vasodilatação cutânea e sudorese, conforme demonstrado na literatura clássica de Fisiologia do Exercício. O débito cardíaco não se reduz durante o exercício. Ao contrário, aumenta significativamente para suprir as maiores demandas metabólicas dos tecidos ativos. Além disso, a frequência respiratória se eleva, acompanhando o esforço. Embora a vasoconstrição em áreas menos ativas ocorra, o principal fator que aumenta o fluxo sanguíneo para os músculos é a vasodilatação local induzida pelo metabolismo muscular (efeito miogênico e metabólico), e não a vasoconstrição periférica isoladamente. A ventilação pulmonar não se estabiliza em platô durante exercícios intensos. Pelo contrário, aumenta proporcionalmente à intensidade, como resposta à elevação do CO ₂ , para manter o equilíbrio ácido-base.	Indeferido
32669	502856	DIEGO ROCHA DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. leve em conta o contexto.	Indeferido
33482	487040	DULCILENE ARAUJO FONSECA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33170	500331	ELISANGELA CELESTINA DA ROCHA WOOD	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33745	500331	ELISANGELA CELESTINA DA ROCHA WOOD	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33752	500331	ELISANGELA CELESTINA DA ROCHA WOOD	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31501	486024	ELLEN DOS ANJOS BRITO MIRANDA ALVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. O gabarito oficial está correto. Revise o estudo de "crase".	Indeferido
31537	486024	ELLEN DOS ANJOS BRITO MIRANDA ALVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
31570	486024	ELLEN DOS ANJOS BRITO MIRANDA ALVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31589	486024	ELLEN DOS ANJOS BRITO MIRANDA ALVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31507	521909	EMELLY SANTOS MONTEIRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	O gabarito está correto. A questão é autoexplicativa.	Indeferido
31583	521909	EMELLY SANTOS MONTEIRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
31606	521909	EMELLY SANTOS MONTEIRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31521	480257	FABIANA DE BARROS SANTOS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

32131	496479	FABIANA MESQUITA MENDES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31518	481495	FABIANO DA LUZ RIBEIRO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31559	481495	FABIANO DA LUZ RIBEIRO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31569	481495	FABIANO DA LUZ RIBEIRO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Correta: Esportes coletivos, como futebol e handebol, de fato exigem habilidades motoras específicas, além de compreensão tática e comunicação entre os jogadores. Essas modalidades promovem competências sociais, colaborativas e cognitivas, pois envolvem interação constante com colegas e tomada de decisão em grupo. II. Incorreta: Modalidades individuais não dependem unicamente do esforço pessoal. Fatores contextuais e externos (como clima, equipamento, arbitragem, superfície da pista ou solo, entre outros) também influenciam diretamente o desempenho do atleta. Por exemplo, o vento pode afetar provas de salto à distância e o tipo de solo interfere na ginástica. III. Correta: Esportes de combate exigem preparo físico e mental, incluindo agilidade, autocontrole e estratégias táticas. O judô, por exemplo, tem como base a antecipação dos movimentos do oponente, exigindo raciocínio rápido e domínio emocional, além de força, flexibilidade e resistência. IV. Incorreta: Esportes radicais nem sempre são praticados em ambientes preparados para segurança. Modalidades como surf e escalada, muitas vezes, ocorrem em ambientes naturais e imprevisíveis, onde o risco é um elemento constante.	Indeferido

31866	481495	FABIANO DA LUZ RIBEIRO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa (B) está correta por ser o principal desafio fisiológico em atividades aeróbias sob calor intenso: a sudorese intensa reduz o volume plasmático, dificultando a dissipação de calor e comprometendo o retorno venoso, o que limita o desempenho aeróbio. A literatura fisiológica confirma esse efeito como fator limitante relevante. A frequência cardíaca máxima não se eleva além do fisiológico; o que ocorre é o aumento da frequência cardíaca submáxima (derivada cardiovascular), e não há restrição ao débito cardíaco por elevação da FC máxima. O acúmulo de lactato ocorre em exercícios anaeróbios, e não é um fator predominante em atividades aeróbias prolongadas. O organismo é capaz de mobilizar ácidos graxos durante exercícios aeróbios; não depende exclusivamente do glicogênio hepático, mesmo sob calor.	Indeferido
33204	502448	GABRIEL COSTA CAMPOS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32516	521633	GABRIEL GOMES DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

32392	478093	GABRIEL HENRIQUE DIOGO RODRIGUES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32548	478093	GABRIEL HENRIQUE DIOGO RODRIGUES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32611	478093	GABRIEL HENRIQUE DIOGO RODRIGUES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33052	495810	GABRIEL MARINHO VIANA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa (D) é a única incorreta porque apresenta uma visão determinista e automática do desenvolvimento motor, desconsiderando os demais fatores necessários para um desenvolvimento adequado.	Indeferido
32443	518997	GABRIELLY S. R. DA ROCHA S. E SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

31946	481547	GIOVANE FRANCISCO DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32744	505253	GIOVANNI RAFAEL ROMANO VALLADÃO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32745	505253	GIOVANNI RAFAEL ROMANO VALLADÃO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32432	478926	GISELI MESQUITA ABDALLA CERQUISE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

32485	478926	GISELI MESQUITA ABDALLA CERQUISE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32498	478926	GISELI MESQUITA ABDALLA CERQUISE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31733	508990	GRAZIELE CHAGAS SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido

31737	508990	GRAZIELE CHAGAS SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31771	508990	GRAZIELE CHAGAS SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31779	508990	GRAZIELE CHAGAS SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32094	482148	GUARACIARA FERREIRA DE ANDRADE PIMENTEL	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31385	481211	HAILTON CLAUDINO DE ARAUJO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33244	481211	HAILTON CLAUDINO DE ARAUJO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II. Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III. Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32290	484239	HELLEN COSTA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32916	502014	JADNA DE SIQUEIRA AMORIM BARRETO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31607	496193	JEAN CARLOS FARIA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31627	496193	JEAN CARLOS FARIA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33056	496193	JEAN CARLOS FARIA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32157	479477	JEANE MELO CAETANO FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33208	496846	JEFERSON BORGES DE MENEZES CORTE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A questão não extrapola as atribuições do professor de Educação Física, pois descreve uma conduta básica e compatível com primeiros socorros em ambiente escolar e em orientações amplamente aceitas. A alternativa correta apresenta um procedimento simples, preventivo e não invasivo, destinado a evitar agravamento da lesão até a chegada do atendimento especializado. Dessa forma, a questão está alinhada às boas práticas e não induz o candidato ao erro.	Indeferido
32012	493027	JOÃO LUÍS MENDONÇA MOREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32024	493027	JOÃO LUÍS MENDONÇA MOREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. Há equivalência temporal e semântica entre os verbos.	Indeferido
32038	493027	JOÃO LUÍS MENDONÇA MOREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32044	493027	JOÃO LUÍS MENDONÇA MOREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31347	493662	JOÃO CLAUDIO JORGE NOGUEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33537	506557	JOÃO VITOR DE ARAÚJO FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33549	506557	JOÃO VITOR DE ARAÚJO FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Correta: Esportes coletivos, como futebol e handebol, de fato exigem habilidades motoras específicas, além de compreensão tática e comunicação entre os jogadores. Essas modalidades promovem competências sociais, colaborativas e cognitivas, pois envolvem interação constante com colegas e tomada de decisão em grupo. II. Incorreta: Modalidades individuais não dependem unicamente do esforço pessoal. Fatores contextuais e externos (como clima, equipamento, arbitragem, superfície da pista ou solo, entre outros) também influenciam diretamente o desempenho do atleta. Por exemplo, o vento pode afetar provas de salto à distância e o tipo de solo interfere na ginástica. III. Correta: Esportes de combate exigem preparo físico e mental, incluindo agilidade, autocontrole e estratégias táticas. O judô, por exemplo, tem como base a antecipação dos movimentos do oponente, exigindo raciocínio rápido e domínio emocional, além de força, flexibilidade e resistência. IV. Incorreta: Esportes radicais nem sempre são praticados em ambientes preparados para segurança. Modalidades como surf e escalada, muitas vezes, ocorrem em ambientes naturais e imprevisíveis, onde o risco é um elemento constante.	Indeferido

31566	488749	JOÃO VITOR LOPES DE LIMA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32162	488749	JOÃO VITOR LOPES DE LIMA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33298	501518	JORGE LUIZ CORDEIRO DE PAIVA DE LIMA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33281	501913	JOSE RICARDO FERNANDES GARRIDO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

33288	501913	JOSE RICARDO FERNANDES GARRIDO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33295	501913	JOSE RICARDO FERNANDES GARRIDO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33115	510341	KELLY CABRAL GONÇALVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33118	510341	KELLY CABRAL GONÇALVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31956	502770	LEANDRO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32473	487220	LEONARDO DE BARROS PINHEIRO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. Leve em conta o contexto.	Indeferido
32604	487220	LEONARDO DE BARROS PINHEIRO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31669	507784	LEONARDO FELIPE VIANA CORREIA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

31685	507784	LEONARDO FELIPE VIANA CORREIA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31611	495466	LUCAS DE OLIVEIRA FELIZARDO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta pois descreve com precisão o processo fisiológico de termorregulação durante o exercício físico, em que o aumento da temperatura corporal ativa mecanismos como vasodilatação cutânea e sudorese, conforme demonstrado na literatura clássica de Fisiologia do Exercício. O débito cardíaco não se reduz durante o exercício. Ao contrário, aumenta significativamente para suprir as maiores demandas metabólicas dos tecidos ativos. Além disso, a frequência respiratória se eleva, acompanhando o esforço. Embora a vasoconstrição em áreas menos ativas ocorra, o principal fator que aumenta o fluxo sanguíneo para os músculos é a vasodilatação local induzida pelo metabolismo muscular (efeito miogênico e metabólico), e não a vasoconstrição periférica isoladamente. A ventilação pulmonar não se estabiliza em platô durante exercícios intensos. Pelo contrário, aumenta proporcionalmente à intensidade, como resposta à elevação do CO ₂ , para manter o equilíbrio ácido-base.	Indeferido
31815	484382	LUCIANO DA SILVA TELES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31820	484382	LUCIANO DA SILVA TELES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31824	484382	LUCIANO DA SILVA TELES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. Não há fundamentação a ser analisada.	Indeferido
32209	491249	LUIS FELIPE SILVA DE ALCANTARA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

32240	491249	LUIS FELIPE SILVA DE ALCANTARA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33213	517590	MAGNO VINÍCIUS CORRÊA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33254	517590	MAGNO VINÍCIUS CORRÊA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33276	517590	MAGNO VINÍCIUS CORRÊA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31825	490123	MARCELO DA SILVA JACINTO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32571	484327	MARCIO VINICIUS PEREIRA SOARES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32642	484327	MARCIO VINICIUS PEREIRA SOARES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32747	484327	MARCIO VINICIUS PEREIRA SOARES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

33677	503229	MARIA FABIANA FERREIRA LIMA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33552	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33562	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente.	Indeferido
33574	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente.	Indeferido
33582	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33584	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município:“recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido

33592	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta, pois está em conformidade com o Art. 113 do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, o qual estabelece que: “Na Educação Infantil e nos Ciclos I, II e III da EJA, não serão utilizados graus e menções para avaliação do rendimento escolar, devendo ser realizada por meio de registros qualitativos do desenvolvimento do aluno.”	Indeferido
33600	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33607	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33620	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido
33626	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa (C) está correta porque, durante exercícios prolongados de intensidade moderada, os ácidos graxos tornam-se a principal fonte de energia, poupando o uso de glicogênio muscular. Isso é uma adaptação fisiológica típica do metabolismo aeróbio, conforme demonstrado em estudos clássicos de fisiologia do exercício. Incorreta: O treinamento aeróbio aumenta a captação e utilização de oxigênio pelos músculos, promovendo melhora no $VO_2\text{máx}$, e não o contrário. Incorreta: A hipertrofia muscular ocorre principalmente por aumento do volume das fibras existentes (hipertrofia), e não pela multiplicação de fibras (hiperplasia), que é rara em humanos. Incorreta: O treinamento intervalado de alta intensidade (HIIT) provoca melhorias comprovadas na capacidade aeróbia, cardiovascular e neuromuscular, com benefícios mensuráveis.	Indeferido
32760	478113	MARIO PAULO DE FREITAS DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

32761	478113	MARIO PAULO DE FREITAS DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32322	496219	MATHEUS DE ANDRADE LEITE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Correta: Esportes coletivos, como futebol e handebol, de fato exigem habilidades motoras específicas, além de compreensão tática e comunicação entre os jogadores. Essas modalidades promovem competências sociais, colaborativas e cognitivas, pois envolvem interação constante com colegas e tomada de decisão em grupo. II. Incorreta: Modalidades individuais não dependem unicamente do esforço pessoal. Fatores contextuais e externos (como clima, equipamento, arbitragem, superfície da pista ou solo, entre outros) também influenciam diretamente o desempenho do atleta. Por exemplo, o vento pode afetar provas de salto à distância e o tipo de solo interfere na ginástica. III. Correta: Esportes de combate exigem preparo físico e mental, incluindo agilidade, autocontrole e estratégias táticas. O judô, por exemplo, tem como base a antecipação dos movimentos do oponente, exigindo raciocínio rápido e domínio emocional, além de força, flexibilidade e resistência. IV. Incorreta: Esportes radicais nem sempre são praticados em ambientes preparados para segurança. Modalidades como surf e escalada, muitas vezes, ocorrem em ambientes naturais e imprevisíveis, onde o risco é um elemento constante.	Indeferido
32421	496219	MATHEUS DE ANDRADE LEITE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32984	496219	MATHEUS DE ANDRADE LEITE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32884	485068	MATHEUS INACIO DE SANTANA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32886	485068	MATHEUS INACIO DE SANTANA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31683	494725	MAURICIO OROFINO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

31686	494725	MAURICIO OROFINO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32733	494732	MONIQUE DA LUZ AVELINO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32734	494732	MONIQUE DA LUZ AVELINO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33934	494732	MONIQUE DA LUZ AVELINO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

31580	492452	NATHALIA RODRIGUES GONÇALVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31630	492452	NATHALIA RODRIGUES GONÇALVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33638	505378	OSCARINO DE JESUS MOREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33651	505378	OSCARINO DE JESUS MOREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33660	505378	OSCARINO DE JESUS MOREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31966	485720	PATRÍCIA NASCIMENTO DE ALMEIDA OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31976	485720	PATRÍCIA NASCIMENTO DE ALMEIDA OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31986	485720	PATRÍCIA NASCIMENTO DE ALMEIDA OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31764	517884	PAULO CESAR GONÇALVES LEONARDO FILHO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33158	519792	PAULO SÉRGIO NASCIMENTO RODRIGUES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31617	510706	PEDRO GABRIEL DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32208	488795	PEDRO HENRIQUE LUCINDO DE OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33810	515746	PHELLIPE DOS SANTOS SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33845	515746	PHELLIPE DOS SANTOS SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33852	515746	PHELLIPE DOS SANTOS SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33910	515746	PHELLIPE DOS SANTOS SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
31924	481149	PRISCILA REGINA SOARES SANTOS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

32001	481149	PRISCILA REGINA SOARES SANTOS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32016	481149	PRISCILA REGINA SOARES SANTOS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33491	506196	RAIAN RODRIGUES PULCHERIO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33571	506196	RAIAN RODRIGUES PULCHERIO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33589	506196	RAIAN RODRIGUES PULCHERIO DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33413	517247	RAQUEL DOS SANTOS VALENTE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33434	503406	RICHARD NIXON DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Correta: Esportes coletivos, como futebol e handebol, de fato exigem habilidades motoras específicas, além de compreensão tática e comunicação entre os jogadores. Essas modalidades promovem competências sociais, colaborativas e cognitivas, pois envolvem interação constante com colegas e tomada de decisão em grupo. II. Incorreta: Modalidades individuais não dependem unicamente do esforço pessoal. Fatores contextuais e externos (como clima, equipamento, arbitragem, superfície da pista ou solo, entre outros) também influenciam diretamente o desempenho do atleta. Por exemplo, o vento pode afetar provas de salto à distância e o tipo de solo interfere na ginástica. III. Correta: Esportes de combate exigem preparo físico e mental, incluindo agilidade, autocontrole e estratégias táticas. O judô, por exemplo, tem como base a antecipação dos movimentos do oponente, exigindo raciocínio rápido e domínio emocional, além de força, flexibilidade e resistência. IV. Incorreta: Esportes radicais nem sempre são praticados em ambientes preparados para segurança. Modalidades como surf e escalada, muitas vezes, ocorrem em ambientes naturais e imprevisíveis, onde o risco é um elemento constante.	Indeferido
31633	512786	RODNEY DA COSTA FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta pois descreve com precisão o processo fisiológico de termorregulação durante o exercício físico, em que o aumento da temperatura corporal ativa mecanismos como vasodilatação cutânea e sudorese, conforme demonstrado na literatura clássica de Fisiologia do Exercício. O débito cardíaco não se reduz durante o exercício. Ao contrário, aumenta significativamente para suprir as maiores demandas metabólicas dos tecidos ativos. Além disso, a frequência respiratória se eleva, acompanhando o esforço. Embora a vasoconstrição em áreas menos ativas ocorra, o principal fator que aumenta o fluxo sanguíneo para os músculos é a vasodilatação local induzida pelo metabolismo muscular (efeito miogênico e metabólico), e não a vasoconstrição periférica isoladamente. A ventilação pulmonar não se estabiliza em platô durante exercícios intensos. Pelo contrário, aumenta proporcionalmente à intensidade, como resposta à elevação do CO ₂ , para manter o equilíbrio ácido-base.	Indeferido
31666	512786	RODNEY DA COSTA FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
31989	512786	RODNEY DA COSTA FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido

32076	512786	RODNEY DA COSTA FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa (A) está correta. Em ambientes quentes, o corpo redireciona o fluxo sanguíneo para a pele com o objetivo de dissipar calor por meio da sudorese e da vasodilatação cutânea. Isso compromete a oferta de oxigênio e nutrientes aos músculos ativos, reduzindo o desempenho durante exercícios aeróbios prolongados. (B) Incorreta: A produção elevada de lactato ocorre em altas intensidades, e não em corridas contínuas de intensidade moderada, como descrito no enunciado. (C) Incorreta: O glicogênio hepático não se esgota imediatamente em 30 minutos de atividade moderada, e sua depleção não ocorre de forma abrupta. (D) Incorreta: A hiperventilação pode ocorrer, mas não leva à inibição da frequência cardíaca nesse contexto. A resposta fisiológica esperada é o aumento da frequência para compensar a demanda metabólica e térmica.	Indeferido
32259	512786	RODNEY DA COSTA FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33526	507867	RODRIGO DA SILVA OLIVEIRA NASCIMENTO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido
33597	507867	RODRIGO DA SILVA OLIVEIRA NASCIMENTO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32320	495265	RODRIGO HOOPER DE MEDEIROS PINTO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa (A) está correta. Em ambientes quentes, o corpo redireciona o fluxo sanguíneo para a pele com o objetivo de dissipar calor por meio da sudorese e da vasodilatação cutânea. Isso compromete a oferta de oxigênio e nutrientes aos músculos ativos, reduzindo o desempenho durante exercícios aeróbios prolongados. (B) Incorreta: A produção elevada de lactato ocorre em altas intensidades, e não em corridas contínuas de intensidade moderada, como descrito no enunciado. (C) Incorreta: O glicogênio hepático não se esgota imediatamente em 30 minutos de atividade moderada, e sua depleção não ocorre de forma abrupta. (D) Incorreta: A hiperventilação pode ocorrer, mas não leva à inibição da frequência cardíaca nesse contexto. A resposta fisiológica esperada é o aumento da frequência para compensar a demanda metabólica e térmica.	Indeferido

32291	495265	RODRIGO HOOPER DE MEDEIROS PINTO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. I. Correta: Esportes coletivos, como futebol e handebol, de fato exigem habilidades motoras específicas, além de compreensão tática e comunicação entre os jogadores. Essas modalidades promovem competências sociais, colaborativas e cognitivas, pois envolvem interação constante com colegas e tomada de decisão em grupo. II. Incorreta: Modalidades individuais não dependem unicamente do esforço pessoal. Fatores contextuais e externos (como clima, equipamento, arbitragem, superfície da pista ou solo, entre outros) também influenciam diretamente o desempenho do atleta. Por exemplo, o vento pode afetar provas de salto à distância e o tipo de solo interfere na ginástica. III. Correta: Esportes de combate exigem preparo físico e mental, incluindo agilidade, autocontrole e estratégias táticas. O judô, por exemplo, tem como base a antecipação dos movimentos do oponente, exigindo raciocínio rápido e domínio emocional, além de força, flexibilidade e resistência. IV. Incorreta: Esportes radicais nem sempre são praticados em ambientes preparados para segurança. Modalidades como surf e escalada, muitas vezes, ocorrem em ambientes naturais e imprevisíveis, onde o risco é um elemento constante.	Indeferido
32262	495265	RODRIGO HOOPER DE MEDEIROS PINTO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta pois descreve com precisão o processo fisiológico de termorregulação durante o exercício físico, em que o aumento da temperatura corporal ativa mecanismos como vasodilatação cutânea e sudorese, conforme demonstrado na literatura clássica de Fisiologia do Exercício. O débito cardíaco não se reduz durante o exercício. Ao contrário, aumenta significativamente para suprir as maiores demandas metabólicas dos tecidos ativos. Além disso, a frequência respiratória se eleva, acompanhando o esforço. Embora a vasoconstrição em áreas menos ativas ocorra, o principal fator que aumenta o fluxo sanguíneo para os músculos é a vasodilatação local induzida pelo metabolismo muscular (efeito miogênico e metabólico), e não a vasoconstrição periférica isoladamente. A ventilação pulmonar não se estabiliza em platô durante exercícios intensos. Pelo contrário, aumenta proporcionalmente à intensidade, como resposta à elevação do CO ₂ , para manter o equilíbrio ácido-base.	Indeferido
32139	495265	RODRIGO HOOPER DE MEDEIROS PINTO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33469	508294	RÔMULO RAMOS DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

33219	502506	ROSANA BARCELLOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33236	502506	ROSANA BARCELLOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33242	502506	ROSANA BARCELLOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31743	485916	ROSANA MARCOS SILVA FREITAS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33707	480345	ROSIANE SOUZA DA SILVA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

32938	513911	SHENIA SOILHO FERREIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31972	479012	SILVANA NEGREIROS DE LIMA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31979	479012	SILVANA NEGREIROS DE LIMA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32646	479012	SILVANA NEGREIROS DE LIMA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33616	516870	TAISA BOECHAT DE OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente.	Indeferido

33645	516870	TAISA BOECHAT DE OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33699	516870	TAISA BOECHAT DE OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33728	516870	TAISA BOECHAT DE OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33781	516870	TAISA BOECHAT DE OLIVEIRA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32800	493202	THALITA LEITE PEREIRA DA SILVA NASCIMENTO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33787	484066	WAGNER HOLANDA CAVALCANTE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido

33799	484066	WAGNER HOLANDA CAVALCANTE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33818	484066	WAGNER HOLANDA CAVALCANTE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldeili Júnio, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33822	484066	WAGNER HOLANDA CAVALCANTE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31482	506349	WALLACE RODRIGUES CHAMARELLI DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31890	506899	WALLACE SANTANA DE PAULA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

32055	501144	YAGO MIGUEL RANGEL DOS SANTOS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32070	501144	YAGO MIGUEL RANGEL DOS SANTOS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32677	501144	YAGO MIGUEL RANGEL DOS SANTOS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II. Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III. Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33801	501144	YAGO MIGUEL RANGEL DOS SANTOS	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
33868	513023	ANTONIO EDICAR SIMPLICIO DA SILVA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31973	477881	BEATRIZ MARTINS BARROS	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

34022	494808	CLÁUDIA FELICIANO DE PAULA LUCIO	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A questão está correta ao classificar a indústria petroquímica como germinativa, pois sua função é fornecer insumos para o surgimento e desenvolvimento de diversos outros setores industriais. A alternativa apontada pelo candidato, não corresponde à classificação funcional pedida no enunciado, e sim a uma classificação ampla por tipo de atividade, que não atende ao critério da questão.	Indeferido
34036	494808	CLÁUDIA FELICIANO DE PAULA LUCIO	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A alternativa é considerada incorreta porque, segundo Ruy Moreira, a "forma" refere-se ao pensamento geográfico, ou seja, à estrutura epistemológica que organiza a apreensão do conteúdo. Por outro lado, a "existência e a importância do geográfico presente na realidade" dizem respeito ao objeto empírico da Geografia, e não à forma como ele é pensado. Portanto, não se relaciona diretamente à definição de forma apresentada pelo autor.	Indeferido
34055	494808	CLÁUDIA FELICIANO DE PAULA LUCIO	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. O item descreve com precisão um estrato-vulcão, tanto pela estrutura física quanto pelos exemplos citados. A fundamentação do candidato confunde um tipo vulcânico menor com um modelo clássico e complexo, o que torna a alegação improcedente.	Indeferido
31484	484767	CRÍSCILLA DA SILVA SALLES	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A alternativa (A) não atende à exigência do enunciado, que pede a menor escala capaz de representar elementos de 10 m com um traço mínimo de 0,2 mm no papel. O cálculo técnico demonstra que a menor escala que garante essa representação é 1:50.000.	Indeferido
31538	484767	CRÍSCILLA DA SILVA SALLES	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A alternativa é considerada incorreta porque, segundo Ruy Moreira, a "forma" refere-se ao pensamento geográfico, ou seja, à estrutura epistemológica que organiza a apreensão do conteúdo. Por outro lado, a "existência e a importância do geográfico presente na realidade" dizem respeito ao objeto empírico da Geografia, e não à forma como ele é pensado. Portanto, não se relaciona diretamente à definição de forma apresentada pelo autor.	Indeferido
31755	484767	CRÍSCILLA DA SILVA SALLES	PROFESSOR I GEOGRAFIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32918	485478	DANIELE DE OLIVEIRA CARDOSO	PROFESSOR I GEOGRAFIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33604	479610	ELIZABETH ROSA RODRIGUES	PROFESSOR I GEOGRAFIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33621	479610	ELIZABETH ROSA RODRIGUES	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33634	479610	ELIZABETH ROSA RODRIGUES	PROFESSOR I GEOGRAFIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31426	505810	EMANUELLE CONCEIÇÃO DE JESUS	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. Embora os Estados Unidos tenham uma pegada ecológica muito alta, os Emirados Árabes Unidos lideram o ranking mundial, com valores ainda mais elevados per capita. O Haiti é um dos países com menor pegada ecológica per capita do mundo, devido ao seu baixo nível de consumo e desenvolvimento. O Brasil tem uma pegada significativamente maior. Os Emirados Árabes Unidos estão entre os países com maior pegada ecológica per capita, enquanto o Brasil tem uma pegada intermediária. Esta afirmação é contrária aos dados conhecidos. A Alemanha, como país altamente industrializado e com elevado consumo per capita, possui uma pegada ecológica superior à do Brasil, o que é coerente com o padrão global de consumo de recursos.	Indeferido
31437	505810	EMANUELLE CONCEIÇÃO DE JESUS	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A questão está clara, tem base em dados recentes do IBGE (Censo 2022), e cobra conhecimento compatível com o nível exigido em concursos públicos. A ausência de tabela no enunciado não compromete sua validade, já que o conteúdo é de conhecimento geral esperado. A alternativa (B) está correta, e o recurso não merece prosperar.	Indeferido
33963	507207	GABRIEL SANTANA COSTA AMBROSIO	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A alternativa é considerada incorreta porque, segundo Ruy Moreira, a "forma" refere-se ao pensamento geográfico, ou seja, à estrutura epistemológica que organiza a apreensão do conteúdo. Por outro lado, a "existência e a importância do geográfico presente na realidade" dizem respeito ao objeto empírico da Geografia, e não à forma como ele é pensado. Portanto, não se relaciona diretamente à definição de forma apresentada pelo autor.	Indeferido
34040	507207	GABRIEL SANTANA COSTA AMBROSIO	PROFESSOR I GEOGRAFIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32189	493211	GLEICE KELLY DE SOUZA PACHECO	PROFESSOR I GEOGRAFIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31455	510825	IGOR JEAN VIANA DA SILVA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	O gabarito oficial está correto. Tome como base o contexto.	Indeferido
31477	510825	IGOR JEAN VIANA DA SILVA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31491	510825	IGOR JEAN VIANA DA SILVA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31504	510825	IGOR JEAN VIANA DA SILVA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. Embora os Estados Unidos tenham uma pegada ecológica muito alta, os Emirados Árabes Unidos lideram o ranking mundial, com valores ainda mais elevados per capita. O Haiti é um dos países com menor pegada ecológica per capita do mundo, devido ao seu baixo nível de consumo e desenvolvimento. O Brasil tem uma pegada significativamente maior. Os Emirados Árabes Unidos estão entre os países com maior pegada ecológica per capita, enquanto o Brasil tem uma pegada intermediária. Esta afirmação é contrária aos dados conhecidos. A Alemanha, como país altamente industrializado e com elevado consumo per capita, possui uma pegada ecológica superior à do Brasil, o que é coerente com o padrão global de consumo de recursos.	Indeferido
31512	510825	IGOR JEAN VIANA DA SILVA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados estabelece o aumento do número total de parlamentares federais de 513 para 531 a partir da legislatura de 2027, com base nos dados populacionais do Censo de 2022. Essa redistribuição visa ajustar a representação proporcional dos estados sem prejudicar aqueles que, pela nova contagem populacional, perderiam cadeiras — ou seja, nenhuma bancada estadual terá redução no número de representantes. Além disso, o texto aprovado determina que o valor global das despesas com o exercício do mandato parlamentar permanecerá constante, ou seja, não haverá aumento real nos custos, como passagens ou aluguel de escritórios, ao longo dessa legislatura.	Indeferido
31422	478609	JOÃO DE JESUS DO NASCIMENTO LOPES	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Candidato não elaborou recurso.	Indeferido
32236	489353	JÚLIA DA CUNHA DAU RODRIGUES	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados estabelece o aumento do número total de parlamentares federais de 513 para 531 a partir da legislatura de 2027, com base nos dados populacionais do Censo de 2022. Essa redistribuição visa ajustar a representação proporcional dos estados sem prejudicar aqueles que, pela nova contagem populacional, perderiam cadeiras — ou seja, nenhuma bancada estadual terá redução no número de representantes. Além disso, o texto aprovado determina que o valor global das despesas com o exercício do mandato parlamentar permanecerá constante, ou seja, não haverá aumento real nos custos, como passagens ou aluguel de escritórios, ao longo dessa legislatura.	Indeferido
31392	507681	KAMILLA NASCIMENTO MAIA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A alternativa é considerada incorreta porque, segundo Ruy Moreira, a "forma" refere-se ao pensamento geográfico, ou seja, à estrutura epistemológica que organiza a apreensão do conteúdo. Por outro lado, a "existência e a importância do geográfico presente na realidade" dizem respeito ao objeto empírico da Geografia, e não à forma como ele é pensado. Portanto, não se relaciona diretamente à definição de forma apresentada pelo autor.	Indeferido
32323	492645	KLEVERTON THIAGO FERNANDES DIAS	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A alternativa é considerada incorreta porque, segundo Ruy Moreira, a "forma" refere-se ao pensamento geográfico, ou seja, à estrutura epistemológica que organiza a apreensão do conteúdo. Por outro lado, a "existência e a importância do geográfico presente na realidade" dizem respeito ao objeto empírico da Geografia, e não à forma como ele é pensado. Portanto, não se relaciona diretamente à definição de forma apresentada pelo autor.	Indeferido

32311	492645	KLEVERTON THIAGO FERNANDES DIAS	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. Embora os Estados Unidos tenham uma pegada ecológica muito alta, os Emirados Árabes Unidos lideram o ranking mundial, com valores ainda mais elevados per capita. O Haiti é um dos países com menor pegada ecológica per capita do mundo, devido ao seu baixo nível de consumo e desenvolvimento. O Brasil tem uma pegada significativamente maior. Os Emirados Árabes Unidos estão entre os países com maior pegada ecológica per capita, enquanto o Brasil tem uma pegada intermediária. Esta afirmação é contrária aos dados conhecidos. A Alemanha, como país altamente industrializado e com elevado consumo per capita, possui uma pegada ecológica superior à do Brasil, o que é coerente com o padrão global de consumo de recursos.	Indeferido
32367	492645	KLEVERTON THIAGO FERNANDES DIAS	PROFESSOR I GEOGRAFIA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido
32783	484042	MARCIO DE OLIVEIRA BARCARO	PROFESSOR I GEOGRAFIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33286	514923	MATHEUS LIMA DE ALBUQUERQUE	PROFESSOR I GEOGRAFIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32321	497870	NATHALIA FERNANDES DOS SANTOS	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A alternativa é considerada incorreta porque, segundo Ruy Moreira, a "forma" refere-se ao pensamento geográfico, ou seja, à estrutura epistemológica que organiza a apreensão do conteúdo. Por outro lado, a "existência e a importância do geográfico presente na realidade" dizem respeito ao objeto empírico da Geografia, e não à forma como ele é pensado. Portanto, não se relaciona diretamente à definição de forma apresentada pelo autor.	Indeferido

32453	519812	PAULO SERGIO ARAUJO DA SILVA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Analisando seu recurso, verificamos que a questão está clara e objetiva, e que o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32490	519812	PAULO SERGIO ARAUJO DA SILVA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32521	519812	PAULO SERGIO ARAUJO DA SILVA	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31479	476639	ROBERTO SETE AZEVEDO JUNIOR	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A alternativa é considerada incorreta porque, segundo Ruy Moreira, a "forma" refere-se ao pensamento geográfico, ou seja, à estrutura epistemológica que organiza a apreensão do conteúdo. Por outro lado, a "existência e a importância do geográfico presente na realidade" dizem respeito ao objeto empírico da Geografia, e não à forma como ele é pensado. Portanto, não se relaciona diretamente à definição de forma apresentada pelo autor.	Indeferido
31517	476639	ROBERTO SETE AZEVEDO JUNIOR	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A questão está correta ao classificar a indústria petroquímica como germinativa, pois sua função é fornecer insumos para o surgimento e desenvolvimento de diversos outros setores industriais. A alternativa apontada pelo candidato, não corresponde à classificação funcional pedida no enunciado, e sim a uma classificação ampla por tipo de atividade, que não atende ao critério da questão.	Indeferido
31551	476639	ROBERTO SETE AZEVEDO JUNIOR	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. A alternativa correta é a (A). Ela reflete os dados históricos sobre a participação da indústria de transformação no PIB brasileiro, que cresceu até meados dos anos 1980 e depois entrou em declínio relativo, caracterizando desindustrialização.	Indeferido
31572	476639	ROBERTO SETE AZEVEDO JUNIOR	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. Gabarito letra C.A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) é uma organização intergovernamental fundada em 1980, com o objetivo de promover a integração econômica entre os países da América Latina, visando à formação de um mercado comum regional.	Indeferido
31848	476639	ROBERTO SETE AZEVEDO JUNIOR	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. O projeto aprovado pela Câmara dos Deputados estabelece o aumento do número total de parlamentares federais de 513 para 531 a partir da legislatura de 2027, com base nos dados populacionais do Censo de 2022. Essa redistribuição visa ajustar a representação proporcional dos estados sem prejudicar aqueles que, pela nova contagem populacional, perderiam cadeiras — ou seja, nenhuma bancada estadual terá redução no número de representantes. Além disso, o texto aprovado determina que o valor global das despesas com o exercício do mandato parlamentar permanecerá constante, ou seja, não haverá aumento real nos custos, como passagens ou aluguel de escritórios, ao longo dessa legislatura.	Indeferido

31904	476639	ROBERTO SETE AZEVEDO JUNIOR	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. O trecho descreve características típicas do espraiamento urbano, também chamado de crescimento horizontal das cidades. Esse fenômeno é marcado pela expansão desordenada do tecido urbano em direção às periferias, geralmente ocupando áreas ambientalmente frágeis, como encostas e margens de rios, além de aumentar a impermeabilização do solo, o que pode gerar problemas como enchentes e degradação ambiental. O espraiamento também exige a ampliação da infraestrutura urbana, como transporte, saneamento e energia, muitas vezes sem o devido planejamento.	Indeferido
31921	476639	ROBERTO SETE AZEVEDO JUNIOR	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. O principal entrave é a dependência do transporte rodoviário em longas distâncias, com pouca integração entre modais e más condições das vias, o que eleva os custos logísticos e reduz a competitividade do agronegócio no Centro-Oeste.	Indeferido
31950	476639	ROBERTO SETE AZEVEDO JUNIOR	PROFESSOR I GEOGRAFIA	Recurso Indeferido. As dorsais meso-oceânicas são elevações submarinas geradas pela expansão do assoalho oceânico, onde ocorre intensa atividade vulcânica, formação de nova crosta e elevado fluxo de calor geotérmico, características típicas das zonas de limites divergentes entre placas tectônicas.	Indeferido
33280	503337	WILIAN AURELIO DE OLIVEIRA FILHO	PROFESSOR I GEOGRAFIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32957	484317	ADRIANA CORRÊA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33136	484317	ADRIANA CORRÊA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33186	484317	ADRIANA CORRÊA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Improcedente. leve em conta o contexto.	Indeferido
33105	509035	ALICIA DE ALMEIDA SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33112	509035	ALICIA DE ALMEIDA SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33125	509035	ALICIA DE ALMEIDA SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31596	478655	ANA CAROLINA DA SILVA CAMPOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
31575	478655	ANA CAROLINA DA SILVA CAMPOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31875	478655	ANA CAROLINA DA SILVA CAMPOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o trecho em análise trata especificamente da exploração aurífera na região do sul do rio Zambeze, destacando as tribos locais conhecidas como machonas e a importância do reino de Monomotapa no controle das minas de ouro. Segundo a fonte, “os machonas e outras tribos negras ao sul do Zambeze eram os senhores do ouro. As áreas das minas da Machona dispunham-se num vasto semi-círculo correndo para oeste e sul, fielmente representado pelos centros auríferos de Makaha, vale do Mazói e Belingwe (...). Mas as constantes guerrilhas entre os régulos, especialmente provocadas pelas desavenças do Monomotapa com o Emir Toloa, prejudicavam os resgates” (DIAS, Manuel Nunes, Revista de História). Dessa forma, o trecho evidencia a centralidade de Monomotapa nas relações de poder e comércio de ouro na região, além dos desafios enfrentados pelos portugueses diante das disputas locais, não havendo inconsistência que justifique a alteração ou anulação da questão. Fonte: DIAS, Manuel Nunes. Os campos de ouro do Monomotapa no século XVI. Revista de História, v. 17, n. 35, p. 107-122, 1958.	Indeferido

31879	478655	ANA CAROLINA DA SILVA CAMPOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO I. Correto. - Socialistas (especialmente marxistas) viam o Estado como um instrumento que deveria ser tomado e utilizado na transição para o comunismo. Já os anarquistas, como Bakunin, rejeitavam qualquer forma de Estado, ainda que provisória, por considerá-lo sempre uma instituição de dominação. II. Incorreto. - Na Revolução Russa de 1917, os bolcheviques não aboliram o Estado. Ao contrário, fortaleceram o aparato estatal com a criação do Estado soviético centralizado, que se consolidou como ditadura do proletariado sob o Partido Comunista. Portanto, não houve síntese entre socialismo e anarquismo; pelo contrário, houve conflito. III. Correto. - O anarcossindicalismo encontrou expressão prática na Revolução Espanhola de 1936, especialmente nas áreas controladas pela CNT-FAI, onde foram implementadas experiências de autogestão e coletivização da economia. Já a URSS seguiu um modelo oposto, de economia centralmente planejada pelo Estado. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
31885	478655	ANA CAROLINA DA SILVA CAMPOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece prosperar. Embora a Revolução Francesa tenha proclamado ideais de igualdade política, não houve a efetiva implementação do sufrágio universal masculino durante o período revolucionário. O direito de voto permaneceu restrito aos chamados “cidadãos ativos”, ou seja, homens que possuíam determinada renda ou propriedade, sendo, portanto, um sufrágio censitário. Assim, a alternativa (A) encontra-se incorreta, enquanto as demais correspondem a medidas de fato implementadas, como a adoção da soberania nacional, a separação dos poderes e o confisco das propriedades da Igreja. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
32922	510792	ANA CAROLINA DE SOUZA DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A alternativa (A) está de acordo com o art. 9º, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, que prevê expressamente que a Bandeira Municipal pode ser distendida sobre o ataúde até o momento do sepultamento. Trata-se de uso solene e autorizado do símbolo, respeitando a tradição cerimonial estabelecida na legislação local.	Indeferido

32926	510792	ANA CAROLINA DE SOUZA DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
32932	510792	ANA CAROLINA DE SOUZA DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido

31775	500368	ANA CLARA PRAZERES DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31785	500368	ANA CLARA PRAZERES DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

31790	500368	ANA CLARA PRAZERES DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31748	514059	ANDRE DE OLIVEIRA CAMPOS FREIRE	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31756	514059	ANDRE DE OLIVEIRA CAMPOS FREIRE	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
31759	514059	ANDRE DE OLIVEIRA CAMPOS FREIRE	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31916	504675	ANDRÉ LUÍS REIS VIEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33696	503090	ANDRÉ LUIZ MARQUES DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
33750	503090	ANDRÉ LUIZ MARQUES DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33839	503090	ANDRÉ LUIZ MARQUES DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido
33901	503090	ANDRÉ LUIZ MARQUES DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

33924	503090	ANDRÉ LUIZ MARQUES DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
33953	503090	ANDRÉ LUIZ MARQUES DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33972	503090	ANDRÉ LUIZ MARQUES DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece prosperar. Embora a Revolução Francesa tenha proclamado ideais de igualdade política, não houve a efetiva implementação do sufrágio universal masculino durante o período revolucionário. O direito de voto permaneceu restrito aos chamados “cidadãos ativos”, ou seja, homens que possuíam determinada renda ou propriedade, sendo, portanto, um sufrágio censitário. Assim, a alternativa (B) encontra-se incorreta, enquanto as demais correspondem a medidas de fato implementadas, como a adoção da soberania nacional, a separação dos poderes e o confisco das propriedades da Igreja. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
32670	477713	ANDRÉ LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32672	477713	ANDRÉ LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO I. Correto. - Socialistas (especialmente marxistas) viam o Estado como um instrumento que deveria ser tomado e utilizado na transição para o comunismo. Já os anarquistas, como Bakunin, rejeitavam qualquer forma de Estado, ainda que provisória, por considerá-lo sempre uma instituição de dominação. II. Incorreto. - Na Revolução Russa de 1917, os bolcheviques não aboliram o Estado. Ao contrário, fortaleceram o aparato estatal com a criação do Estado soviético centralizado, que se consolidou como ditadura do proletariado sob o Partido Comunista. Portanto, não houve síntese entre socialismo e anarquismo; pelo contrário, houve conflito. III. Correto. - O anarcossindicalismo encontrou expressão prática na Revolução Espanhola de 1936, especialmente nas áreas controladas pela CNT-FAI, onde foram implementadas experiências de autogestão e coletivização da economia. Já a URSS seguiu um modelo oposto, de economia centralmente planejada pelo Estado. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
32674	477713	ANDRÉ LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	As Ligas Camponesas, surgidas no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, organizaram sobretudo posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, que enfrentavam expulsões de terra e o trabalho compulsório conhecido como “cambão”, articulando-se em defesa da posse da terra e da reforma agrária. Diferentemente do que sustentam alguns críticos, não se limitaram a reivindicações salariais nem fracassaram em Galiléia, pois este episódio representou seu marco inicial e não o fim; ao contrário, foi a partir dele que o movimento ganhou força e se expandiu para outros estados nordestinos até ser duramente reprimido após o golpe de 1964. (Fausto, Boris. História do Brasil, 2018).	Indeferido
32676	477713	ANDRÉ LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32893	484737	ARIEL MARIA PACHECO PANDELOT	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33224	511147	ÁTILA ARAÚJO DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33248	522536	BEATRIZ AZEVEDO BARROS DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33251	522536	BEATRIZ AZEVEDO BARROS DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32968	522530	BEATRIZ XAVIER NASCIMENTO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
32969	522530	BEATRIZ XAVIER NASCIMENTO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido

32971	522530	BEATRIZ XAVIER NASCIMENTO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilles. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33960	498794	BIANCA BELMIRO	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33987	498794	BIANCA BELMIRO	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
34014	498794	BIANCA BELMIRO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido

34025	498794	BIANCA BELMIRO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
34041	498794	BIANCA BELMIRO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois a relação entre a frase atribuída a Quintus Curtius Rufus e o contexto da escravidão no mundo antigo remete diretamente à Revolta de Espártaco, maior levante de escravos contra Roma (73–71 a.C.). A advertência citada — “não existe amizade entre senhor e escravo” — revela um medo recorrente na literatura greco-romana, em que a vigilância e a desconfiança eram elementos centrais da convivência entre proprietários e escravizados. Espártaco, embora não tenha tido um projeto social de libertação ampla, liderou um movimento que expôs de forma contundente essa tensão estrutural da sociedade romana. As demais alternativas não apresentam relação direta com a temática: a Guerra do Peloponeso é um conflito grego e não romano; as Guerras Púnicas se referem à disputa entre Roma e Cartago; e a Revolta dos Batavos, ainda que ligada à insatisfação contra Roma, não tinha como núcleo a questão da escravidão.	Indeferido
34050	498794	BIANCA BELMIRO	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33941	495428	BIANCA SANTOS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido

33124	498799	BRUNO AMARAL OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33195	498799	BRUNO AMARAL OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

33206	498799	BRUNO AMARAL OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33220	498799	BRUNO AMARAL OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece prosperar. Embora a Revolução Francesa tenha proclamado ideais de igualdade política, não houve a efetiva implementação do sufrágio universal masculino durante o período revolucionário. O direito de voto permaneceu restrito aos chamados “cidadãos ativos”, ou seja, homens que possuíam determinada renda ou propriedade, sendo, portanto, um sufrágio censitário. Assim, a alternativa (B) encontra-se incorreta, enquanto as demais correspondem a medidas de fato implementadas, como a adoção da soberania nacional, a separação dos poderes e o confisco das propriedades da Igreja. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
33229	498799	BRUNO AMARAL OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
33234	498799	BRUNO AMARAL OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32961	504042	BRUNO DA SILVA THEODORO DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

32985	504042	BRUNO DA SILVA THEODORO DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	As Ligas Camponesas, surgidas no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, organizaram sobretudo posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, que enfrentavam expulsões de terra e o trabalho compulsório conhecido como “cambão”, articulando-se em defesa da posse da terra e da reforma agrária. Diferentemente do que sustentam alguns críticos, não se limitaram a reivindicações salariais nem fracassaram em Galiléia, pois este episódio representou seu marco inicial e não o fim; ao contrário, foi a partir dele que o movimento ganhou força e se expandiu para outros estados nordestinos até ser duramente reprimido após o golpe de 1964. (Fausto, Boris. História do Brasil, 2018).	Indeferido
33000	504042	BRUNO DA SILVA THEODORO DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33046	504042	BRUNO DA SILVA THEODORO DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
33890	513100	BRUNO SOUZA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33903	513100	BRUNO SOUZA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33936	513100	BRUNO SOUZA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
33069	491917	CAIO AUGUSTO CORREA FERREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido

31887	502376	CARLOS FELIPE TARGINO PINTO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33053	479067	CARLOS HENRIQUE DA SILVA DE NOBREGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33063	479067	CARLOS HENRIQUE DA SILVA DE NOBREGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
33078	479067	CARLOS HENRIQUE DA SILVA DE NOBREGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece prosperar. Embora a Revolução Francesa tenha proclamado ideais de igualdade política, não houve a efetiva implementação do sufrágio universal masculino durante o período revolucionário. O direito de voto permaneceu restrito aos chamados “cidadãos ativos”, ou seja, homens que possuíam determinada renda ou propriedade, sendo, portanto, um sufrágio censitário. Assim, a alternativa (A) encontra-se incorreta, enquanto as demais correspondem a medidas de fato implementadas, como a adoção da soberania nacional, a separação dos poderes e o confisco das propriedades da Igreja. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
33095	479067	CARLOS HENRIQUE DA SILVA DE NOBREGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31665	506454	CÁTIA CRISTINA DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31586	504128	CRISTIANE MARCELLINO MOREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32468	504128	CRISTIANE MARCELLINO MOREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33984	504128	CRISTIANE MARCELLINO MOREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento, uma vez que a questão nº 38, cargo Professor de História, não exige do candidato o conhecimento técnico-jurídico da decisão recente do Supremo Tribunal Federal, mas sim a capacidade de relacionar a realidade histórica e política com a prática social contemporânea, em consonância com o próprio conteúdo programático previsto no edital, que abrange o estudo das relações entre sociedade, política e instituições. Ademais, a decisão do STF sobre as “emendas de relator” foi amplamente divulgada e discutida em meios acadêmicos, midiáticos e no debate público, constituindo tema de relevância social e histórica, passível de abordagem em prova de conhecimentos gerais e específicos da área de História. Portanto, não há afronta ao princípio da vinculação ao edital, devendo ser mantida a questão e seu gabarito oficial.	Indeferido
34044	504128	CRISTIANE MARCELLINO MOREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois a relação entre a frase atribuída a Quintus Curtius Rufus e o contexto da escravidão no mundo antigo remete diretamente à Revolta de Espártaco, maior levante de escravos contra Roma (73–71 a.C.). A advertência citada — “não existe amizade entre senhor e escravo” — revela um medo recorrente na literatura greco-romana, em que a vigilância e a desconfiança eram elementos centrais da convivência entre proprietários e escravizados. Espártaco, embora não tenha tido um projeto social de libertação ampla, liderou um movimento que expôs de forma contundente essa tensão estrutural da sociedade romana. As demais alternativas não apresentam relação direta com a temática: a Guerra do Peloponeso é um conflito grego e não romano; as Guerras Púnicas se referem à disputa entre Roma e Cartago; e a Revolta dos Batavos, ainda que ligada à insatisfação contra Roma, não tinha como núcleo a questão da escravidão.	Indeferido

31723	488106	CYRO TORRES BENDELACK	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
31730	488106	CYRO TORRES BENDELACK	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

31757	488106	CYRO TORRES BENDELACK	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
32823	479853	DANIEL RIBEIRO DE MATTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido

33133	507154	DANIELE OLIVEIRA WOOD	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33148	507154	DANIELE OLIVEIRA WOOD	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33161	507154	DANIELE OLIVEIRA WOOD	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

31396	517704	DANIELLE FREIRE DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31408	517704	DANIELLE FREIRE DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido

31411	517704	DANIELLE FREIRE DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
31419	517704	DANIELLE FREIRE DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece prosperar. Embora a Revolução Francesa tenha proclamado ideais de igualdade política, não houve a efetiva implementação do sufrágio universal masculino durante o período revolucionário. O direito de voto permaneceu restrito aos chamados “cidadãos ativos”, ou seja, homens que possuíam determinada renda ou propriedade, sendo, portanto, um sufrágio censitário. Assim, a alternativa (B) encontra-se incorreta, enquanto as demais correspondem a medidas de fato implementadas, como a adoção da soberania nacional, a separação dos poderes e o confisco das propriedades da Igreja. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
31430	517704	DANIELLE FREIRE DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

31602	487468	DAVID DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31642	487468	DAVID DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido

31652	487468	DAVID DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
31668	487468	DAVID DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32989	487468	DAVID DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32993	487468	DAVID DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31727	519309	DEILSON BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31810	519309	DEILSON BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33906	519309	DEILSON BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33957	519309	DEILSON BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

32889	493241	DHEANE DE OLIVEIRA DIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32892	493241	DHEANE DE OLIVEIRA DIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32894	493241	DHEANE DE OLIVEIRA DIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32898	493241	DHEANE DE OLIVEIRA DIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
32899	493241	DHEANE DE OLIVEIRA DIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
32901	493241	DHEANE DE OLIVEIRA DIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31463	498650	DIEGO DE OLIVEIRA LOPES DA SILVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

31469	498650	DIEGO DE OLIVEIRA LOPES DA SILVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31475	498650	DIEGO DE OLIVEIRA LOPES DA SILVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31488	498650	DIEGO DE OLIVEIRA LOPES DA SILVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

31534	503007	EMERSON ASSAD DRUMOND	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31612	503007	EMERSON ASSAD DRUMOND	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31673	503007	EMERSON ASSAD DRUMOND	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31678	503007	EMERSON ASSAD DRUMOND	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
31681	503007	EMERSON ASSAD DRUMOND	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

31705	503007	EMERSON ASSAD DRUMOND	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31919	503007	EMERSON ASSAD DRUMOND	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31818	490272	ESTHER ZAMPAROLE DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31840	490272	ESTHER ZAMPAROLE DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31846	490272	ESTHER ZAMPAROLE DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido

31856	490272	ESTHER ZAMPAROLE DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
31868	490272	ESTHER ZAMPAROLE DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32779	489243	EVELYN HELEN DA SILVA SERRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnio, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32792	489243	EVELYN HELEN DA SILVA SERRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido

32798	489243	EVELYN HELEN DA SILVA SERRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento, uma vez que a questão nº 38, cargo Professor de História, não exige do candidato o conhecimento técnico-jurídico da decisão recente do Supremo Tribunal Federal, mas sim a capacidade de relacionar a realidade histórica e política com a prática social contemporânea, em consonância com o próprio conteúdo programático previsto no edital, que abrange o estudo das relações entre sociedade, política e instituições. Ademais, a decisão do STF sobre as “emendas de relator” foi amplamente divulgada e discutida em meios acadêmicos, midiáticos e no debate público, constituindo tema de relevância social e histórica, passível de abordagem em prova de conhecimentos gerais e específicos da área de História. Portanto, não há afronta ao princípio da vinculação ao edital, devendo ser mantida a questão e seu gabarito oficial.	Indeferido
32802	489243	EVELYN HELEN DA SILVA SERRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31540	489138	FABIANE SILVA MARTINS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31556	489138	FABIANE SILVA MARTINS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido

31568	489138	FABIANE SILVA MARTINS	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31527	497434	FELIPE DA SILVA TRINDADE MACHADO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31632	497434	FELIPE DA SILVA TRINDADE MACHADO	PROFESSOR I HISTÓRIA	As Ligas Camponesas, surgidas no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, organizaram sobretudo posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, que enfrentavam expulsões de terra e o trabalho compulsório conhecido como “cambão”, articulando-se em defesa da posse da terra e da reforma agrária. Diferentemente do que sustentam alguns críticos, não se limitaram a reivindicações salariais nem fracassaram em Galiléia, pois este episódio representou seu marco inicial e não o fim; ao contrário, foi a partir dele que o movimento ganhou força e se expandiu para outros estados nordestinos até ser duramente reprimido após o golpe de 1964. (Fausto, Boris. História do Brasil, 2018).	Indeferido
31640	497434	FELIPE DA SILVA TRINDADE MACHADO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido

31650	497434	FELIPE DA SILVA TRINDADE MACHADO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
33985	521137	FELIPE NASCIMENTO DE ARAUJO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
33967	521137	FELIPE NASCIMENTO DE ARAUJO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

34016	521137	FELIPE NASCIMENTO DE ARAUJO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO I. Correto. - Socialistas (especialmente marxistas) viam o Estado como um instrumento que deveria ser tomado e utilizado na transição para o comunismo. Já os anarquistas, como Bakunin, rejeitavam qualquer forma de Estado, ainda que provisória, por considerá-lo sempre uma instituição de dominação. II. Incorreto. - Na Revolução Russa de 1917, os bolcheviques não aboliram o Estado. Ao contrário, fortaleceram o aparato estatal com a criação do Estado soviético centralizado, que se consolidou como ditadura do proletariado sob o Partido Comunista. Portanto, não houve síntese entre socialismo e anarquismo; pelo contrário, houve conflito. III. Correto. - O anarcossindicalismo encontrou expressão prática na Revolução Espanhola de 1936, especialmente nas áreas controladas pela CNT-FAI, onde foram implementadas experiências de autogestão e coletivização da economia. Já a URSS seguiu um modelo oposto, de economia centralmente planejada pelo Estado. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
31368	492725	FELIPE SPERLI CHAMBARELLI	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
31370	492725	FELIPE SPERLI CHAMBARELLI	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33300	513716	FERNANDO SERRA RAPOZO	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
33314	513716	FERNANDO SERRA RAPOZO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
31362	504595	FILIPPE ARNALDO CEZARINHO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33293	504595	FILÍPE ARNALDO CEZARINHO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31717	481087	FLÁVIO HENRIQUE SANTOS DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31720	481087	FLÁVIO HENRIQUE SANTOS DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

31725	481087	FLÁVIO HENRIQUE SANTOS DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
33176	517906	GABRIEL DE OLIVEIRA VARELA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33182	517906	GABRIEL DE OLIVEIRA VARELA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnio, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33185	517906	GABRIEL DE OLIVEIRA VARELA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31443	497494	GABRIEL FAGUNDES	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31452	497494	GABRIEL FAGUNDES	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido

31898	497494	GABRIEL FAGUNDES	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31902	497494	GABRIEL FAGUNDES	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33888	507129	GABRIEL MOURA MANDARINO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31731	492598	GABRIEL PAES DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31734	492598	GABRIEL PAES DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido

31751	492598	GABRIEL PAES DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
31763	492598	GABRIEL PAES DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32045	492598	GABRIEL PAES DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	As Ligas Camponesas, surgidas no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, organizaram sobretudo posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, que enfrentavam expulsões de terra e o trabalho compulsório conhecido como “cambão”, articulando-se em defesa da posse da terra e da reforma agrária. Diferentemente do que sustentam alguns críticos, não se limitaram a reivindicações salariais nem fracassaram em Galiléia, pois este episódio representou seu marco inicial e não o fim; ao contrário, foi a partir dele que o movimento ganhou força e se expandiu para outros estados nordestinos até ser duramente reprimido após o golpe de 1964. (Fausto, Boris. História do Brasil, 2018).	Indeferido
33123	514698	GABRIEL SANTOS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Improcedente. Leve em conta o contexto.	Indeferido
33137	514698	GABRIEL SANTOS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33157	514698	GABRIEL SANTOS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece prosperar. Embora a Revolução Francesa tenha proclamado ideais de igualdade política, não houve a efetiva implementação do sufrágio universal masculino durante o período revolucionário. O direito de voto permaneceu restrito aos chamados “cidadãos ativos”, ou seja, homens que possuíam determinada renda ou propriedade, sendo, portanto, um sufrágio censitário. Assim, a alternativa (A) encontra-se incorreta, enquanto as demais correspondem a medidas de fato implementadas, como a adoção da soberania nacional, a separação dos poderes e o confisco das propriedades da Igreja. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
33162	514698	GABRIEL SANTOS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32945	500985	HEOCLIZIA APARECIDA ALVES DE MAUTAS MESQUITA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32880	495715	HUGO GABRIEL CAVALCANTE DANTAS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32890	495715	HUGO GABRIEL CAVALCANTE DANTAS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32903	495715	HUGO GABRIEL CAVALCANTE DANTAS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece prosperar. Embora a Revolução Francesa tenha proclamado ideais de igualdade política, não houve a efetiva implementação do sufrágio universal masculino durante o período revolucionário. O direito de voto permaneceu restrito aos chamados “cidadãos ativos”, ou seja, homens que possuíam determinada renda ou propriedade, sendo, portanto, um sufrágio censitário. Assim, a alternativa (A) encontra-se incorreta, enquanto as demais correspondem a medidas de fato implementadas, como a adoção da soberania nacional, a separação dos poderes e o confisco das propriedades da Igreja. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido

31982	509709	HUGO GUILHERME RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. De acordo com o Art. 49, §3º do Estatuto dos Servidores de Belford Roxo, o adicional de plantão possui limitação percentual. A alternativa está incorreta ao afirmar que pode ser superior a 30% dos vencimentos básicos, o que contraria a redação expressa do Estatuto, que impõe limite de até 30%.	Indeferido
31988	509709	HUGO GUILHERME RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31995	509709	HUGO GUILHERME RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
32003	509709	HUGO GUILHERME RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO I. Correto. - Socialistas (especialmente marxistas) viam o Estado como um instrumento que deveria ser tomado e utilizado na transição para o comunismo. Já os anarquistas, como Bakunin, rejeitavam qualquer forma de Estado, ainda que provisória, por considerá-lo sempre uma instituição de dominação. II. Incorreto. - Na Revolução Russa de 1917, os bolcheviques não aboliram o Estado. Ao contrário, fortaleceram o aparato estatal com a criação do Estado soviético centralizado, que se consolidou como ditadura do proletariado sob o Partido Comunista. Portanto, não houve síntese entre socialismo e anarquismo; pelo contrário, houve conflito. III. Correto. - O anarcossindicalismo encontrou expressão prática na Revolução Espanhola de 1936, especialmente nas áreas controladas pela CNT-FAI, onde foram implementadas experiências de autogestão e coletivização da economia. Já a URSS seguiu um modelo oposto, de economia centralmente planejada pelo Estado. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido

32005	509709	HUGO GUILHERME RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	As Ligas Camponesas, surgidas no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, organizaram sobretudo posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, que enfrentavam expulsões de terra e o trabalho compulsório conhecido como “cambão”, articulando-se em defesa da posse da terra e da reforma agrária. Diferentemente do que sustentam alguns críticos, não se limitaram a reivindicações salariais nem fracassaram em Galiléia, pois este episódio representou seu marco inicial e não o fim; ao contrário, foi a partir dele que o movimento ganhou força e se expandiu para outros estados nordestinos até ser duramente reprimido após o golpe de 1964. (Fausto, Boris. História do Brasil, 2018).	Indeferido
32013	509709	HUGO GUILHERME RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece prosperar. Embora a Revolução Francesa tenha proclamado ideais de igualdade política, não houve a efetiva implementação do sufrágio universal masculino durante o período revolucionário. O direito de voto permaneceu restrito aos chamados “cidadãos ativos”, ou seja, homens que possuíam determinada renda ou propriedade, sendo, portanto, um sufrágio censitário. Assim, a alternativa (B) encontra-se incorreta, enquanto as demais correspondem a medidas de fato implementadas, como a adoção da soberania nacional, a separação dos poderes e o confisco das propriedades da Igreja. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
32018	509709	HUGO GUILHERME RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32644	517599	INGRID FRANCISCO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32709	517599	INGRID FRANCISCO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
32721	517599	INGRID FRANCISCO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33076	517599	INGRID FRANCISCO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
34019	517599	INGRID FRANCISCO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	As Ligas Camponesas, surgidas no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, organizaram sobretudo posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, que enfrentavam expulsões de terra e o trabalho compulsório conhecido como “cambão”, articulando-se em defesa da posse da terra e da reforma agrária. Diferentemente do que sustentam alguns críticos, não se limitaram a reivindicações salariais nem fracassaram em Galiléia, pois este episódio representou seu marco inicial e não o fim; ao contrário, foi a partir dele que o movimento ganhou força e se expandiu para outros estados nordestinos até ser duramente reprimido após o golpe de 1964. (Fausto, Boris. História do Brasil, 2018).	Indeferido

32967	499420	ISRAEL MORAIS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
32972	499420	ISRAEL MORAIS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
32981	499420	ISRAEL MORAIS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32983	499420	ISRAEL MORAIS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

33324	499420	ISRAEL MORAIS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33333	499420	ISRAEL MORAIS DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33297	479495	JACKELINE STEPHAINE SANTOS SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33316	479495	JACKELINE STEPHAINE SANTOS SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33527	480307	JANICE CONRADO DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33262	519139	JEAN DE SOUZA MATTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33296	519139	JEAN DE SOUZA MATTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

33833	519522	JEFFERSON FABIANO PRAZERES RIBEIRO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33772	519522	JEFFERSON FABIANO PRAZERES RIBEIRO	PROFESSOR I HISTÓRIA	Improcedente.	Indeferido
33807	519522	JEFFERSON FABIANO PRAZERES RIBEIRO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
33671	519329	JEFFERSON ROBERTO BATISTA DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

33684	519329	JEFFERSON ROBERTO BATISTA DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33695	519329	JEFFERSON ROBERTO BATISTA DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33701	519329	JEFFERSON ROBERTO BATISTA DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois a relação entre a frase atribuída a Quintus Curtius Rufus e o contexto da escravidão no mundo antigo remete diretamente à Revolta de Espártaco, maior levante de escravos contra Roma (73–71 a.C.). A advertência citada — “não existe amizade entre senhor e escravo” — revela um medo recorrente na literatura greco-romana, em que a vigilância e a desconfiança eram elementos centrais da convivência entre proprietários e escravizados. Espártaco, embora não tenha tido um projeto social de libertação ampla, liderou um movimento que expôs de forma contundente essa tensão estrutural da sociedade romana. As demais alternativas não apresentam relação direta com a temática: a Guerra do Peloponeso é um conflito grego e não romano; as Guerras Púnicas se referem à disputa entre Roma e Cartago; e a Revolta dos Batavos, ainda que ligada à insatisfação contra Roma, não tinha como núcleo a questão da escravidão.	Indeferido

33705	519329	JEFFERSON ROBERTO BATISTA DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
33721	519329	JEFFERSON ROBERTO BATISTA DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilles. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32002	495569	JOÃO LUCAS BARROS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
32036	495569	JOÃO LUCAS BARROS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
33359	495569	JOÃO LUCAS BARROS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão solicitava que o candidato identificasse a alternativa incorreta. A afirmativa em questão está incorreta porque afirma o oposto do que dispõe a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo. De acordo com o art. 17, inciso XXXI, alínea b, é competência do Município regulamentar os serviços funerários e os cemitérios.	Indeferido

31643	520886	JOÃO PAULO MEDEIROS DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31662	520886	JOÃO PAULO MEDEIROS DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
31670	520886	JOÃO PAULO MEDEIROS DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31930	520886	JOÃO PAULO MEDEIROS DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32758	477942	JOÃO RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33605	507276	JOAQUIM WELLINGTON DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33662	507276	JOAQUIM WELLINGTON DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

31349	505066	JONATHAN CESAR RODRIGUES	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31350	505066	JONATHAN CESAR RODRIGUES	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32935	485151	KELLY DANTAS DOS SANTOS RAMOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32948	485151	KELLY DANTAS DOS SANTOS RAMOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32625	489509	LAYLA FREITAS DE MATOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32544	513501	LEAÚDES PATRICK FRANCISCO DE CAMPOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32589	520443	LEONARDO IRENE PEREIRA GUARINO	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
32590	520443	LEONARDO IRENE PEREIRA GUARINO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
32943	496949	LETICIA DIAS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido

32900	496949	LETICIA DIAS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
32999	496949	LETICIA DIAS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois a alternativa considerada correta no gabarito preliminar reflete adequadamente o núcleo da decisão do STF ao caracterizar as emendas de relator como mecanismo que comprometia a transparência e a publicidade da execução orçamentária, conduzindo à opacidade na destinação dos recursos. A menção, no voto da relatora, a princípios constitucionais como transparência, impessoalidade, moralidade e publicidade não descaracteriza a correção da resposta indicada, uma vez que todos se encontram inseridos na ideia central de violação aos deveres de publicidade e clareza, já contemplados na alternativa correta. Assim, não há incompletude ou erro no gabarito oficial, que deve ser mantido.	Indeferido
33028	496949	LETICIA DIAS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32286	506802	LUAN LENO NASCIMENTO MOURA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32233	506802	LUAN LENO NASCIMENTO MOURA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
32263	506802	LUAN LENO NASCIMENTO MOURA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32382	510863	LUAN RODRIGO SOUZA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32414	510863	LUAN RODRIGO SOUZA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32437	510863	LUAN RODRIGO SOUZA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido

32581	511584	LUANA LIMA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31418	494221	LUÍS GUILHERME LEMOS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31427	494221	LUÍS GUILHERME LEMOS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido

31431	494221	LUÍS GUILHERME LEMOS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31434	494221	LUÍS GUILHERME LEMOS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
31457	494221	LUÍS GUILHERME LEMOS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31721	494221	LUÍS GUILHERME LEMOS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31852	494221	LUÍS GUILHERME LEMOS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33928	515665	LUIZ FELIPE DE LIMA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33947	515665	LUIZ FELIPE DE LIMA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33416	502672	LUIZA TORINO ARRUDA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33463	502672	LUIZA TORINO ARRUDA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33472	502672	LUIZA TORINO ARRUDA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32729	513079	MARCELE LUNZ DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
33844	513079	MARCELE LUNZ DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31851	511227	MARCELO MACEDO DE ALMEIDA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31872	511227	MARCELO MACEDO DE ALMEIDA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido

31883	511227	MARCELO MACEDO DE ALMEIDA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
31893	511227	MARCELO MACEDO DE ALMEIDA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33432	500193	MARCELO REIS DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32315	476504	MARCIO ALEXANDRE MORENO	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31802	476504	MARCIO ALEXANDRE MORENO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31871	476504	MARCIO ALEXANDRE MORENO	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32064	476504	MARCIO ALEXANDRE MORENO	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32423	476504	MARCIO ALEXANDRE MORENO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
31746	478319	MARCIO DE SOUZA QUINTANILHA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31766	478319	MARCIO DE SOUZA QUINTANILHA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
31789	478319	MARCIO DE SOUZA QUINTANILHA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido

31795	478319	MARCIO DE SOUZA QUINTANILHA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31649	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31655	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31660	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31663	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido
31667	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. O trecho de Libâneo destaca que a escola deve proporcionar acesso aos saberes sistematizados, caracterizando a concepção de conhecimento estruturado.	Indeferido

31701	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
31708	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

31715	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31740	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
31750	494634	MARIA VITÓRIA PIRES BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois, embora a palavra “faculdade” possa assumir mais de um sentido na linguagem comum, no contexto da prova e da formulação da alternativa C, o termo foi corretamente utilizado em seu sentido jurídico e administrativo de autorização legal. A política do Encilhamento efetivamente conferiu aos bancos o poder de emitir moeda, como parte central do plano de Rui Barbosa, e não há imprecisão que comprometa a objetividade da questão. A interpretação de “faculdade” como mera opcionalidade não se sustenta no âmbito da análise histórica e econômica exigida pelo enunciado, sendo dever do candidato compreender o termo dentro do contexto técnico em que foi empregado. Assim, não se verifica ambiguidade que prejudique a isonomia do certame, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
33734	487171	MARIANA VIEIRA SILVA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33804	487171	MARIANA VIEIRA SILVA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32085	483326	MIGUEL FERREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
32095	483326	MIGUEL FERREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

31860	487528	NATHAN DA SILVA REZENDE	PROFESSOR I HISTÓRIA	Improcedente. O gabarito oficial está correto. Revise a questão.	Indeferido
31874	487528	NATHAN DA SILVA REZENDE	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31880	487528	NATHAN DA SILVA REZENDE	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagonônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
31899	487528	NATHAN DA SILVA REZENDE	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

31562	516428	OLGA DJAMILA DOS SANTOS CHIAPIM	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33012	516428	OLGA DJAMILA DOS SANTOS CHIAPIM	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

33023	516428	OLGA DJAMILA DOS SANTOS CHIAPIM	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33038	516428	OLGA DJAMILA DOS SANTOS CHIAPIM	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
33082	516428	OLGA DJAMILA DOS SANTOS CHIAPIM	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois a relação entre a frase atribuída a Quintus Curtius Rufus e o contexto da escravidão no mundo antigo remete diretamente à Revolta de Espártaco, maior levante de escravos contra Roma (73–71 a.C.). A advertência citada — “não existe amizade entre senhor e escravo” — revela um medo recorrente na literatura greco-romana, em que a vigilância e a desconfiança eram elementos centrais da convivência entre proprietários e escravizados. Espártaco, embora não tenha tido um projeto social de libertação ampla, liderou um movimento que expôs de forma contundente essa tensão estrutural da sociedade romana. As demais alternativas não apresentam relação direta com a temática: a Guerra do Peloponeso é um conflito grego e não romano; as Guerras Púnicas se referem à disputa entre Roma e Cartago; e a Revolta dos Batavos, ainda que ligada à insatisfação contra Roma, não tinha como núcleo a questão da escravidão.	Indeferido
33093	516428	OLGA DJAMILA DOS SANTOS CHIAPIM	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31578	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

31615	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	Improcedente. Há equivalência temporal e semântica entre os verbos.	Indeferido
31622	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	As Ligas Camponesas, surgidas no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, organizaram sobretudo posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, que enfrentavam expulsões de terra e o trabalho compulsório conhecido como “cambão”, articulando-se em defesa da posse da terra e da reforma agrária. Diferentemente do que sustentam alguns críticos, não se limitaram a reivindicações salariais nem fracassaram em Galiléia, pois este episódio representou seu marco inicial e não o fim; ao contrário, foi a partir dele que o movimento ganhou força e se expandiu para outros estados nordestinos até ser duramente reprimido após o golpe de 1964. (Fausto, Boris. História do Brasil, 2018).	Indeferido
31626	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois a relação entre a frase atribuída a Quintus Curtius Rufus e o contexto da escravidão no mundo antigo remete diretamente à Revolta de Espártaco, maior levante de escravos contra Roma (73–71 a.C.). A advertência citada — “não existe amizade entre senhor e escravo” — revela um medo recorrente na literatura greco-romana, em que a vigilância e a desconfiança eram elementos centrais da convivência entre proprietários e escravizados. Espártaco, embora não tenha tido um projeto social de libertação ampla, liderou um movimento que expôs de forma contundente essa tensão estrutural da sociedade romana. As demais alternativas não apresentam relação direta com a temática: a Guerra do Peloponeso é um conflito grego e não romano; as Guerras Púnicas se referem à disputa entre Roma e Cartago; e a Revolta dos Batavos, ainda que ligada à insatisfação contra Roma, não tinha como núcleo a questão da escravidão.	Indeferido
31635	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. De acordo com o Art. 49, §3º do Estatuto dos Servidores de Belford Roxo, o adicional de plantão possui limitação percentual. A alternativa está incorreta ao afirmar que pode ser superior a 30% dos vencimentos básicos, o que contraria a redação expressa do Estatuto, que impõe limite de até 30%.	Indeferido
31641	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	Sim. O gabarito oficial está correto. Verifique melhor a questão.	Indeferido
31644	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31654	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido
31656	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido

31661	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece prosperar. Embora a Revolução Francesa tenha proclamado ideais de igualdade política, não houve a efetiva implementação do sufrágio universal masculino durante o período revolucionário. O direito de voto permaneceu restrito aos chamados “cidadãos ativos”, ou seja, homens que possuíam determinada renda ou propriedade, sendo, portanto, um sufrágio censitário. Assim, a alternativa (B) encontra-se incorreta, enquanto as demais correspondem a medidas de fato implementadas, como a adoção da soberania nacional, a separação dos poderes e o confisco das propriedades da Igreja. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar. Fonte: Vicentino, Cláudio História geral e do Brasil / Cláudio Vicentino, Gianpaolo Dorigo – 2. ed. – São Paulo: Scipione, 2013.	Indeferido
31671	485190	PEDRO VITOR COUTINHO DOS SANTOS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
33908	514408	RAFAEL JOSÉ SILVESTRE MACIEL	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilles. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33956	514408	RAFAEL JOSÉ SILVESTRE MACIEL	PROFESSOR I HISTÓRIA	As Ligas Camponesas, surgidas no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, organizaram sobretudo posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, que enfrentavam expulsões de terra e o trabalho compulsório conhecido como “cambão”, articulando-se em defesa da posse da terra e da reforma agrária. Diferentemente do que sustentam alguns críticos, não se limitaram a reivindicações salariais nem fracassaram em Galiléia, pois este episódio representou seu marco inicial e não o fim; ao contrário, foi a partir dele que o movimento ganhou força e se expandiu para outros estados nordestinos até ser duramente reprimido após o golpe de 1964. (Fausto, Boris. História do Brasil, 2018).	Indeferido

33969	514408	RAFAEL JOSÉ SILVESTRE MACIEL	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
34027	514408	RAFAEL JOSÉ SILVESTRE MACIEL	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

33241	501285	RAFAEL MATOS DE SIQUEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33245	501285	RAFAEL MATOS DE SIQUEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33246	501285	RAFAEL MATOS DE SIQUEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33252	501285	RAFAEL MATOS DE SIQUEIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
33881	496807	RENAN PEROZINI GOMES BARROZO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
32623	502866	RENATA ARTIAGA BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
32599	502866	RENATA ARTIAGA BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

32610	502866	RENATA ARTIAGA BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32612	502866	RENATA ARTIAGA BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32617	502866	RENATA ARTIAGA BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido

32633	502866	RENATA ARTIAGA BORGES	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33304	518701	ROBERTO PERES DA SILVA ROCHA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33308	518701	ROBERTO PERES DA SILVA ROCHA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31438	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. De acordo com o Art. 49, §3º do Estatuto dos Servidores de Belford Roxo, o adicional de plantão possui limitação percentual. A alternativa está incorreta ao afirmar que pode ser superior a 30% dos vencimentos básicos, o que contraria a redação expressa do Estatuto, que impõe limite de até 30%.	Indeferido
31444	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. O Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, no Art. 131, alínea “b”, afirma expressamente que é proibido faltar com o devido respeito à dignidade do aluno, bem como utilizar termos ou atitudes incompatíveis com o papel do educador. Essa diretriz está em consonância com os princípios da ética profissional e da função educativa.	Indeferido
31460	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido
31470	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31473	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O gabarito oficial está correto.	Indeferido

31493	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31505	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

31511	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31514	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o trecho em análise trata especificamente da exploração aurífera na região do sul do rio Zambeze, destacando as tribos locais conhecidas como machonas e a importância do reino de Monomotapa no controle das minas de ouro. Segundo a fonte, “os machonas e outras tribos negras ao sul do Zambeze eram os senhores do ouro. As áreas das minas da Machona dispunham-se num vasto semi-círculo correndo para oeste e sul, fielmente representado pelos centros auríferos de Makaha, vale do Mazói e Belingwe (...). Mas as constantes guerrilhas entre os régulos, especialmente provocadas pelas desavenças do Monomotapa com o Emir Toloa, prejudicavam os resgates” (DIAS, Manuel Nunes, Revista de História). Dessa forma, o trecho evidencia a centralidade de Monomotapa nas relações de poder e comércio de ouro na região, além dos desafios enfrentados pelos portugueses diante das disputas locais, não havendo inconsistência que justifique a alteração ou anulação da questão. Fonte: DIAS, Manuel Nunes. Os campos de ouro do Monomotapa no século XVI. Revista de História, v. 17, n. 35, p. 107-122, 1958.	Indeferido
31522	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	As Ligas Camponesas, surgidas no Engenho Galiléia, em Pernambuco, sob a liderança de Francisco Julião, organizaram sobretudo posseiros, arrendatários e pequenos agricultores, que enfrentavam expulsões de terra e o trabalho compulsório conhecido como “cambão”, articulando-se em defesa da posse da terra e da reforma agrária. Diferentemente do que sustentam alguns críticos, não se limitaram a reivindicações salariais nem fracassaram em Galiléia, pois este episódio representou seu marco inicial e não o fim; ao contrário, foi a partir dele que o movimento ganhou força e se expandiu para outros estados nordestinos até ser duramente reprimido após o golpe de 1964. (Fausto, Boris. História do Brasil, 2018).	Indeferido

31547	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
31565	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31571	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
31579	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta com base no Art. 37, inciso IV do Estatuto, que estabelece expressamente que a redistribuição deve observar: “a vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades.”	Indeferido
31587	483239	ROGÉRIO DOMINGOS BRAGA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33102	514501	SAINT CLAIR DA SILVEIRA VELLOSO	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33155	514501	SAINT CLAIR DA SILVEIRA VELLOSO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
32071	480555	SANDRO GERALDO FERNANDES DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

32084	480555	SANDRO GERALDO FERNANDES DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32121	480555	SANDRO GERALDO FERNANDES DA COSTA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido
33548	510490	SÉRGIO DE JESUS SIQUEIRA FILHO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33795	516017	SÉRGIOBORGES DE ALMEIDA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33812	516017	SÉRGIOBORGES DE ALMEIDA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabillys. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33583	518905	TAIS SOUZA ETIENE GUIMARÃES	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33591	518905	TAIS SOUZA ETIENE GUIMARÃES	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33606	518905	TAIS SOUZA ETIENE GUIMARÃES	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33106	509741	THAIS DE SOUZA SILVA PEREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Improcedente.	Indeferido
33109	509741	THAIS DE SOUZA SILVA PEREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33126	509741	THAIS DE SOUZA SILVA PEREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33129	509741	THAIS DE SOUZA SILVA PEREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33139	509741	THAIS DE SOUZA SILVA PEREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois a relação entre a frase atribuída a Quintus Curtius Rufus e o contexto da escravidão no mundo antigo remete diretamente à Revolta de Espártaco, maior levante de escravos contra Roma (73–71 a.C.). A advertência citada — “não existe amizade entre senhor e escravo” — revela um medo recorrente na literatura greco-romana, em que a vigilância e a desconfiança eram elementos centrais da convivência entre proprietários e escravizados. Espártaco, embora não tenha tido um projeto social de libertação ampla, liderou um movimento que expôs de forma contundente essa tensão estrutural da sociedade romana. As demais alternativas não apresentam relação direta com a temática: a Guerra do Peloponeso é um conflito grego e não romano; as Guerras Púnicas se referem à disputa entre Roma e Cartago; e a Revolta dos Batavos, ainda que ligada à insatisfação contra Roma, não tinha como núcleo a questão da escravidão.	Indeferido
33142	509741	THAIS DE SOUZA SILVA PEREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33153	509741	THAIS DE SOUZA SILVA PEREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido

33273	514494	THALES DUARTE LEMOS PEZZELLA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33278	514494	THALES DUARTE LEMOS PEZZELLA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33282	514494	THALES DUARTE LEMOS PEZZELLA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33284	514494	THALES DUARTE LEMOS PEZZELLA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32047	483611	THEREZA CONCEIÇÃO LIMA DIOGO DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

32043	483611	THEREZA CONCEIÇÃO LIMA DIOGO DE SOUZA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33104	508312	THIAGO AMORIM FIGUEIRA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33114	508312	THIAGO AMORIM FIGUEIRA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
33140	508312	THIAGO AMORIM FIGUEIRA DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido

32857	479085	TIAGO MANASFI FIGUEIREDO	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32865	479085	TIAGO MANASFI FIGUEIREDO	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32874	479085	TIAGO MANASFI FIGUEIREDO	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32878	479085	TIAGO MANASFI FIGUEIREDO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
32881	479085	TIAGO MANASFI FIGUEIREDO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
32883	479085	TIAGO MANASFI FIGUEIREDO	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
32887	479085	TIAGO MANASFI FIGUEIREDO	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso não merece provimento. A alternativa dada pela banca está correta, pois o enunciado, ao destacar que tanto a extrema-direita quanto a extrema-esquerda “abandonam princípios democráticos em nome de interesses ideológicos”, evidencia o paradoxo da convergência autoritária, em que ambos os polos radicais, apesar de se apresentarem como antagônicos, reproduzem práticas semelhantes de cerceamento democrático.	Indeferido

32191	517490	VANESSA MONTEIRO DE ABREU	PROFESSOR I HISTÓRIA	Improcedente. Tome como base o contexto.	Indeferido
32171	517490	VANESSA MONTEIRO DE ABREU	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois o suposto erro de concordância não compromete a compreensão do enunciado nem induz o candidato a erro. O uso do pronome “ele” faz referência ao termo imediatamente anterior, qual seja, “STF”, o que está de acordo com a construção sintática e semântica da frase. Além disso, o comando da questão é claro ao relacionar a decisão do Supremo Tribunal Federal à inconstitucionalidade das emendas de relator, de modo que a interpretação correta não se altera em razão da escolha pronominal. Dessa forma, não há vício que prejudique a objetividade ou a correção da questão, devendo ser mantido o gabarito oficial.	Indeferido
32181	517490	VANESSA MONTEIRO DE ABREU	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
33081	492427	VICTOR QUINTANILHA FERNANDES	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

32019	516000	VINICIUS PENA E SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32082	516000	VINICIUS PENA E SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

32143	516000	VINICIUS PENA E SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Segundo Boris Fausto (2018), o êxito do PAEG não se explica apenas pelo diagnóstico realizado por Campos e Bulhões ou pelo regime autoritário que possibilitou a imposição de sacrifícios à classe trabalhadora, mas esteve diretamente vinculado ao contexto externo: o problema crítico da dívida externa pôde ser provisoriamente resolvido graças ao aval do FMI e à maciça ajuda do governo americano por meio da Aliança para o Progresso, fator decisivo para diferenciar o plano dos anteriores e garantir sua efetividade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 15. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.	Indeferido
32159	516000	VINICIUS PENA E SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31767	482199	VIVIANE DOS SANTOS BARRADAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido
31884	482199	VIVIANE DOS SANTOS BARRADAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido

31909	482199	VIVIANE DOS SANTOS BARRADAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31858	476668	WALLACE CRUZ DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31933	476668	WALLACE CRUZ DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31949	476668	WALLACE CRUZ DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
31968	476668	WALLACE CRUZ DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
31984	476668	WALLACE CRUZ DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

33004	476668	WALLACE CRUZ DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32687	513078	WILLIAM CRUZ DE LIMA	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO (A) não é possível “falar de história” sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas. Incorreta - “é possível ‘falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível ‘falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas” (BARROS, 2020). Ou seja, é possível falar de história sem recorrer às fontes, mas isso não configura uma operação historiográfica científica e autêntica. A alternativa distorce essa diferenciação feita pelo autor. (B) as fontes históricas são comparadas a um “visor do tempo”, permitindo ao historiador observar sociedades extintas ou transformadas a partir dos vestígios que chegaram até nós. Correta - “As fontes históricas constituem uma espécie de ‘máquina do tempo para os historiadores – ou poderíamos dizer que elas são o seu ‘visor do tempo [...] não existiria outro modo de perceber estas sociedades [...] senão a partir das chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). (C) o trabalho com fontes históricas exige esforço interpretativo, pois o historiador observa o passado a partir do presente e precisa buscar compreendê-lo. Correta. Barros destaca: “o ponto de vista do historiador [...] não é apenas o seu próprio espaço-tempo, mas também a sua possibilidade de pensar as coisas de um jeito e não de outro [...] ele precisa se empenhar não apenas em ver o que se passa lá fora, no Passado, mas também em interpretá-lo, compreendê-lo” (BARROS, 2020). (D) textos escritos, objetos materiais, discursos e evidências diversas podem ser considerados fontes históricas, pois guardam marcas de contextos anteriores. Correta. “vestígios, evidências, textos escritos e objetos materiais – capazes tanto de registrar rupturas [...] como de manifestar continuidades – são as chamadas ‘fontes históricas” (BARROS, 2020). Tópico do edital: 1. Corpo teórico conceitual da História: concepções historiográficas, métodos, conceitos fundamentais, fato histórico e noções temporais; as fontes históricas. Referência: BARROS, José DAssunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo .	Indeferido

32199	516772	YAGO GRACO MENDONÇA FARIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a questão está corretamente formulada e sua resposta encontra respaldo em fontes historiográficas que apresenta a divisão das dinastias chinesas em Antigas Dinastias e China Imperial. Dentro desse contexto, a dinastia Xia é associada à unificação de clãs familiares, à criação das primeiras cidades e à formação de um exército, configurando os primeiros elementos de centralização política e organização estatal. Já a dinastia Shang destacou-se por avanços culturais como a escrita primitiva, o calendário solar, a utilização de conchas como moedas e o desenvolvimento da seda, enquanto a dinastia Zhou, embora marcada por instabilidade política e guerras entre reinos, legou importantes contribuições filosóficas como os escritos de Confúcio. Assim, a alternativa considerada correta está em consonância com a literatura especializada, não havendo vício que justifique a anulação da questão. Tópico do edital: A questão que trata das antigas dinastias chinesas (Xia, Shang e Zhou) se enquadra no Tópico 5 do edital – “Processos de constituição dos Estados Nacionais, confrontos, lutas, guerras e revoluções na Europa, África, Oriente, América e no Brasil”, especificamente na parte em que o edital menciona “a organização das antigas sociedades do Oriente Médio” e “resistência chinesa ao imperialismo”, abrangendo também o estudo das formações políticas e culturais da China antiga e suas dinastias. Referência: COUTO, Sérgio Pereira. A Extraordinária História da China. São Paulo: Universo dos Livros, 2013.	Indeferido
32204	516772	YAGO GRACO MENDONÇA FARIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32172	516772	YAGO GRACO MENDONÇA FARIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser deferido, uma vez que o subgênero musical que emergiu nos anos 1950, combinando elementos do rock and roll com a música country e marcado por um estilo rebelde e visual característico, é o Rockabilies. Dessa forma, o gabarito da questão passa a ser atualizado para essa resposta.	Deferido

32179	516772	YAGO GRACO MENDONÇA FARIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	RECURSO INDEFERIDO O recurso deve ser indeferido, uma vez que a bibliografia embasa a questão e demonstra a incorreção da assertiva que fala em caráter democrático da sociedade paulista. De acordo com Boris Fausto, “Ellis Jr. escreveu um livro intitulado Raça de Gigantes para exaltar a superioridade racial dos paulistas (...). Tudo não passava de fantasias, com pretensões científicas” (FAUSTO, 2018, p. 96), o que demonstra que não havia fundamento para considerar coerente a explicação baseada na superioridade racial ou na predominância branca, refutando a primeira perspectiva. Do mesmo modo, a ideia de democracia social defendida por Ellis Jr. e Afonso Taunay também não se sustenta, já que “os dois autores acentuaram a independência dos paulistas com relação à Coroa e o caráter democrático de sua organização social” (FAUSTO, 2018, p. 96), mas o próprio autor ressalta que essa concepção não corresponde à realidade histórica. Ao contrário, “do ponto de vista da organização social, os paulistas construíram uma sociedade rústica (...). Não devemos, porém, confundir essa sociedade rústica com uma sociedade democrática, pois uma hierarquia das melhores famílias e a dominação sobre os índios prevaleceram” (FAUSTO, 2018, p. 97). Ademais, o autor não trata de “organização administrativa”, que remete a uma estrutura formal de governo, aparato burocrático ou institucionalização do poder político. Ele fala especificamente da vida social, das relações hierárquicas entre famílias e do domínio sobre indígenas. A troca do termo gera impropriedade. Fonte: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 14. ed. São Paulo: Edusp, 2018.	Indeferido
32252	516772	YAGO GRACO MENDONÇA FARIAS	PROFESSOR I HISTÓRIA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31869	477163	ALESSANDRO FERREIRA DE CARVALHO	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
32826	498706	ALINE DE SOUZA SILVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra "love" atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que "vocativo" é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto "substantivo abstrato" é sua classe gramatical.	Indeferido

33743	498706	ALINE DE SOUZA SILVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A questão pede a função estrutural do genitivo reiterado; em “my loves / my love / thy robbery / my poverty” a marca de posse (my/thy) contrasta com a realidade de pertença já transferida, “all mine was thine”, encenando ilusão de posse diante de despossessão efetiva exatamente o efeito descrito na alternativa D. A questão avalia a função estrutural do uso reiterado do genitivo, e o ponto central está na contradição entre a posse marcada gramaticalmente e a perda efetiva expressa pelo eu lírico, já que tudo aquilo que é dito como “meu” ou “teu” é, na realidade, pré-existente ou roubado. Leituras psicológicas ou jurídicas até podem aparecer em análises críticas mais amplas, mas não correspondem ao objetivo direto da questão. Mantém-se o gabarito.	Indeferido
31805	492927	ANDRÉ DE NÓBREGA DA FONSECA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
32511	498883	ARTHUR FERNANDO DA SILVA GOMES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A questão avalia competência de análise literária ao investigar a função dramática da alternância de vozes no soneto. A alternativa correta identifica com precisão que esta oscilação estrutura o conflito interior do eu lírico, contrastando sua tentativa racional de compreensão com explosões de dor que rompem o tom reflexivo. As demais alternativas falham por atribuir a função a convenções formais externas ao poema, reduzirem-na a um mero recurso de transição temática ou priorizarem efeitos de ambiguidade temporal que são consequência secundária, e não a função primária, do recurso estilístico em foco.	Indeferido
33221	516542	BEATRIZ PINTO DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33971	491113	BRENDA URBANO DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33999	491113	BRENDA URBANO DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31383	495508	BRUNA PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31388	495508	BRUNA PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31393	495508	BRUNA PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra "love" atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que "vocativo" é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto "substantivo abstrato" é sua classe gramatical.	Indeferido
31394	495508	BRUNA PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso que solicita a anulação da questão. A alegação de que a questão é inválida por analisar um verbo em inglês arcaico a partir de categorias do inglês moderno parte de uma premissa equivocada. O objetivo da questão não é a classificação gramatical histórica, mas sim a interpretação semântica e temporal da forma verbal no contexto do poema.	Indeferido
31395	495508	BRUNA PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A questão avalia competência de análise literária ao investigar a função dramática da alternância de vozes no soneto. A alternativa correta identifica com precisão que esta oscilação estrutura o conflito interior do eu lírico, contrastando sua tentativa racional de compreensão com explosões de dor que rompem o tom reflexivo. As demais alternativas falham por atribuir a função a convenções formais externas ao poema, reduzirem-na a um mero recurso de transição temática ou priorizarem efeitos de ambiguidade temporal que são consequência secundária, e não a função primária, do recurso estilístico em foco.	Indeferido

33722	476525	BRUNO GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33738	476525	BRUNO GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A análise morfológica apresentada, embora meticulosa, restringe-se à superfície gramatical e não capta a essência do recurso poético em questão. O polyptoton shakespeariano explora precisamente a polissemia e a flexibilidade funcional das palavras dentro do contexto literário. A alegação de que "love" permanece invariavelmente como substantivo ignora deliberadamente a construção intencionalmente ambígua do verso-chave, onde o termo opera simultaneamente como núcleo de um sintagma preposicional de valor adverbial, equivalente semântico a uma oração reduzida, e como objeto verbal, realizando assim a transição funcional entre categoria substantiva e verbal que constitui o cerne da questão. As demais alternativas incorretas falham por atribuir a função do recurso a convenções formais externas, reduzi-lo a um reflexo anacrônico de ansiedades econômicas ou limitá-lo a uma mera preparação para metáforas secundárias, negligenciando sua centralidade na dramatização da violência semântica que corrói a relação amorosa.	Indeferido
33715	476525	BRUNO GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Improcedente.	Indeferido
33718	476525	BRUNO GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33726	476525	BRUNO GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	O recurso é indeferido, pois não há que se falar em paráfrase. Libâneo é um dos autores mais consagrados na área da Educação, sendo natural e amplamente aceita a utilização de seus textos e ideias em diversos concursos públicos, justamente por sua relevância acadêmica. Ademais, a formulação da questão é inédita, pois o simples fato de a alternativa correta guardar relação com conceitos presentes na obra não implica em cópia ou reaproveitamento indevido, mas sim em fundamentação teórica reconhecida e adequada para avaliar o conhecimento do candidato. Mantém-se, portanto, o gabarito oficial.	Indeferido

33733	476525	BRUNO GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	O recurso não procede, pois a questão apresenta apenas uma resposta correta. O paradoxo central dos versos está no contraste entre a perda e o perdão: o eu lírico afirma ter sido roubado até em sua pobreza, mas, em vez de condenar, oferece perdão. Essa atitude, que transforma um ato condenável em algo perdoado, é a contradição essencial destacada no enunciado. O adjetivo “gentle” funciona como intensificador da ironia desse gesto e não como elemento de elevação divina ou de reconciliação plena, o que afastaria a leitura da alternativa C	Indeferido
33748	476525	BRUNO GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A questão pede a função estrutural do genitivo reiterado; em “my loves / my love / thy robbery / my poverty” a marca de posse (my/thy) contrasta com a realidade de pertença já transferida, “all mine was thine”, encenando ilusão de posse diante de despossessão efetiva exatamente o efeito descrito na alternativa D. A questão avalia a função estrutural do uso reiterado do genitivo, e o ponto central está na contradição entre a posse marcada gramaticalmente e a perda efetiva expressa pelo eu lírico, já que tudo aquilo que é dito como “meu” ou “teu” é, na realidade, pré-existente ou roubado. Leituras psicológicas ou jurídicas até podem aparecer em análises críticas mais amplas, mas não correspondem ao objetivo direto da questão. Mantém-se o gabarito.	Indeferido
33753	476525	BRUNO GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A desinência -est em receivest e usest indica apenas a 2ª pessoa do singular no presente do indicativo, não sendo marcador de subjuntivo. O valor condicional dos versos decorre do conector if, e não de alteração de modo verbal.	Indeferido
33771	476525	BRUNO GONÇALVES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	O recurso do candidato não corresponde a questão 24.	Indeferido
33171	514658	CAIO MATHEUS CALDAS BARBOSA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33179	514658	CAIO MATHEUS CALDAS BARBOSA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A análise morfológica apresentada, embora meticulosa, restringe-se à superfície gramatical e não capta a essência do recurso poético em questão. O polyptoton shakespeariano explora precisamente a polissemia e a flexibilidade funcional das palavras dentro do contexto literário. A alegação de que “love” permanece invariavelmente como substantivo ignora deliberadamente a construção intencionalmente ambígua do verso-chave, onde o termo opera simultaneamente como núcleo de um sintagma preposicional de valor adverbial, equivalente semântico a uma oração reduzida, e como objeto verbal, realizando assim a transição funcional entre categoria substantiva e verbal que constitui o cerne da questão. As demais alternativas incorretas falham por atribuir a função do recurso a convenções formais externas, reduzi-lo a um reflexo anacrônico de ansiedades econômicas ou limitá-lo a uma mera preparação para metáforas secundárias, negligenciando sua centralidade na dramatização da violência semântica que corrói a relação amorosa.	Indeferido
33189	514658	CAIO MATHEUS CALDAS BARBOSA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Improcedente. Leve em conta o contexto.	Indeferido

32278	513591	CELSO GAMA DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31917	513591	CELSO GAMA DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra "love" atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que "vocativo" é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto "substantivo abstrato" é sua classe gramatical.	Indeferido
31993	513591	CELSO GAMA DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A questão avalia competência de análise literária ao investigar a função dramática da alternância de vozes no soneto. A alternativa correta identifica com precisão que esta oscilação estrutura o conflito interior do eu lírico, contrastando sua tentativa racional de compreensão com explosões de dor que rompem o tom reflexivo. As demais alternativas falham por atribuir a função a convenções formais externas ao poema, reduzirem-na a um mero recurso de transição temática ou priorizarem efeitos de ambiguidade temporal que são consequência secundária, e não a função primária, do recurso estilístico em foco.	Indeferido
32078	513591	CELSO GAMA DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
32160	513591	CELSO GAMA DA SILVA JUNIOR	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
32467	509890	CEZAR BULLUS ANDRADE	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido

32998	507606	ELIANE PAULA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A questão avalia competência de análise literária ao investigar a função dramática da alternância de vozes no soneto. A alternativa correta identifica com precisão que esta oscilação estrutura o conflito interior do eu lírico, contrastando sua tentativa racional de compreensão com explosões de dor que rompem o tom reflexivo. As demais alternativas falham por atribuir a função a convenções formais externas ao poema, reduzirem-na a um mero recurso de transição temática ou priorizarem efeitos de ambiguidade temporal que são consequência secundária, e não a função primária, do recurso estilístico em foco.	Indeferido
33002	507606	ELIANE PAULA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A análise morfológica apresentada, embora metódica, restringe-se à superfície gramatical e não capta a essência do recurso poético em questão. O polyptoton shakespeariano explora precisamente a polissemia e a flexibilidade funcional das palavras dentro do contexto literário. A alegação de que "love" permanece invariavelmente como substantivo ignora deliberadamente a construção intencionalmente ambígua do verso-chave, onde o termo opera simultaneamente como núcleo de um sintagma preposicional de valor adverbial, equivalente semântico a uma oração reduzida, e como objeto verbal, realizando assim a transição funcional entre categoria substantiva e verbal que constitui o cerne da questão. As demais alternativas incorretas falham por atribuir a função do recurso a convenções formais externas, reduzi-lo a um reflexo anacrônico de ansiedades econômicas ou limitá-lo a uma mera preparação para metáforas secundárias, negligenciando sua centralidade na dramatização da violência semântica que corrói a relação amorosa.	Indeferido
33024	507606	ELIANE PAULA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33031	507606	ELIANE PAULA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A questão pede a função estrutural do genitivo reiterado; em “my loves / my love / thy robbery / my poverty” a marca de posse (my/thy) contrasta com a realidade de pertença já transferida, “all mine was thine”, encenando ilusão de posse diante de despossessão efetiva exatamente o efeito descrito na alternativa D. A questão avalia a função estrutural do uso reiterado do genitivo, e o ponto central está na contradição entre a posse marcada gramaticalmente e a perda efetiva expressa pelo eu lírico, já que tudo aquilo que é dito como “meu” ou “teu” é, na realidade, pré-existente ou roubado. Leituras psicológicas ou jurídicas até podem aparecer em análises críticas mais amplas, mas não correspondem ao objetivo direto da questão. Mantém-se o gabarito.	Indeferido

33998	515450	ELIZE NAZARETH DA FONSECA MACHADO	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31920	483311	FABIO TEIXEIRA XAVIER	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33451	488164	FERNANDA DE SOUZA FARIA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33455	488164	FERNANDA DE SOUZA FARIA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	O recurso deve ser indeferido, pois a alternativa B não corresponde ao paradoxo central dos versos em questão. O poema não apresenta uma incapacidade do eu lírico em distinguir entre roubo literal e metáfora, mas sim a contradição entre um ato normalmente condenável — o roubo — e a atitude de perdôá-lo e até suavizá-lo ao chamar o amado de “gentle thief”. Essa é a essência do paradoxo: a reconciliação impossível entre perda e perdão, e não uma confusão semântica ou sintática. O uso de linguagem poética própria do período elisabetano não implica falta de clareza, mas reforça a ironia e a tensão amorosa.	Indeferido
33458	488164	FERNANDA DE SOUZA FARIA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A questão pede a função estrutural do genitivo reiterado; em “my loves / my love / thy robbery / my poverty” a marca de posse (my/thy) contrasta com a realidade de pertença já transferida, “all mine was thine”, encenando ilusão de posse diante de desposseção efetiva exatamente o efeito descrito na alternativa D. A questão avalia a função estrutural do uso reiterado do genitivo, e o ponto central está na contradição entre a posse marcada gramaticalmente e a perda efetiva expressa pelo eu lírico, já que tudo aquilo que é dito como “meu” ou “teu” é, na realidade, pré-existente ou roubado. Leituras psicológicas ou jurídicas até podem aparecer em análises críticas mais amplas, mas não correspondem ao objetivo direto da questão. Mantém-se o gabarito.	Indeferido
33460	488164	FERNANDA DE SOUZA FARIA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra “love” atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que “vocativo” é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto “substantivo abstrato” é sua classe gramatical.	Indeferido
32727	487379	GABRIEL RANGEL PORTO PINTO	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido

32148	513267	IGOR DE CASTRO MARTINHO	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31487	507755	IZABELE DE OLIVEIRA LOPES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
32000	499615	JÉSSICA PAULA SILVA VIEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33064	504568	JOAO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33083	504568	JOAO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33108	504568	JOAO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

33143	504568	JOAO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra "love" atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que "vocativo" é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto "substantivo abstrato" é sua classe gramatical.	Indeferido
33166	504568	JOAO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	O recurso deve ser indeferido. De fato, a alternativa apontada como correta não apresenta erro técnico: as formas verbais receivest e usest correspondem ao presente do indicativo com desinência arcaica de segunda pessoa, e o valor condicional decorre da partícula if, sem exigir leitura subjuntiva. O item não apresenta ambiguidade, pois o comando da questão orienta para a análise do efeito gramatical e temporal da interação verbal, que é corretamente descrito pela resposta oficial.	Indeferido
33253	504568	JOAO HENRIQUE GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A análise morfológica apresentada, embora meticulosa, restringe-se à superfície gramatical e não capta a essência do recurso poético em questão. O polyptoton shakespeariano explora precisamente a polissemia e a flexibilidade funcional das palavras dentro do contexto literário. A alegação de que "love" permanece invariavelmente como substantivo ignora deliberadamente a construção intencionalmente ambígua do verso-chave, onde o termo opera simultaneamente como núcleo de um sintagma preposicional de valor adverbial, equivalente semântico a uma oração reduzida, e como objeto verbal, realizando assim a transição funcional entre categoria substantiva e verbal que constitui o cerne da questão. As demais alternativas incorretas falham por atribuir a função do recurso a convenções formais externas, reduzi-lo a um reflexo anacrônico de ansiedades econômicas ou limitá-lo a uma mera preparação para metáforas secundárias, negligenciando sua centralidade na dramatização da violência semântica que corrói a relação amorosa.	Indeferido
31361	480220	JOHNATAS SERAFIM DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
32975	496467	JÚLIA NOLASCO CERQUEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33964	512764	KARINA MANDETTA MEDEIROS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido

32896	478229	LARISSA JESUS SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
32040	517037	LIVIA FREITAS DE SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
32545	520631	LUCIANA BERNARDO DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
32580	520631	LUCIANA BERNARDO DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32653	520631	LUCIANA BERNARDO DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra "love" atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que "vocativo" é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto "substantivo abstrato" é sua classe gramatical.	Indeferido
32689	520631	LUCIANA BERNARDO DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A análise morfológica apresentada, embora meticulosa, restringe-se à superfície gramatical e não capta a essência do recurso poético em questão. O polyptoton shakespeariano explora precisamente a polissemia e a flexibilidade funcional das palavras dentro do contexto literário. A alegação de que "love" permanece invariavelmente como substantivo ignora deliberadamente a construção intencionalmente ambígua do verso-chave, onde o termo opera simultaneamente como núcleo de um sintagma preposicional de valor adverbial, equivalente semântico a uma oração reduzida, e como objeto verbal, realizando assim a transição funcional entre categoria substantiva e verbal que constitui o cerne da questão. As demais alternativas incorretas falham por atribuir a função do recurso a convenções formais externas, reduzi-lo a um reflexo anacrônico de ansiedades econômicas ou limitá-lo a uma mera preparação para metáforas secundárias, negligenciando sua centralidade na dramatização da violência semântica que corrói a relação amorosa.	Indeferido

31334	493703	LUCIANA PEREIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31336	493703	LUCIANA PEREIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31647	495027	LUCIANO ALVES COSTA ARRABAL	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31672	495027	LUCIANO ALVES COSTA ARRABAL	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32104	504338	MARCELLA CAAMAÑO MENDES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido

33367	511672	MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33376	511672	MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A questão avalia competência de análise literária ao investigar a função dramática da alternância de vozes no soneto. A alternativa correta identifica com precisão que esta oscilação estrutura o conflito interior do eu lírico, contrastando sua tentativa racional de compreensão com explosões de dor que rompem o tom reflexivo. As demais alternativas falham por atribuir a função a convenções formais externas ao poema, reduzirem-na a um mero recurso de transição temática ou priorizarem efeitos de ambiguidade temporal que são consequência secundária, e não a função primária, do recurso estilístico em foco.	Indeferido
33415	511672	MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A questão pede a função estrutural do genitivo reiterado; em “my loves / my love / thy robbery / my poverty” a marca de posse (my/thy) contrasta com a realidade de pertença já transferida, “all mine was thine”, encenando ilusão de posse diante de despossessão efetiva exatamente o efeito descrito na alternativa D. A leitura por “narcisismo” é interpretação psicológica contingente, não derivada do mecanismo sintático-discursivo solicitado e, portanto, não constitui a finalidade primária avaliada pelo item. Mantém-se o gabarito.	Indeferido
33456	511672	MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A análise morfológica apresentada, embora meticulosa, restringe-se à superfície gramatical e não capta a essência do recurso poético em questão. O polyptoton shakespeariano explora precisamente a polissemia e a flexibilidade funcional das palavras dentro do contexto literário. A alegação de que “love” permanece invariavelmente como substantivo ignora deliberadamente a construção intencionalmente ambígua do verso-chave, onde o termo opera simultaneamente como núcleo de um sintagma preposicional de valor adverbial, equivalente semântico a uma oração reduzida, e como objeto verbal, realizando assim a transição funcional entre categoria substantiva e verbal que constitui o cerne da questão. As demais alternativas incorretas falham por atribuir a função do recurso a convenções formais externas, reduzi-lo a um reflexo anacrônico de ansiedades econômicas ou limitá-lo a uma mera preparação para metáforas secundárias, negligenciando sua centralidade na dramatização da violência semântica que corrói a relação amorosa.	Indeferido
33470	511672	MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32415	504971	MARTHA SOARES MENDES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
34034	479151	MAURO DE FREITAS JOSE	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A análise morfológica apresentada, embora meticulosa, restringe-se à superfície gramatical e não capta a essência do recurso poético em questão. O polyptoton shakespeariano explora precisamente a polissemia e a flexibilidade funcional das palavras dentro do contexto literário. A alegação de que "love" permanece invariavelmente como substantivo ignora deliberadamente a construção intencionalmente ambígua do verso-chave, onde o termo opera simultaneamente como núcleo de um sintagma preposicional de valor adverbial, equivalente semântico a uma oração reduzida, e como objeto verbal, realizando assim a transição funcional entre categoria substantiva e verbal que constitui o cerne da questão. As demais alternativas incorretas falham por atribuir a função do recurso a convenções formais externas, reduzi-lo a um reflexo anacrônico de ansiedades econômicas ou limitá-lo a uma mera preparação para metáforas secundárias, negligenciando sua centralidade na dramatização da violência semântica que corrói a relação amorosa.	Indeferido
34056	479151	MAURO DE FREITAS JOSE	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A questão avalia competência de análise literária ao investigar a função dramática da alternância de vozes no soneto. A alternativa correta identifica com precisão que esta oscilação estrutura o conflito interior do eu lírico, contrastando sua tentativa racional de compreensão com explosões de dor que rompem o tom reflexivo. As demais alternativas falham por atribuir a função a convenções formais externas ao poema, reduzirem-na a um mero recurso de transição temática ou priorizarem efeitos de ambiguidade temporal que são consequência secundária, e não a função primária, do recurso estilístico em foco.	Indeferido
32383	484062	MICHELLI CRISTINA SONCINI SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta, pois está em conformidade com o Art. 113 do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, o qual estabelece que: “Na Educação Infantil e nos Ciclos I, II e III da EJA, não serão utilizados graus e menções para avaliação do rendimento escolar, devendo ser realizada por meio de registros qualitativos do desenvolvimento do aluno.”	Indeferido
32411	484062	MICHELLI CRISTINA SONCINI SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido

32541	484062	MICHELLI CRISTINA SONCINI SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32553	484062	MICHELLI CRISTINA SONCINI SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A questão pede a função estrutural do genitivo reiterado; em “my loves / my love / thy robbery / my poverty” a marca de posse (my/thy) contrasta com a realidade de pertença já transferida, “all mine was thine”, encenando ilusão de posse diante de despossessão efetiva exatamente o efeito descrito na alternativa D. A questão avalia a função estrutural do uso reiterado do genitivo, e o ponto central está na contradição entre a posse marcada gramaticalmente e a perda efetiva expressa pelo eu lírico, já que tudo aquilo que é dito como “meu” ou “teu” é, na realidade, pré-existente ou roubado. Leituras psicológicas ou jurídicas até podem aparecer em análises críticas mais amplas, mas não correspondem ao objetivo direto da questão. Mantém-se o gabarito.	Indeferido
32560	484062	MICHELLI CRISTINA SONCINI SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra “love” atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que “vocativo” é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto “substantivo abstrato” é sua classe gramatical.	Indeferido
33380	479706	MONIQUE LIMA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33398	479706	MONIQUE LIMA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido

31974	497443	NATALIA FERNANDES NEGRINI	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
32011	497443	NATALIA FERNANDES NEGRINI	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31458	496515	NATHÁLIA ALVES CESÁRIO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31873	493720	NIRLAN SANTANA NASCIMENTO	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31545	499468	PAMELA JOAQUIM REIS CAIRES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A fundamentação apresentada não guarda relação direta com o conteúdo ou o enunciado da questão	Indeferido
31604	499468	PAMELA JOAQUIM REIS CAIRES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31584	494651	RAFAEL MANOEL DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra "love" atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que "vocativo" é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto "substantivo abstrato" é sua classe gramatical.	Indeferido

31889	494651	RAFAEL MANOEL DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa <u>justifica-se</u> porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31944	494651	RAFAEL MANOEL DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A análise morfológica apresentada, embora meticulosa, restringe-se à superfície gramatical e não capta a essência do recurso poético em questão. O polyptoton shakespeariano explora precisamente a polissemia e a flexibilidade funcional das palavras dentro do contexto literário. A alegação de que "love" permanece invariavelmente como substantivo ignora deliberadamente a construção intencionalmente ambígua do verso-chave, onde o termo opera simultaneamente como núcleo de um sintagma preposicional de valor adverbial, equivalente semântico a uma oração reduzida, e como objeto verbal, realizando assim a transição funcional entre categoria substantiva e verbal que constitui o cerne da questão. As demais alternativas incorretas falham por atribuir a função do recurso a convenções formais externas, reduzi-lo a um reflexo anacrônico de ansiedades econômicas ou limitá-lo a uma mera preparação para metáforas secundárias, negligenciando sua centralidade na dramatização da violência semântica que corrói a relação amorosa.	Indeferido
32671	494651	RAFAEL MANOEL DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32680	494651	RAFAEL MANOEL DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31498	483229	RAPHAEL BESSA MIRANDA DAS NEVES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31564	483229	RAPHAEL BESSA MIRANDA DAS NEVES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A análise morfológica apresentada, embora meticulosa, restringe-se à superfície gramatical e não capta a essência do recurso poético em questão. O polyptoton shakespeariano explora precisamente a polissemia e a flexibilidade funcional das palavras dentro do contexto literário. A alegação de que "love" permanece invariavelmente como substantivo ignora deliberadamente a construção intencionalmente ambígua do verso-chave, onde o termo opera simultaneamente como núcleo de um sintagma preposicional de valor adverbial, equivalente semântico a uma oração reduzida, e como objeto verbal, realizando assim a transição funcional entre categoria substantiva e verbal que constitui o cerne da questão. As demais alternativas incorretas falham por atribuir a função do recurso a convenções formais externas, reduzi-lo a um reflexo anacrônico de ansiedades econômicas ou limitá-lo a uma mera preparação para metáforas secundárias, negligenciando sua centralidade na dramatização da violência semântica que corrói a relação amorosa.	Indeferido
31653	483229	RAPHAEL BESSA MIRANDA DAS NEVES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A questão pede a função estrutural do genitivo reiterado; em "my loves / my love / thy robbery / my poverty" a marca de posse (my/thy) contrasta com a realidade de pertença já transferida, "all mine was thine", encenando ilusão de posse diante de desposseção efetiva exatamente o efeito descrito na alternativa D. A questão avalia a função estrutural do uso reiterado do genitivo, e o ponto central está na contradição entre a posse marcada gramaticalmente e a perda efetiva expressa pelo eu lírico, já que tudo aquilo que é dito como "meu" ou "teu" é, na realidade, pré-existente ou roubado. Leituras psicológicas ou jurídicas até podem aparecer em análises críticas mais amplas, mas não correspondem ao objetivo direto da questão. Mantém-se o gabarito.	Indeferido
31709	483229	RAPHAEL BESSA MIRANDA DAS NEVES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A desinência -est em receivest e usest indica apenas a 2ª pessoa do singular no presente do indicativo, não sendo marcador de subjuntivo. O valor condicional dos versos decorre do conector if, e não de alteração de modo verbal.	Indeferido
31754	483229	RAPHAEL BESSA MIRANDA DAS NEVES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra "love" atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que "vocativo" é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto "substantivo abstrato" é sua classe gramatical.	Indeferido
31782	483229	RAPHAEL BESSA MIRANDA DAS NEVES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito (D). Ainda que a argumentação sobre a flexibilidade temporal seja válida, o contexto imediato do verso é decisivo: a frase anterior "I do forgive thy robbery" estabelece uma relação temporal presente entre o perdão e o ato roubado. O subjuntivo presente "steal" funciona como uma concessão factual ("apesar de roubares"), não descrevendo uma ação habitual passada, mas sim admitindo um fato real que fundamenta o perdão no agora do poema. Assim, o Present Continuous (D) mantém a coerência temporal com o ato de perdoar e capta a natureza ativa e caracterizadora do roubo, enquanto o Past Continuous (A) criaria uma incoerência temporal insustentável com o contexto.	Indeferido

31812	483229	RAPHAEL BESSA MIRANDA DAS NEVES	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito original. A questão avalia competência de análise literária ao investigar a função dramática da alternância de vozes no soneto. A alternativa correta identifica com precisão que esta oscilação estrutura o conflito interior do eu lírico, contrastando sua tentativa racional de compreensão com explosões de dor que rompem o tom reflexivo. As demais alternativas falham por atribuir a função a convenções formais externas ao poema, reduzirem-na a um mero recurso de transição temática ou priorizarem efeitos de ambiguidade temporal que são consequência secundária, e não a função primária, do recurso estilístico em foco.	Indeferido
33198	517863	RENAN RAMOS DE SANT'ANNA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A desinência -est em receivest e usest indica apenas a 2ª pessoa do singular no presente do indicativo, não sendo marcador de subjuntivo. O valor condicional dos versos decorre do conector if, e não de alteração de modo verbal.	Indeferido
33201	517863	RENAN RAMOS DE SANT'ANNA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33214	517863	RENAN RAMOS DE SANT'ANNA	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	O recurso não procede, pois o paradoxo central presente nos versos citados não está na simples subversão das convenções petrarquistas, mas na reconciliação impossível entre a perda material e o furto emocional. O eu lírico reconhece que foi “roubado” até em sua pobreza, mas, em vez de condenar, perdoa o ato — algo que contraria a lógica usual de crime e punição. O efeito paradoxal resulta justamente dessa atitude de perdoar aquilo que deveria ser motivo de censura, e não de enobrecimento. Por isso, a alternativa que traduz corretamente o paradoxo é a letra B, que aponta para essa contradição entre o ato condenável e o perdão concedido. Dessa forma, o gabarito deve ser mantido, e o recurso, indeferido.	Indeferido
33061	506198	ROSANA BARCELLOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33070	506198	ROSANA BARCELLOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta, pois está em conformidade com o Art. 113 do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, o qual estabelece que: “Na Educação Infantil e nos Ciclos I, II e III da EJA, não serão utilizados graus e menções para avaliação do rendimento escolar, devendo ser realizada por meio de registros qualitativos do desenvolvimento do aluno.”	Indeferido
34032	518007	VINICIUS DOS SANTOS DANTAS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido

31513	478967	VITÓRIA OLIVEIRA FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
31526	478967	VITÓRIA OLIVEIRA FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31563	478967	VITÓRIA OLIVEIRA FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A interpretação da questão exige a compreensão do contexto poético e da função gramatical da palavra dentro da estrutura da oração. A análise demonstra de forma inequívoca que a palavra "love" atua como um substantivo abstrato em ambas as suas ocorrências no verso. A confusão reside em pensar que "vocativo" é uma classe gramatical. Na verdade, vocativo é uma função sintática, enquanto "substantivo abstrato" é sua classe gramatical.	Indeferido
33444	485211	WILLIAM GUTIERRE DA SILVA ARAUJO	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Improcedente. O gabarito oficial está correto. Revise a questão.	Indeferido
33477	485211	WILLIAM GUTIERRE DA SILVA ARAUJO	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33486	485211	WILLIAM GUTIERRE DA SILVA ARAUJO	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	A mudança de gabarito para a alternativa justifica-se porque o enunciado apresenta uma distinção entre a leitura de fragmentos rápidos e superficiais, como pequenas mensagens ou conteúdos breves, e a leitura de um texto completo, que exige concentração, continuidade e profundidade. Enquanto a primeira forma de leitura se caracteriza pela fragmentação e imediatismo, a segunda envolve imersão na obra, permitindo uma compreensão mais ampla e reflexiva.	Deferido
33508	485211	WILLIAM GUTIERRE DA SILVA ARAUJO	PROFESSOR I LÍNGUA INGLESA	Recurso indeferido. A desinência -est em receivest e usest indica apenas a 2ª pessoa do singular no presente do indicativo, não sendo marcador de subjuntivo. O valor condicional dos versos decorre do conector if, e não de alteração de modo verba	Indeferido
33099	509568	ÁGATHA RAYANE DOS SANTOS DOMINGOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33131	509568	ÁGATHA RAYANE DOS SANTOS DOMINGOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
31828	479354	ALEX FREIRE DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	OK.	Indeferido
33341	488394	ALINE DA SILVA SOUSA BARBOZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido

33345	488394	ALINE DA SILVA SOUSA BARBOZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33355	488394	ALINE DA SILVA SOUSA BARBOZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33358	488394	ALINE DA SILVA SOUSA BARBOZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33365	480800	AMANDA RODRIGUES PEREIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33202	506047	ANA LUÍSA RAMOS GUIMARÃES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido

33580	502220	ANDRÉ BRASIL GUIDA SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente.	Indeferido
32614	503811	ANDREA CAVALCANTI MATOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32618	503811	ANDREA CAVALCANTI MATOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33160	515300	ANDRÉA LIMA DE QUEIROZ	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31975	506134	BIANCA FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31981	506134	BIANCA FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido

31992	506134	BIANCA FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32400	506134	BIANCA FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33509	506134	BIANCA FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indeferir-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33084	517056	BIANCA LEAL COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indeferir-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33087	517056	BIANCA LEAL COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33090	517056	BIANCA LEAL COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33094	517056	BIANCA LEAL COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32281	480569	BRUNO DUTRA ROCHA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
31659	480569	BRUNO DUTRA ROCHA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
31675	480569	BRUNO DUTRA ROCHA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão trata da tipologia dominante; portanto o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32248	480569	BRUNO DUTRA ROCHA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32250	480569	BRUNO DUTRA ROCHA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32253	480569	BRUNO DUTRA ROCHA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32266	480569	BRUNO DUTRA ROCHA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. Leve em conta o contexto.	Indeferido
33075	497929	CARLA CONCEIÇÃO MARQUES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33377	504628	CARLOS RAFAEL BRAGA DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33401	504628	CARLOS RAFAEL BRAGA DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33446	504628	CARLOS RAFAEL BRAGA DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33474	504628	CARLOS RAFAEL BRAGA DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
33569	513050	CAROLINA SILVA FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33654	513050	CAROLINA SILVA FERREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32133	482196	CAROLINE TEIXEIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33141	507279	CLARISSA NETO DE BASTIANI	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33197	507279	CLARISSA NETO DE BASTIANI	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32091	499958	DAILANE MOREIRA GUEDES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32251	499958	DAILANE MOREIRA GUEDES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31710	497132	DANILLO DOMINGUES FIGUEREDO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
31842	490165	EDUARDO AUGUSTO BEZERRA MOURA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
31864	490165	EDUARDO AUGUSTO BEZERRA MOURA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido

32992	493545	ELIANA NASCIMENTO DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32995	493545	ELIANA NASCIMENTO DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33062	493545	ELIANA NASCIMENTO DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33074	493545	ELIANA NASCIMENTO DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito está correto.	Indeferido

33122	516275	ELIANE CASANOVA DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31530	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
31533	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Questão autoexplicativa. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
31535	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial da questão é autoexplicativo; portanto, correto.	Indeferido
31543	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31548	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31554	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31558	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido
32707	510690	FABIANA LIBOREIRO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32718	510690	FABIANA LIBOREIRO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32722	510690	FABIANA LIBOREIRO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33085	493093	FABIANO DA ROCHA FERNANDES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. Leve em conta o contexto.	Indeferido

33101	493093	FABIANO DA ROCHA FERNANDES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32796	504345	FERNANDA MARTINS DOS SANTOS BARCELOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32854	504345	FERNANDA MARTINS DOS SANTOS BARCELOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
31599	503454	FLÁVIA CONCEIÇÃO DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta, pois está em conformidade com o Art. 113 do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, o qual estabelece que: “Na Educação Infantil e nos Ciclos I, II e III da EJA, não serão utilizados graus e menções para avaliação do rendimento escolar, devendo ser realizada por meio de registros qualitativos do desenvolvimento do aluno.”	Indeferido
31682	503454	FLÁVIA CONCEIÇÃO DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

31696	503454	FLÁVIA CONCEIÇÃO DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31711	503454	FLÁVIA CONCEIÇÃO DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
33311	508479	FRANCIELE SANTOS DE FARIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. Leve em conta o contexto.	Indeferido
31646	486162	GIOVANNI ISAAC MELO DE ALMEIDA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33884	515620	GIZELE HENTTYZY DA SILVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32765	502966	GLEICY LIMA BICHARA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente.	Indeferido

32766	502966	GLEICY LIMA BICHARA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32767	502966	GLEICY LIMA BICHARA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33335	512824	GRAZIELA DE OLIVEIRA PEREIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33350	512824	GRAZIELA DE OLIVEIRA PEREIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33375	512824	GRAZIELA DE OLIVEIRA PEREIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32788	508886	GRAZIETTI DUTRA CARNEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
31769	503620	GUSTAVO GIAROLA GARCIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33373	503620	GUSTAVO GIAROLA GARCIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
33441	503620	GUSTAVO GIAROLA GARCIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32773	504333	HELEN CRISTINA ZERBINAT COELHO NAVES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32775	504333	HELEN CRISTINA ZERBINAT COELHO NAVES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
33610	504333	HELEN CRISTINA ZERBINAT COELHO NAVES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Onde estão seus argumentos para ponderarmos?	Indeferido
33631	504333	HELEN CRISTINA ZERBINAT COELHO NAVES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
33636	504333	HELEN CRISTINA ZERBINAT COELHO NAVES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Onde estão seus argumentos para que possamos ponderar?	Indeferido
33646	504333	HELEN CRISTINA ZERBINAT COELHO NAVES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto.	Indeferido
33655	504333	HELEN CRISTINA ZERBINAT COELHO NAVES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão trata da tipologia dominante; portanto o gabarito oficial está correto.	Indeferido

33723	514310	HERMINIO CONCEIÇÃO ROSA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33815	514310	HERMINIO CONCEIÇÃO ROSA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
33873	514310	HERMINIO CONCEIÇÃO ROSA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32643	512769	HUGO DE MELO PEREIRA DIAS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32649	512769	HUGO DE MELO PEREIRA DIAS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32293	495984	ISABEL PIFANO MELLO LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32255	495984	ISABEL PIFANO MELLO LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que "dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada", observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que "os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores". Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32272	495984	ISABEL PIFANO MELLO LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32570	495984	ISABEL PIFANO MELLO LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32039	486353	JANIARA DE LIMA MEDEIROS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. Tome como base o contexto.	Indeferido
32050	486353	JANIARA DE LIMA MEDEIROS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32077	486353	JANIARA DE LIMA MEDEIROS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

32105	486353	JANIARA DE LIMA MEDEIROS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32173	486353	JANIARA DE LIMA MEDEIROS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
33068	495136	JULIANA CORRÊA MIGUEL DE MOURA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33144	495136	JULIANA CORRÊA MIGUEL DE MOURA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32049	481875	JULIANA RIBEIRO GUIMARÃES LESSA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido

33318	490907	KAREN SILVEIRA GOULART	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33322	490907	KAREN SILVEIRA GOULART	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
33328	490907	KAREN SILVEIRA GOULART	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33342	490907	KAREN SILVEIRA GOULART	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto.	Indeferido
31849	481863	KÊNIA DUARTE DA SILVA CARVALHO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31892	481863	KÊNIA DUARTE DA SILVA CARVALHO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31955	481863	KÊNIA DUARTE DA SILVA CARVALHO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33172	481863	KÊNIA DUARTE DA SILVA CARVALHO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33793	518237	KRISTIANE ROTHSTEIN	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
33917	518237	KRISTIANE ROTHSTEIN	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	improcedente	Indeferido
32418	498025	LARA HARB LISBOA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32461	498025	LARA HARB LISBOA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. Leve em conta o contexto.	Indeferido

33088	508253	LAURA SANTOS DUARTE	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33092	508253	LAURA SANTOS DUARTE	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33096	508253	LAURA SANTOS DUARTE	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito está correto. Estabelece relação de causa (razão).	Indeferido
33017	488177	LEANDRO PIRES GOMES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33019	488177	LEANDRO PIRES GOMES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnio, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31881	477931	LEONARDO SOUZA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33327	515254	LETÍCIA RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33378	515254	LETÍCIA RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33440	515254	LETÍCIA RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33493	515254	LETÍCIA RODRIGUES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido

33310	496902	LINDOMAR DA SILVA PIO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32103	503498	LUCAS FERREIRA SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32137	503498	LUCAS FERREIRA SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito está correto. Estabelece relação de causa (razão).	Indeferido
32163	503498	LUCAS FERREIRA SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33404	480358	LUCIANA BARBOZA SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33608	480358	LUCIANA BARBOZA SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente.	Indeferido

32059	516811	LUCIANA PINHO AVELINO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32736	493258	LUCIENE SANTOS DE SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32738	493258	LUCIENE SANTOS DE SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32739	493258	LUCIENE SANTOS DE SOUZA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32554	483429	LUDMILA VANESSA QUIRINO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

32634	483429	LUDMILA VANESSA QUIRINO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33013	483429	LUDMILA VANESSA QUIRINO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. Revise a questão.	Indeferido
33018	483429	LUDMILA VANESSA QUIRINO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33049	483429	LUDMILA VANESSA QUIRINO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33055	483429	LUDMILA VANESSA QUIRINO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
33057	483429	LUDMILA VANESSA QUIRINO DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto. As restritivas têm a função, por exemplo, de "particularizar".	Indeferido

32224	477523	LUIS CARLOS BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
33227	495772	MARCELLA GARCIA SIMÕES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que "dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada", observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que "os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores". Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33232	495772	MARCELLA GARCIA SIMÕES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33864	518212	MARCOS LUIZ CASTRO SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir".	Indeferido
33989	518212	MARCOS LUIZ CASTRO SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente	Indeferido
31878	479866	MARIA ESTERLENE PAIVA FERREIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto.	Indeferido
31900	479866	MARIA ESTERLENE PAIVA FERREIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido

31907	479866	MARIA ESTERLENE PAIVA FERREIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33797	523089	MARIA VITÓRIA DIAS DO NASCIMENTO CORREIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito está correto.	Indeferido
32966	523089	MARIA VITÓRIA DIAS DO NASCIMENTO CORREIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32970	523089	MARIA VITÓRIA DIAS DO NASCIMENTO CORREIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto.	Indeferido
33330	517070	MARIANA LIMA FREIRE	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33340	517070	MARIANA LIMA FREIRE	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnio, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33344	517070	MARIANA LIMA FREIRE	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33347	517070	MARIANA LIMA FREIRE	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31357	481858	MARSEILLE LOPES COSTA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
31367	521433	MAYARA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31369	521433	MAYARA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
32535	521433	MAYARA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32942	521433	MAYARA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II. Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III. Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32794	516205	MILENA DE SENA BARROS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33851	515934	NATAN FELIPE GARCIA RODRIGUES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente.	Indeferido

33923	515934	NATAN FELIPE GARCIA RODRIGUES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32578	508671	PEDRO HENRIQUE GOMES MACHADO VIEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente.	Indeferido
32587	508671	PEDRO HENRIQUE GOMES MACHADO VIEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
32602	508671	PEDRO HENRIQUE GOMES MACHADO VIEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32609	508671	PEDRO HENRIQUE GOMES MACHADO VIEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32616	508671	PEDRO HENRIQUE GOMES MACHADO VIEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido

33554	481338	PRISCILA BASTOS DE MENEZES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33724	481338	PRISCILA BASTOS DE MENEZES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33730	481338	PRISCILA BASTOS DE MENEZES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
31845	477192	PRISCILA DOS SANTOS BARBOSA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32906	511142	RAIFE JEFERSON SANTOS DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. Leve em conta o contexto.	Indeferido
32917	511142	RAIFE JEFERSON SANTOS DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32925	511142	RAIFE JEFERSON SANTOS DE LIMA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto.	Indeferido

33840	502374	RAISSA FERREIRA DIAS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32824	514434	RAMILA MELO BOTELHO GRANJA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33770	493461	RHENAN CARLOS ARAUJO PINHEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32410	480998	RICARDO RAMOS MALVAZIO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
31850	507888	ROBERTA PEREIRA LARA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31861	507888	ROBERTA PEREIRA LARA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32230	506676	RODRIGO MARTINS ENES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32242	506676	RODRIGO MARTINS ENES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. Tome como base o contexto.	Indeferido
33568	498142	SIMONE SILVA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

33593	498142	SIMONE SILVA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33613	498142	SIMONE SILVA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33641	498142	SIMONE SILVA DO NASCIMENTO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente.	Indeferido
32929	501363	STEPHANY FECURY XAVIER DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido

32937	501363	STEPHANY FECURY XAVIER DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32953	501363	STEPHANY FECURY XAVIER DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33211	509542	SUELEN FRIAS CAPELLUPPE CORREIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
33272	509542	SUELEN FRIAS CAPELLUPPE CORREIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33702	509542	SUELEN FRIAS CAPELLUPPE CORREIA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32381	518397	TAÁTE PEREIRA TOMAZ SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33261	518397	TAÁTE PEREIRA TOMAZ SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32941	485684	TAINÁ AQUINO DA ROSA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32435	519467	TARCIA HELENA DUDA PINHEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
32478	519467	TARCIA HELENA DUDA PINHEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32515	519467	TARCIA HELENA DUDA PINHEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32615	519467	TARCIA HELENA DUDA PINHEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é “heterogênea e multifacetada” e “ não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência”. Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade”. É justamente essa característica de “unidade” e de ser um “produto social” que a define como um sistema passível de ser “delimitado e, sistematicamente, estudado” pela Linguística.	Indeferido
32628	519467	TARCIA HELENA DUDA PINHEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito está correto. Estabelece relação de causa (razão).	Indeferido

32637	519467	TARCIA HELENA DUDA PINHEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32730	519467	TARCIA HELENA DUDA PINHEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31908	484641	TATIANA DE ANDRADE SANTOS GERVASIO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31853	509033	TAUANA TALITA BERNARDES DOS SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto. A questão está clara e bem elaborada.	Indeferido
32359	505473	THAINÁ LOPES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

32364	505473	THAINÁ LOPES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32190	503761	THALLYTA AMARAL DE OLIVEIRA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
33151	512293	THATIANE DOS SANTOS HECHT CORDEIRO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
33168	503631	THEREZA CRISTINA SANTOS DA ROCHA DE MIRANDA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município "criar distinções ou preferências entre brasileiros", não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: "recusar fé aos documentos públicos". Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
32882	509596	THIAGO MAGALHAES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que "dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada", observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que "os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores". Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32885	509596	THIAGO MAGALHAES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido

31702	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Improcedente. Há equivalência temporal e semântica entre os verbos.	Indeferido
31718	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31736	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
31752	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A alternativa dada como correta interpreta (corretamente) a argumentação do texto. A saber: "A língua é uma parte bem definida (...) e um conjunto de convenções necessárias (...)" " Ela é a norma para todas as demais manifestações da linguagem". Sendo assim, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
31865	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito está correto. Estabelece relação de causa (razão).	Indeferido
31901	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32102	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. De acordo com o Art. 49, §3º do Estatuto dos Servidores de Belford Roxo, o adicional de plantão possui limitação percentual. A alternativa está incorreta ao afirmar que pode ser superior a 30% dos vencimentos básicos, o que contraria a redação expressa do Estatuto, que impõe limite de até 30%.	Indeferido

32260	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32701	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto. As restritivas têm a função, por exemplo, de "particularizar".	Indeferido
33154	480010	UILIAM DE AZEVEDO MELO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão trata da tipologia dominante; portanto o gabarito oficial está correto.	Indeferido
31971	486453	VANINA RABELO MARTINS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31983	486453	VANINA RABELO MARTINS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31998	486453	VANINA RABELO MARTINS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido

32017	486453	VANINA RABELO MARTINS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32058	502502	VIVIAN ROSA QUEIROZ	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32380	502502	VIVIAN ROSA QUEIROZ	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31895	480392	VIVIANE BARROS DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
31912	480392	VIVIANE BARROS DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se ao texto, sendo assim, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
31922	480392	VIVIANE BARROS DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A alternativa dada como correta interpreta (corretamente) a argumentação do texto. A saber: "A língua é uma parte bem definida (...) e um conjunto de convenções necessárias (...)" " Ela é a norma para todas as demais manifestações da linguagem". Sendo assim, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
31970	480392	VIVIANE BARROS DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito está correto. Estabelece relação de causa (razão).	Indeferido
32020	480392	VIVIANE BARROS DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial da questão é autoexplicativo; portanto, correto.	Indeferido
32719	480392	VIVIANE BARROS DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto. As restritivas têm a função, por exemplo, de "particularizar".	Indeferido

33039	480392	VIVIANE BARROS DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
33051	480392	VIVIANE BARROS DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial da questão é autoexplicativo; portanto, correto.	Indeferido
33066	480392	VIVIANE BARROS DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto.	Indeferido
32813	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município "criar distinções ou preferências entre brasileiros", não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: "recusar fé aos documentos públicos". Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
32814	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. A alternativa está correta, pois está em conformidade com o Art. 113 do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, o qual estabelece que: "Na Educação Infantil e nos Ciclos I, II e III da EJA, não serão utilizados graus e menções para avaliação do rendimento escolar, devendo ser realizada por meio de registros qualitativos do desenvolvimento do aluno."	Indeferido
32397	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial é autoexplicativo. Portanto, correto.	Indeferido
32388	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Analisando: contém 4 orações: 1- "O é" 2- "que Saussure pensa" 3- "que os homens têm uma capacidade" 4- "para produzir". Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32386	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32390	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto. As restritivas têm a função, por exemplo, de "particularizar".	Indeferido

32395	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto.	Indeferido
32808	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. .Correta. A afirmativa I está correta. Quando o artigo 13 da Lei Orgânica menciona que a criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, está se referindo à lei municipal, já que se trata de tema relacionado à organização do próprio município. II.Correta. O Art. 14 estabelece que população, eleitorado e arrecadação devem ser não inferiores à sexta parte da exigida para criação de município. III.Incorreta. O item mistura órgãos e funções: o IBGE emite declaração de estimativa da população, não certidão sobre arrecadação. A arrecadação deve ser comprovada por certidões dos órgãos fazendários.	Indeferido
32810	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A alternativa (A) está de acordo com o art. 9º, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, que prevê expressamente que a Bandeira Municipal pode ser distendida sobre o ataúde até o momento do sepultamento. Trata-se de uso solene e autorizado do símbolo, respeitando a tradição cerimonial estabelecida na legislação local.	Indeferido
32815	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, no Art. 131, alínea “b”, afirma expressamente que é proibido faltar com o devido respeito à dignidade do aluno, bem como utilizar termos ou atitudes incompatíveis com o papel do educador. Essa diretriz está em consonância com os princípios da ética profissional e da função educativa.	Indeferido
32817	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnio, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32818	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32819	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido

32821	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão limita-se apenas ao texto apresentado. Portanto, o gabarito oficial está correto. A opção dada como correta sintetiza com precisão a lógica do texto. A linguagem é "heterogênea e multifacetada" e " não pode ser o objeto de estudo de uma única ciência". Em contraste, a língua é um produto social da faculdade da linguagem, e que é uma unidade". É justamente essa característica de "unidade" e de ser um "produto social" que a define como um sistema passível de ser "delimitado e, sistematicamente, estudado" pela Linguística.	Indeferido
32825	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A alternativa dada como correta interpreta (corretamente) a argumentação do texto. A saber: "A língua é uma parte bem definida (...) e um conjunto de convenções necessárias (...)" " Ela é a norma para todas as demais manifestações da linguagem". Sendo assim, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
32827	500090	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito está correto. Estabelece relação de causa (razão).	Indeferido
32832	492797	WALTER ALMEIDA DA CONCEIÇÃO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
32875	492797	WALTER ALMEIDA DA CONCEIÇÃO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial está correto. As restritivas têm a função, por exemplo, de "particularizar".	Indeferido
33824	492797	WALTER ALMEIDA DA CONCEIÇÃO	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32552	499349	ADRIANO DE FARIAS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32557	499349	ADRIANO DE FARIAS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

32569	499349	ADRIANO DE FARIAS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32750	499349	ADRIANO DE FARIAS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33652	499349	ADRIANO DE FARIAS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33846	499349	ADRIANO DE FARIAS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso alega que a questão 38 apresenta omissão da hipótese de que A e B são números reais positivos, argumentando que o conceito de porcentagem pressupõe positividade das grandezas envolvidas. No entanto, o enunciado trata de “B como porcentagem de A” e “A como porcentagem de (A+B)”, o que, no contexto matemático padrão de problemas de porcentagem, implica que A e B são quantidades positivas, uma vez que porcentagens entre números negativos ou nulos não são comuns em situações reais e didáticas. Além disso, a resolução matemática leva a um valor de $r = B / A$ positivo, condizente com a interpretação usual. A ausência de uma declaração explícita de positividade não gera ambiguidade ou impossibilidade de resolução, tampouco prejudica a clareza para o candidato, uma vez que a relação estabelecida no enunciado só faz sentido prático para A e B positivos.	Indeferido
33929	499349	ADRIANO DE FARIAS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	improcedente	Indeferido
34048	499349	ADRIANO DE FARIAS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Recurso indeferido. O enunciado está claro e contém todas as informações necessárias para a resolução. O problema define corretamente a operação de retirar o algarismo 2 inicial e colocá-lo ao final, tratando-se de manipulação posicional dentro do sistema deci-mal. A modelagem algébrica demonstra de forma inequívoca que o número procurado é 2857142, única solução que satisfaz a condição $M=3N$. Não há omissão de dados que inviabilize a resolução nem ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da questão. Mantém-se o gabarito oficial.	Indeferido

31531	517535	ALINE DE ABREU MESQUITA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31364	496778	ANA PAULA SANTANA E SILVA NICOLAU	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Recurso indeferido. O enunciado da questão apresenta dados suficientes para determinar as coordenadas do ponto P, já que as retas descritas, perpendicular a XZ traçada por Z e perpendicular a XY traçada por Y, são geometricamente bem definidas e se intersectam em um único ponto. Assim, a construção é possível, a resolução conduz a um resultado único e a questão não carece de informações adicionais. Mantém-se o gabarito oficial.	Indeferido
31374	491908	ANDRE MENDES DE SOUZA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
31523	491908	ANDRE MENDES DE SOUZA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	DECISÃO: INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito oficial (C). A resolução da congruência $N \equiv 15 \pmod{17}$ e $N \equiv 4 \pmod{11}$, no intervalo $150 < N < 250$, resulta unicamente em $N=202$, valor que atende plenamente às condições de resto descritas no enunciado, conforme verificado pelas divisões $202 = 17 \times 11 + 15$ e $202 = 11 \times 18 + 4$, não havendo ambiguidade ou erro na determinação da resposta.	Indeferido
31371	495408	ANTONIO CARLOS DA SILVA LOPES JUNIOR	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32781	495408	ANTONIO CARLOS DA SILVA LOPES JUNIOR	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33258	488279	BIANCA SIQUEIRA SELLERI	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido

31888	515463	CLAUDIA PINTO DE FIGUEIREDO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso alega que a questão não especifica a posição do plano de corte (horizontal ou vertical) e que, portanto, o número de lados poderia ser 3, 4 ou 6, não sendo possível determinar o maior número de lados que a seção pode ter. No entanto, a pergunta não pede o número de lados de uma seção qualquer, mas sim o maior número possível de lados que uma seção plana de um octaedro regular pode ter, independentemente da orientação do plano. Conforme a geometria conhecida dos poliedros convexos, em particular do octaedro regular, a seção plana de maior número de lados é um hexágono (6 lados), obtida quando o plano intercepta 6 das 8 faces, o que é o máximo possível devido à estrutura triangular das faces e à simetria do sólido. A alegação de que a falta de especificação da posição do plano invalida a questão é, portanto, infundada, uma vez que o problema busca justamente o caso máximo.	Indeferido
31932	515463	CLAUDIA PINTO DE FIGUEIREDO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A alternativa assinalada como correta no gabarito preliminar está matematicamente fundamentada e inequívoca, conforme o arquivo anexado.	Indeferido
32135	515463	CLAUDIA PINTO DE FIGUEIREDO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A resposta correta, com base nas funções do enunciado, é $b < -4$, correspondente à alternativa (C).	Indeferido
32210	502681	DAVID GONÇALVES FELIX GOMES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A grafia utilizada no enunciado segue a convenção de número misto, em que “127 1/2” deve ser lido como 127,5. A interpretação como expoente não se aplica ao contexto, já que a questão trata explicitamente de soma de termos de uma progressão geométrica, e não de potências isoladas. Assim, não há ambiguidade que comprometa a resolução e o gabarito oficial é mantido.	Indeferido
32046	519335	DHIEGO LUCAS MACEDO DIAS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32030	519335	DHIEGO LUCAS MACEDO DIAS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33683	508771	ELAINE SERRA MORAES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33785	508771	ELAINE SERRA MORAES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32908	513996	FABIANO SALES DE OLIVEIRA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32920	513996	FABIANO SALES DE OLIVEIRA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32350	487299	FABIO CALILI BARRETO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso é indeferido, pois o método descrito — apresentação verbal estruturada, conduzida pelo professor, com uso de ilustrações e exemplos — caracteriza a exposição pelo professor, sendo, portanto, a alternativa correta.	Indeferido
32413	487299	FABIO CALILI BARRETO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso alega que a questão está incompleta por falta de dados, impossibilitando sua resolução. No entanto, o enunciado fornece todas as informações necessárias:	Indeferido
33680	487299	FABIO CALILI BARRETO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33744	487299	FABIO CALILI BARRETO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31811	508174	FELIPPE ARAUJO PANTALEAO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31836	508174	FELIPPE ARAUJO PANTALEAO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A grafia utilizada no enunciado segue a convenção de número misto, em que “127 1/2” deve ser lido como 127,5. A interpretação como expoente não se aplica ao contexto, já que a questão trata explicitamente de soma de termos de uma progressão geométrica, e não de potências isoladas. Assim, não há ambiguidade que comprometa a resolução e o gabarito oficial é mantido.	Indeferido
31738	521657	GABRIEL DA SILVA MADEIRA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	DECISÃO: INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito oficial (C). A resolução da congruência $N \equiv 15 \pmod{17}$ e $N \equiv 4 \pmod{11}$, no intervalo $150 < N < 250$, resulta unicamente em $N=202$, valor que atende plenamente às condições de resto descritas no enunciado, conforme verificado pelas divisões $202 = 17 \times 11 + 15$ e $202 = 11 \times 18 + 4$, não havendo ambiguidade ou erro na determinação da resposta.	Indeferido

32559	518859	GABRIEL DIAS FIGUEIREDO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32573	518859	GABRIEL DIAS FIGUEIREDO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32596	518859	GABRIEL DIAS FIGUEIREDO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32338	512838	GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32299	512838	GABRIEL PEREIRA DE SOUZA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Apesar da observação apresentada, a interpretação mais direta e consagrada é a de que, ao se pedir o “valor da matriz em função de	Indeferido
33500	482539	GISELENE MARTINS DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33523	482539	GISELENE MARTINS DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Apesar da observação apresentada, a interpretação mais direta e consagrada é a de que, ao se pedir o “valor da matriz em função de	Indeferido
32309	491402	HERMILO SOUTO MOTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso interposto questiona o gabarito oficial da questão 27, que indica a alternativa (4,17%) como correta. Conforme a resolução oficial, o total de có-digos possíveis com os dígitos 1, 3, 8 e 9, todos distintos, é $4! = 24$. Uma vez que Miguel testa as combinações em ordem aleatória sem repetição, a probabilidade de o código correto ocupar qualquer posição específica (incluindo a 12ª) é uniforme e igual a $1/24$, o que corresponde a aproximadamente 4,17%.	Indeferido
31969	491402	HERMILO SOUTO MOTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Na prova A, a alternativa é letra C. Para ter inversa, a função deve ser bijetora (ou pelo menos injetora no domínio considerado). Como f não é injetora em R , ela não possui inversa em todo o seu domínio.	Indeferido

32358	491402	HERMILO SOUTO MOTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso alega que o maior número de lados de uma seção plana de um octaedro regular é 8, baseando-se na ideia de que o plano pode interceptar todas as 8 faces, formando um octógono. No entanto, essa afirmação é geometricamente incorreta. Em qualquer poliedro convexo, uma seção plana produz um polígono cujos lados estão cada um em uma face distinta. Embora o octaedro tenha 8 faces, nenhum plano pode cortar todas as 8 faces devido à sua estrutura simétrica de duas pirâmides de base quadrada. De fato, a geometria estabelecida demonstra que o número máximo de lados de uma seção plana de um octaedro regular é 6. Um plano adequadamente inclinado pode intersectar 6 faces, produzindo um hexágono, mas nunca 7 ou 8.	Indeferido
32487	491402	HERMILO SOUTO MOTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Recurso Indeferido. I. Incorreta: A Lei Orgânica, no Art. 20, III, veda ao Município “criar distinções ou preferências entre brasileiros”, não incluindo estrangeiros. Portanto, a assertiva extrapola o texto legal ao inserir os estrangeiros, tornando-a incorreta. II. Correta: é vedado ao Município subvencionar propaganda político-partidária, conforme o art. 20, inciso IV da Lei Orgânica. III. Incorreta: pois a Lei veda qualquer relação de dependência com cultos religiosos, ainda que convenha ao Executivo (art. 20, inciso I). A afirmativa confere ao Executivo uma prerrogativa que a Lei não autoriza, tornando-a claramente incorreta. IV. Correta. De acordo com o Art. 20, II, é vedado ao Município: “recusar fé aos documentos públicos”. Logo, a afirmativa está inteiramente correta. A questão é clara, objetiva e baseada em dispositivos literais da Lei Orgânica do Município. Não há omissão, obscuridade, ambiguidade que justifique a anulação da questão.	Indeferido
32327	520431	ISABELE SABINO DOS SANTOS PEDROSA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
31510	520431	ISABELE SABINO DOS SANTOS PEDROSA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	DECISÃO: INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito oficial (C). A resolução da congruência $N \equiv 15 \pmod{17}$ e $N \equiv 4 \pmod{11}$, no intervalo $150 < N < 250$, resulta unicamente em $N = 202$, valor que atende plenamente às condições de resto descritas no enunciado, conforme verificado pelas divisões $202 = 17 \times 11 + 15$ e $202 = 11 \times 18 + 4$, não havendo ambiguidade ou erro na determinação da resposta.	Indeferido

32910	520431	ISABELE SABINO DOS SANTOS PEDROSA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33120	511764	IVANILTON ALMEIDA DE ANDRADE JÚNIOR	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33178	511764	IVANILTON ALMEIDA DE ANDRADE JÚNIOR	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33164	518828	JEFFERSON COSTA LOURENÇO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33476	519438	JENNIFER DOS SANTOS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33512	519438	JENNIFER DOS SANTOS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33530	519438	JENNIFER DOS SANTOS MOURA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32328	513409	JOÃO PAULO SILVA BATISTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Apesar da observação apresentada, a interpretação mais direta e consagrada é a de que, ao se pedir o “valor da matriz em função de	Indeferido
32288	513409	JOÃO PAULO SILVA BATISTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32197	501269	KATIA PEREIRA MAINENTI	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31421	517713	LEANDRO DE LIMA MEDEIROS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
31446	517713	LEANDRO DE LIMA MEDEIROS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Recurso Indeferido. De acordo com o Art. 49, §3º do Estatuto dos Servidores de Belford Roxo, o adicional de plantão possui limitação percentual. A alternativa está incorreta ao afirmar que pode ser superior a 30% dos vencimentos básicos, o que contraria a redação expressa do Estatuto, que impõe limite de até 30%.	Indeferido

32387	515672	LUCAS COSTA PENHA XAVIER	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32431	515672	LUCAS COSTA PENHA XAVIER	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33550	508979	LUCAS DANIEL LUIZ DE SANTANA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33712	508979	LUCAS DANIEL LUIZ DE SANTANA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
31428	490514	LUCIANA DE MORAES GONÇALVES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Metade à vista: R\$ 60.000. Financiado: R\$ 60.000, amortizado em 12 parcelas de R\$ 5.000 (SAC). Juros anuais: 12% sobre o saldo antes de cada parcela: saldos = 60k, 55k, ..., 5k $\Rightarrow$ soma = 390k $\Rightarrow$ juros totais = $12\% \times 390k = R\$ 46.800$. Custo total = 60.000 (entrada) + 60.000 (amortização) + 46.800 (juros) = R\$ 166.800,00.	Indeferido
31448	490514	LUCIANA DE MORAES GONÇALVES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso interposto questiona o gabarito oficial da questão 27, que indica a alternativa (4,17%) como correta. Conforme a resolução oficial, o total de có-digos possíveis com os dígitos 1, 3, 8 e 9, todos distintos, é $4! = 24$. Uma vez que Miguel testa as combinações em ordem aleatória sem repetição, a probabilidade de o código correto ocupar qualquer posição específica (incluindo a 12ª) é uniforme e igual a $1/24$, o que corresponde a aproximadamente 4,17%.	Indeferido

32287	490514	LUCIANA DE MORAES GONÇALVES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32310	490514	LUCIANA DE MORAES GONÇALVES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Improcedente. A questão não apresenta qualquer problema.	Indeferido
32356	490514	LUCIANA DE MORAES GONÇALVES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Improcedente. Leve em conta o contexto.	Indeferido
32982	493919	LUCIANO MARCIO DE CARVALHO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33848	500272	MÁRIO SÉRGIO ROSEO DE SOUZA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33927	500272	MÁRIO SÉRGIO ROSEO DE SOUZA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33976	500272	MÁRIO SÉRGIO ROSEO DE SOUZA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Metade à vista: R\$ 60.000. Financiado: R\$ 60.000, amortizado em 12 parcelas de R\$ 5.000 (SAC). Juros anuais: 12% sobre o saldo antes de cada parcela: saldos = 60k, 55k, ..., 5k $\Rightarrow$ soma = 390k $\Rightarrow$ juros totais = $12\% \times 390k = R\$ 46.800$. Custo total = 60.000 (entrada) + 60.000 (amortização) + 46.800 (juros) = R\$ 166.800,00.	Indeferido
34015	500272	MÁRIO SÉRGIO ROSEO DE SOUZA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O enunciado é geometricamente coerente e possível. A resolução apresentada no gabarito está correta com base nessa definição.	Indeferido
32446	484833	MICHELE FERNANDES ANDRADE	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32481	484833	MICHELE FERNANDES ANDRADE	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32752	484833	MICHELE FERNANDES ANDRADE	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

31735	495741	MICHELLE MARQUES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32269	495741	MICHELLE MARQUES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33302	488764	MIRYAM SILVA RAMOS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	DECISÃO: INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito oficial (C). A resolução da con-gruência $N \equiv 15 \pmod{17}$ e $N \equiv 4 \pmod{11}$, no intervalo $150 < N < 250$, resulta unicamente em $N = 202$, valor que atende plenamente às condições de resto descritas no enunciado, conforme verificado pelas divisões $202 = 17 \times 11 + 15$ e $202 = 11 \times 18 + 4$, não havendo ambiguidade ou erro na determinação da resposta.	Indeferido
33360	488764	MIRYAM SILVA RAMOS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32202	499816	NATÁLIA LÚCIA PEREIRA GONÇALVES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Metade à vista: R\$ 60.000. Financiado: R\$ 60.000, amortizado em 12 parcelas de R\$ 5.000 (SAC). Juros anuais: 12% sobre o saldo antes de cada parcela: salDOS = 60k, 55k, ..., 5k $\Rightarrow$ soma = 390k $\Rightarrow$ juros totais = $12\% \times 390k = R\$ 46.800$. Custo total = 60.000 (entrada) + 60.000 (amortização) + 46.800 (juros) = R\$ 166.800,00.	Indeferido
31783	499816	NATÁLIA LÚCIA PEREIRA GONÇALVES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Improcedente.	Indeferido

31793	499816	NATÁLIA LÚCIA PEREIRA GONÇALVES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
33147	499816	NATÁLIA LÚCIA PEREIRA GONÇALVES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso alega que a questão 38 apresenta omissão da hipótese de que A e B são números reais positivos, argumentando que o conceito de porcentagem pressupõe positividade das grandezas envolvidas. No entanto, o enunciado trata de “B como porcentagem de A” e “A como porcentagem de (A+B)”, o que, no contexto matemático padrão de problemas de porcentagem, implica que A e B são quantidades positivas, uma vez que porcentagens entre números negativos ou nulos não são comuns em situações reais e didáticas. Além disso, a resolução matemática leva a um valor de $r = B / A$ positivo, condizente com a interpretação usual. A ausência de uma declaração explícita de positividade não gera ambiguidade ou impossibilidade de resolução, tampouco prejudica a clareza para o candidato, uma vez que a relação estabelecida no enunciado só faz sentido prático para A e B positivos.	Indeferido
31420	492817	NATHÁLIA CONSTANCIO AMENOR	PROFESSOR I MATEMÁTICA	otimizar, no contexto, significa tornar o aprendizado mais eficiente.	Indeferido
31425	492817	NATHÁLIA CONSTANCIO AMENOR	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O texto não diz que que "reduz o tempo para planejamento pedagógico".	Indeferido
31516	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31520	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31524	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31529	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31532	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31536	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31544	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31546	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
31549	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido

31552	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31553	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31555	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31557	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O argumento do candidato não está trelado ao conteúdo das questões.	Indeferido
31560	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não se relaciona à questão.	Indeferido
31561	478439	PAULO ROBERTO SEABRA DINIZ	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso elaborado pelo candidato não está atrelado à questão.	Indeferido
33175	491489	RAMON CARLOS GALASSO MATHIAS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	DECISÃO: INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito oficial (C). A resolução da congruência $N \equiv 15 \pmod{17}$ e $N \equiv 4 \pmod{11}$, no intervalo $150 < N < 250$, resulta unicamente em $N=202$, valor que atende plenamente às condições de resto descritas no enunciado, conforme verificado pelas divisões $202=17 \times 11 + 15$ e $202=11 \times 18 + 4$, não havendo ambiguidade ou erro na determinação da resposta.	Indeferido
32549	479722	RAPHAEL LUIS MAIA COSTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	"por fim", no contexto, informa encerramento. "Por conseguinte" informa consequência ou conclusão, o que não é o caso no contexto.	Indeferido
33863	479722	RAPHAEL LUIS MAIA COSTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
33882	479722	RAPHAEL LUIS MAIA COSTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33909	479722	RAPHAEL LUIS MAIA COSTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
33920	479722	RAPHAEL LUIS MAIA COSTA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	O recurso alega que a questão 38 apresenta omissão da hipótese de que A e B são números reais positivos, argumentando que o conceito de porcentagem pressupõe positividade das grandezas envolvidas. No entanto, o enunciado trata de "B como porcentagem de A" e "A como porcentagem de (A+B)", o que, no contexto matemático padrão de problemas de porcentagem, implica que A e B são quantidades positivas, uma vez que porcentagens entre números negativos ou nulos não são comuns em situações reais e didáticas. Além disso, a resolução matemática leva a um valor de $r = B / A$ positivo, condizente com a interpretação usual. A ausência de uma declaração explícita de positividade não gera ambiguidade ou impossibilidade de resolução, tampouco prejudica a clareza para o candidato, uma vez que a relação estabelecida no enunciado só faz sentido prático para A e B positivos.	Indeferido

33163	508695	RODRIGO ALVES DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	DECISÃO: INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito oficial (C). A resolução da congruência $N \equiv 15 \pmod{17}$ e $N \equiv 4 \pmod{11}$, no intervalo $150 < N < 250$, resulta unicamente em $N=202$, valor que atende plenamente às condições de resto descritas no enunciado, conforme verificado pelas divisões $202 = 17 \times 11 + 15$ e $202 = 11 \times 18 + 4$, não havendo ambiguidade ou erro na determinação da resposta.	Indeferido
32009	500722	RODRIGO AUGUSTO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A grafia utilizada no enunciado segue a convenção de número misto, em que “127 1/2” deve ser lido como 127,5. A interpretação como expoente não se aplica ao contexto, já que a questão trata explicitamente de soma de termos de uma progressão geométrica, e não de potências isoladas. Assim, não há ambiguidade que comprometa a resolução e o gabarito oficial é mantido.	Indeferido
32023	500722	RODRIGO AUGUSTO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32034	500722	RODRIGO AUGUSTO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

31567	496229	RODRIGO FELIPE DA SILVA MENDES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32062	496229	RODRIGO FELIPE DA SILVA MENDES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32097	496229	RODRIGO FELIPE DA SILVA MENDES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Apesar da observação apresentada, a interpretação mais direta e consagrada é a de que, ao se pedir o “valor da matriz em função de	Indeferido
32182	496229	RODRIGO FELIPE DA SILVA MENDES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32457	512697	RODRIGO MELLO DE ANDRADE DE OLIVEIRA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A grafia utilizada no enunciado segue a convenção de número misto, em que “127 1/2” deve ser lido como 127,5. A interpretação como expoente não se aplica ao contexto, já que a questão trata explicitamente de soma de termos de uma progressão geométrica, e não de potências isoladas. Assim, não há ambiguidade que comprometa a resolução e o gabarito oficial é mantido.	Indeferido
32463	512697	RODRIGO MELLO DE ANDRADE DE OLIVEIRA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido

33431	512697	RODRIGO MELLO DE ANDRADE DE OLIVEIRA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31762	477533	SAMIR DA SILVA MONTEIRO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
31867	477533	SAMIR DA SILVA MONTEIRO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33623	515109	SÉRGIO ROBERTO SOUZA DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido

33629	515109	SÉRGIO ROBERTO SOUZA DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33635	515109	SÉRGIO ROBERTO SOUZA DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31539	490093	THAIS DE ASSIS DOS SANTOS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	DECISÃO: INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito oficial (C). A resolução da congruência $N \equiv 15 \pmod{17}$ e $N \equiv 4 \pmod{11}$, no intervalo $150 < N < 250$, resulta unicamente em $N=202$, valor que atende plenamente às condições de resto descritas no enunciado, conforme verificado pelas divisões $202 = 17 \times 11 + 15$ e $202 = 11 \times 18 + 4$, não havendo ambiguidade ou erro na determinação da resposta.	Indeferido
32936	508533	VALBER NUNES DE MORAES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32246	483460	VICTOR DE MELLO CARLOS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	DECISÃO: INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito oficial (C). A resolução da congruência $N \equiv 15 \pmod{17}$ e $N \equiv 4 \pmod{11}$, no intervalo $150 < N < 250$, resulta unicamente em $N=202$, valor que atende plenamente às condições de resto descritas no enunciado, conforme verificado pelas divisões $202 = 17 \times 11 + 15$ e $202 = 11 \times 18 + 4$, não havendo ambiguidade ou erro na determinação da resposta.	Indeferido
32789	483460	VICTOR DE MELLO CARLOS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido

32793	483460	VICTOR DE MELLO CARLOS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32220	480564	VICTOR EDUARDO PEREIRA SANTOS	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32069	483826	VITOR GRACILIANO DA SILVA FILHO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32089	483826	VITOR GRACILIANO DA SILVA FILHO	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Indeferir-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
31877	517557	WALLACE DE OLIVEIRA MARQUES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
31894	517557	WALLACE DE OLIVEIRA MARQUES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido

33366	517557	WALLACE DE OLIVEIRA MARQUES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
33390	517557	WALLACE DE OLIVEIRA MARQUES	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Indefere-se, pois o gabarito está correto. Conforme a teoria de Piaget, é a partir do estágio das operações concretas que a criança desenvolve capacidade lógica para analisar situações e questionar interpretações, modificando o quadro descrito no enunciado. Fonte: DE OLIVEIRA LIMA, Lauro. Piaget para principiantes. Grupo Editorial Summus, 1981.	Indeferido
32699	480845	WILIAN FERREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32360	508219	WINNIE MARIANA ADÃO LOPES TEIXEIRA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32385	486063	YGOR DELFINO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	I. A questão está equivocada ao afirmar que a Secretaria de Educação agiu de forma errada. Na verdade, a Secretaria agiu corretamente ao não divulgar os dados pessoais identificáveis dos alunos, como nome e idade. A própria LDB prevê, em seu texto, que “dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, SEMPRE QUE POSSÍVEL, de forma anonimizada”, observando PARÂMETROS LEGAIS DE ANONIMIZAÇÃO. Logo, a Secretaria não errou, pois cumpriu a exigência legal de preservar a privacidade dos estudantes. II. A segunda situação, por outro lado, o autuamento está correto, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Art. 59-A, estabelece expressamente que “os estabelecimentos educacionais e similares, públicos ou privados, que desenvolvem atividades com crianças e adolescentes deverão manter fichas cadastrais e certidões de antecedentes criminais atualizadas de todos os seus colaboradores”. Assim, um curso de idiomas, por ser considerado estabelecimento educacional, é obrigado a cumprir essa exigência, e a sua omissão fere a legislação.	Indeferido
32401	486063	YGOR DELFINO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	DECISÃO: INDEFIRO o recurso, mantendo o gabarito oficial (C). A resolução da congruência $N \equiv 15 \pmod{17}$ e $N \equiv 4 \pmod{11}$, no intervalo $150 < N < 250$, resulta unicamente em $N = 202$, valor que atende plenamente às condições de resto descritas no enunciado, conforme verificado pelas divisões $202 = 17 \times 11 + 15$ e $202 = 11 \times 18 + 4$, não havendo ambiguidade ou erro na determinação da resposta.	Indeferido

32448	486063	YGOR DELFINO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	A questão não configura plágio. O enunciado foi elaborado a partir de estudo de caso fictício, criado especificamente para a prova, e embasado em uma das principais referências teóricas da área — Ghiraldelli Júnior, obra amplamente utilizada em cursos e concursos. Ademais, a formulação e as alternativas diferem substancialmente de questões de outras bancas, o que evidencia tratar-se de construção original a partir de conceitos de domínio público e referências acadêmicas reconhecidas. Contudo, a banca decidiu anular a questão EXCLUSIVAMENTE porque René Descartes não era iluminista, visto que inaugura o Racionalismo Moderno. O Iluminismo surge depois, no século XVIII, inspirado por essa base racionalista, mas incorporando outras influências e aplicando a razão para criticar tradições e propor reformas sociais e políticas.	Deferido
32667	486063	YGOR DELFINO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Diante do vício de formulação, a questão será anulada, de forma a preservar a isonomia e a segurança jurídica do certame.	Deferido
32694	486063	YGOR DELFINO DA SILVA	PROFESSOR I MATEMÁTICA	Apesar da observação apresentada, a interpretação mais direta e consagrada é a de que, ao se pedir o “valor da matriz em função de	Indeferido
31704	482621	ALINE LIMA MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33760	491553	ELIENE MUNIZ DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33951	490031	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33968	490031	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33982	490031	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, julgamos improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
33990	490031	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
34012	490031	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
34024	490031	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
34035	490031	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não se sabe para qual prova e questão o candidato deseja recurso.	Indeferido
32704	498690	JÉSSICA LAÍS MACHADO SILVA BAPTISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido

32312	476631	JOELMA FERREIRA DE ALMEIDA ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
32333	476631	JOELMA FERREIRA DE ALMEIDA ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31786	502370	NUBIA TELES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31781	481337	PRISCILA BASTOS DE MENEZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31832	481337	PRISCILA BASTOS DE MENEZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31841	481337	PRISCILA BASTOS DE MENEZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31490	477277	RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31499	477277	RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33565	493321	RAISSA FERREIRA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
32341	479573	RAPHAEL LUIS MAIA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. A questão está clara.	Indeferido
32119	521644	RAPHAELA MARQUES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
32130	521644	RAPHAELA MARQUES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31688	505267	RONALDO GUEDES DE BRITO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33642	482905	SHEILA DA MOTA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33103	501182	STEFANIE RODRIGUES ALBUQUERQUE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido

33617	481079	STHÉPHANIE LETÍCIA DE BRITO OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33946	481079	STHÉPHANIE LETÍCIA DE BRITO OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31808	486912	VITÓRIA CORREA LAURIANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33735	479660	VIVIANA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido

Edital - Concurso Público 001/2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO					
Resultado dos Recursos Contra o Gabarito Preliminar e Questões da Prova Objetiva do Cargo de Professor II (Educação Infantil ao 5º Ano)					
Código do recurso	Nº INSC	CANDIDATO	Vaga	Resposta do recurso	Status do recurso
32285	522854	CLARICE DA COSTA LEONARDELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33658	482168	EMILIA DE LIMA VIRGINIO	PROFESSOR I ARTE	Improcedente.	Indeferido
31528	510595	ERICSON CELESTINO XAVIER	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31716	515508	LUSICLEIDE BORGES DOS SANTOS GUIMARAES	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31726	515508	LUSICLEIDE BORGES DOS SANTOS GUIMARAES	PROFESSOR I ARTE	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31729	515508	LUSICLEIDE BORGES DOS SANTOS GUIMARAES	PROFESSOR I ARTE	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32804	513777	ROSILENE DA CUNHA SOUZA	PROFESSOR I CIÊNCIAS	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31459	479427	ANGELLO DA SILVA RICARDO	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
32656	502856	DIEGO ROCHA DE SOUZA	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Improcedente. leve em conta o contexto.	Indeferido
31862	508381	LEONARDO MARCELINO CAVALCANTE	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33544	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33633	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33649	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33663	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33668	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33672	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
33676	507491	MARIANNA ROCHA AVELLAR ESTEVES	PROFESSOR I EDUCAÇÃO FÍSICA	Não foi possível identificar qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
34038	503090	ANDRÉ LUIZ MARQUES DA SILVA	PROFESSOR I HISTÓRIA	Não foi possível identificar qual prova corresponde o recurso.	Indeferido

34020	504128	CRISTIANE MARCELLINO MOREIRA	PROFESSOR I HISTÓRIA	O recurso deve ser indeferido, pois a relação entre a frase atribuída a Quintus Curtius Rufus e o contexto da escravidão no mundo antigo remete diretamente à Revolta de Espártaco, maior levante de escravos contra Roma (73–71 a.C.). A advertência citada — “não existe amizade entre senhor e escravo” — revela um medo recorrente na literatura greco-romana, em que a vigilância e a desconfiança eram elementos centrais da convivência entre proprietários e escravizados. Espártaco, embora não tenha tido um projeto social de libertação ampla, liderou um movimento que expôs de forma contundente essa tensão estrutural da sociedade romana. As demais alternativas não apresentam relação direta com a temática: a Guerra do Peloponeso é um conflito grego e não romano; as Guerras Púnicas se referem à disputa entre Roma e Cartago; e a Revolta dos Batavos, ainda que ligada à insatisfação contra Roma, não tinha como núcleo a questão da escravidão.	Indeferido
31405	481695	YAN JOBIM TOMAZONI	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31417	481695	YAN JOBIM TOMAZONI	PROFESSOR I HISTÓRIA	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31581	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31591	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31592	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31598	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	No contexto, significa que as Línguas formam "um todo único" e não que cada uma é uma unidade independente. Portanto, o gabarito oficial está correto. Apenas complementando, "só", na questão, é um adjetivo. A ideia é que cada língua constitui, por si mesma, uma unidade isolada, e não que é apenas uma unidade.	Indeferido
31600	483190	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	A alternativa dada como correta interpreta (corretamente) a argumentação do texto. A saber: "A língua é uma parte bem definida (...) e um conjunto de convenções necessárias (...) " Ela é a norma para todas as demais manifestações da linguagem". Sendo assim, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
33490	480358	LUCIANA BARBOZA SANTOS	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	Recurso Indeferido. Não foi possível identificar a qual prova ou questão se refere o recurso, inviabilizando sua análise.	Indeferido
31360	489746	RENAN CARDIM DA SILVA CONCEIÇÃO RODRIGUES	PROFESSOR I LÍNGUA PORTUGUESA	O gabarito oficial da questão é autoexplicativo; portanto, correto.	Indeferido
33454	481339	ADRIANA DA CRUZ ROSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. A questão está clara e bem formulada.	Indeferido

33462	481339	ADRIANA DA CRUZ ROSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
33467	481339	ADRIANA DA CRUZ ROSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI: https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33475	481339	ADRIANA DA CRUZ ROSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Indefere-se, pois o gabarito está correto. A didática aplica na prática os princípios e teorias educacionais desenvolvidos pela pedagogia, atuando a seu serviço.	Indeferido
33480	481339	ADRIANA DA CRUZ ROSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33487	481339	ADRIANA DA CRUZ ROSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso é indeferido, pois a questão avalia corretamente a etapa de problematização nos projetos pedagógicos investigativos, momento em que os alunos expressam conhecimentos prévios, levantam hipóteses e definem questões norteadoras para a investigação. As demais alternativas não se referem a esse processo inicial, estando, portanto, incorretas.	Indeferido
31913	500004	ADRIANA DA SILVA SANTANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31918	500004	ADRIANA DA SILVA SANTANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32072	489176	ADRIANA FELIX DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32086	489176	ADRIANA FELIX DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32107	489176	ADRIANA FELIX DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33285	489176	ADRIANA FELIX DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33303	489176	ADRIANA FELIX DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33307	489176	ADRIANA FELIX DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33796	502123	ADRIELLE MAIA FEITOZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33819	502123	ADRIELLE MAIA FEITOZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33835	502123	ADRIELLE MAIA FEITOZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33871	502123	ADRIELLE MAIA FEITOZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Conforme a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo: •☐ está correta (Art. 33 – legislatura de 4 anos, 1 sessão legislativa por ano); •☐ está incorreta, pois as sessões são públicas, salvo deliberação em contrário (Art. 39); •☐ está incorreta, pois a Câmara é composta por 25 vereadores, e não 35 (Art. 34); •☐ está correta, pois a convocação extraordinária pode ocorrer pelo Prefeito ou Presidente da Câmara (Art. 35 §3º).	Indeferido
32915	505579	ALAN RIBEIRO PAIVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32919	505579	ALAN RIBEIRO PAIVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32923	505579	ALAN RIBEIRO PAIVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32856	500955	ALANA BATISTA PAIVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32860	500955	ALANA BATISTA PAIVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32868	500955	ALANA BATISTA PAIVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32753	498289	ALANA DOS SANTOS MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32757	498289	ALANA DOS SANTOS MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33351	477115	ALESSANDRA DE CÁSSIA DA COSTA SENNA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33362	477115	ALESSANDRA DE CÁSSIA DA COSTA SENNA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33374	477115	ALESSANDRA DE CÁSSIA DA COSTA SENNA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32436	506076	ALESSANDRA DE JESUS DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32456	506076	ALESSANDRA DE JESUS DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32483	506076	ALESSANDRA DE JESUS DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32292	481741	ALESSANDRA DE PAULA LOURENÇO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31940	519704	ALEXANDRA NUNES SANTOS FERRARI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

31399	476625	ALEXANDRA RODRIGUES MAGALHÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32572	476625	ALEXANDRA RODRIGUES MAGALHÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32594	476625	ALEXANDRA RODRIGUES MAGALHÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

32606	476625	ALEXANDRA RODRIGUES MAGALHÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33222	493453	ALEXSANDRA ALEXANDRINO SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32509	509196	ALEXSANDRA DO NASCIMENTO MARTINS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33975	501697	ALIA MUHAMMAD DE LIMA EL BISHARAT	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
34003	501697	ALIA MUHAMMAD DE LIMA EL BISHARAT	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
34028	501697	ALIA MUHAMMAD DE LIMA EL BISHARAT	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33688	504570	ALINE BASÍLIO MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

33751	504570	ALINE BASÍLIO MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33853	504570	ALINE BASÍLIO MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33894	504570	ALINE BASÍLIO MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32373	513256	ALINE DE OLIVEIRA ROCHA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32006	505651	ALINE DUARTE CLAUDIO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33697	517782	ALINE FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32216	482621	ALINE LIMA MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33448	482621	ALINE LIMA MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
33457	482621	ALINE LIMA MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
32562	492069	ALINE NASCIMENTO DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso deve ser indeferido, pois a questão está correta ao identificar que, segundo os princípios freirianos, a educação deve ser dialógica e problematizadora, com professor e aluno atuando como sujeitos no processo de construção do conhecimento; por isso, a situação em que o professor centraliza o saber, sem permitir a participação dos estudantes, realmente não condiz com a proposta freiriana, não havendo erro na formulação da questão nem na alternativa indicada como correta.	Indeferido

34013	487221	ALINE PAULA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33264	522736	ALINE SANTIAGO MORAES MARCELLINO COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33277	522736	ALINE SANTIAGO MORAES MARCELLINO COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33289	522736	ALINE SANTIAGO MORAES MARCELLINO COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31870	501191	ALISANDRA CELESTE LUIZ DA SILVA VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31573	515069	ALISON GABRIEL FERREIRA DE FREITAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31577	515069	ALISON GABRIEL FERREIRA DE FREITAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
31608	515069	ALISON GABRIEL FERREIRA DE FREITAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31614	515069	ALISON GABRIEL FERREIRA DE FREITAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31625	515069	ALISON GABRIEL FERREIRA DE FREITAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31674	515069	ALISON GABRIEL FERREIRA DE FREITAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33429	521120	AMANDA CRISTINA MORAES DE PAULA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33449	493392	AMANDA EVELYN DE AQUINO SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33361	497103	AMANDA HELENA PEREIRA DE OLIVEIRA DE SANTANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32120	483674	AMANDA SIQUEIRA BRANCHI FORTE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32122	483674	AMANDA SIQUEIRA BRANCHI FORTE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32124	483674	AMANDA SIQUEIRA BRANCHI FORTE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32127	483674	AMANDA SIQUEIRA BRANCHI FORTE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31492	507214	AMANDA TAVARES DE FARIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O problema está na palavra "primariamente".	Indeferido
33587	485517	ANA CAROLINA DE SOUSA RODRIGUES PORTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
31416	495105	ANA CAROLINA GUILHERME DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31478	495105	ANA CAROLINA GUILHERME DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Conforme a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo: •I está correta (Art. 33 – legislatura de 4 anos, 1 sessão legislativa por ano); •II está incorreta, pois as sessões são públicas, salvo deliberação em contrário (Art. 39); •III está incorreta, pois a Câmara é composta por 25 vereadores, e não 35 (Art. 34); •IV está correta, pois a convocação extraordinária pode ocorrer pelo Prefeito ou Presidente da Câmara (Art. 35 §3º).	Indeferido
31489	495105	ANA CAROLINA GUILHERME DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33422	495105	ANA CAROLINA GUILHERME DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33528	477562	ANA CAROLINA PIRES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33555	477562	ANA CAROLINA PIRES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33560	477562	ANA CAROLINA PIRES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32746	497192	ANA CAROLINA SANTANA FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32951	497192	ANA CAROLINA SANTANA FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32960	497192	ANA CAROLINA SANTANA FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33044	497192	ANA CAROLINA SANTANA FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33228	509838	ANA CAROLINA SANTANA SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33233	509838	ANA CAROLINA SANTANA SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33237	509838	ANA CAROLINA SANTANA SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32759	495087	ANA CAROLINE DOS ANJOS COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32764	495087	ANA CAROLINE DOS ANJOS COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32282	487812	ANA CLARA GOMES TAVARES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32979	493463	ANA CLÁUDIA BEMFICA MARENDZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33132	513089	ANA CLÁUDIA SOUZA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33173	513089	ANA CLÁUDIA SOUZA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33385	513089	ANA CLÁUDIA SOUZA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI: https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

33899	513089	ANA CLAÚDIA SOUZA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32482	480007	ANA LUCIA DE SOUZA XAVIER TERRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32502	480007	ANA LUCIA DE SOUZA XAVIER TERRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

31474	492389	ANA LUCIA LEITE DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33483	492389	ANA LUCIA LEITE DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33566	492389	ANA LUCIA LEITE DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31645	493327	ANA LUIZA DE SOUZA PIMENTEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31651	493327	ANA LUIZA DE SOUZA PIMENTEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31657	493327	ANA LUIZA DE SOUZA PIMENTEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31664	493327	ANA LUIZA DE SOUZA PIMENTEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31855	481507	ANA MARIA LACERDA LAMBOGLIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32296	501365	ANA PAULA GONÇALVES ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32499	501365	ANA PAULA GONÇALVES ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32362	501365	ANA PAULA GONÇALVES ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32444	501365	ANA PAULA GONÇALVES ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33816	499029	ANA PAULA MARCIANO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33823	499029	ANA PAULA MARCIANO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33271	483955	ANA PAULA MASSENA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32026	479375	ANASTÁCIA LIMA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Alternativa correta: A readaptação depende de inspeção médica que comprove limitação física ou mental do servidor. Art. 23 Incorreta: A readaptação não permite mudança de cargo para outro com atribuições ou escolaridade diferentes. Art. 24 Incorreta: A atividade readaptada deve ser da mesma natureza da anterior, não distinta. Art. 23, §2º Incorreta: A readaptação independe de existência de vaga, sendo dever da Administração providenciá-la. Art. 24	Indeferido
32033	479375	ANASTÁCIA LIMA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32061	479375	ANASTÁCIA LIMA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32763	479375	ANASTÁCIA LIMA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32657	477712	ANDRÉ LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32659	477712	ANDRÉ LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
32662	477712	ANDRÉ LUIZ MATHIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido

32784	493313	ANDREA ALVES BASTOS MENEGATTE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32785	493313	ANDREA ALVES BASTOS MENEGATTE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32790	493313	ANDREA ALVES BASTOS MENEGATTE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32791	493313	ANDREA ALVES BASTOS MENEGATTE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	A questão apresentada possui fundamentação teórica baseada em princípios amplamente discutidos na literatura educacional, especialmente nas obras que tratam da relação entre pedagogia e didática.	Indeferido
33291	515256	ANDRÉA LIMA DE QUEIROZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

33321	515256	ANDRÉA LIMA DE QUEIROZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
32014	477899	ANDREIA DA SILVA AGUIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31990	477899	ANDREIA DA SILVA AGUIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33551	516406	ANDRESSA D' KASSIA SILVA SANT'ANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33624	516406	ANDRESSA D' KASSIA SILVA SANT'ANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33442	499458	ANDRESSA LEVINO SIQUEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33511	499458	ANDRESSA LEVINO SIQUEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31435	494092	ANDRESSA REZENDE LYRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31439	494092	ANDRESSA REZENDE LYRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
32083	481874	ANDREZA MATTOS BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
34000	507036	ANDREZA MURILLO MACENA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

32531	504454	ANGELICA NAZARENO RAMOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32582	504454	ANGELICA NAZARENO RAMOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32221	492899	ANGIE DUARTE FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31351	520605	ANIELLE CAVALCANTI MEDEIROS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
31352	520605	ANIELLE CAVALCANTI MEDEIROS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31698	520605	ANIELLE CAVALCANTI MEDEIROS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31714	520605	ANIELLE CAVALCANTI MEDEIROS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

33392	496309	ANNA CLARA BARRETO VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33412	496309	ANNA CLARA BARRETO VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33418	496309	ANNA CLARA BARRETO VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

31605	497168	ANNA PAULA RIBEIRO JUSTINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31634	497168	ANNA PAULA RIBEIRO JUSTINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32087	497168	ANNA PAULA RIBEIRO JUSTINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33892	502720	ARIANE EVELLYN PEREIRA MANOEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33911	502720	ARIANE EVELLYN PEREIRA MANOEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33930	502720	ARIANE EVELLYN PEREIRA MANOEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33944	502720	ARIANE EVELLYN PEREIRA MANOEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
33959	502720	ARIANE EVELLYN PEREIRA MANOEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede, pois o conceito de commodities é amplamente consolidado na literatura econômica e nas fontes oficiais, definindo-as como mercadorias do setor primário, geralmente in natura ou com baixo grau de industrialização, cujos preços são determinados pelas bolsas de valores internacionais de acordo com a lei da oferta e da demanda. Portanto, a alternativa considerada correta permanece adequada, não havendo erro conceitual que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.	Indeferido
32340	493586	AYME RIGUETE AIRES BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. É um Objeto direto, que é um complemento verbal.	Indeferido
32344	493586	AYME RIGUETE AIRES BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32348	493586	AYME RIGUETE AIRES BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

31400	495760	BARBARA CHRISTINA BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
32891	495760	BARBARA CHRISTINA BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32782	508624	BEATRIZ DA MATA SILVA GONÇALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32052	508624	BEATRIZ DA MATA SILVA GONÇALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32170	508624	BEATRIZ DA MATA SILVA GONÇALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Conforme a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo: • ☐ está correta (Art. 33 – legislação de 4 anos, 1 sessão legislativa por ano); • ☒ está incorreta, pois as sessões são públicas, salvo deliberação em contrário (Art. 39); • ☒ está incorreta, pois a Câmara é composta por 25 vereadores, e não 35 (Art. 34); • ☒ está correta, pois a convocação extraordinária pode ocorrer pelo Prefeito ou Presidente da Câmara (Art. 35 §3º).	Indeferido
32769	508624	BEATRIZ DA MATA SILVA GONÇALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32772	508624	BEATRIZ DA MATA SILVA GONÇALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31481	477700	BEATRIZ GOUVEA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33193	507382	BEATRIZ LINO SANTOS BRAZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33339	507382	BEATRIZ LINO SANTOS BRAZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32116	485899	BEATRIZ MULLER BIZZI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32177	485899	BEATRIZ MULLER BIZZI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
32621	506054	BEATRIZ NOVAIS FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

32648	506054	BEATRIZ NOVAIS FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32655	506054	BEATRIZ NOVAIS FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

32673	506054	BEATRIZ NOVAIS FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33742	498991	BEATRIZ RAIBOLT RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33266	498991	BEATRIZ RAIBOLT RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33667	498991	BEATRIZ RAIBOLT RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33708	498991	BEATRIZ RAIBOLT RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33731	498991	BEATRIZ RAIBOLT RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
34047	516729	BIANCA DE AQUINO DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32112	496726	BIANCA DE SOUZA FERNANDES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32132	496726	BIANCA DE SOUZA FERNANDES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32155	496726	BIANCA DE SOUZA FERNANDES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32225	496726	BIANCA DE SOUZA FERNANDES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32934	496726	BIANCA DE SOUZA FERNANDES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33710	515989	BRENDA CRISTINA DE OLIVEIRA SANT' ANNA STUTZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33717	515989	BRENDA CRISTINA DE OLIVEIRA SANT' ANNA STUTZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33789	515989	BRENDA CRISTINA DE OLIVEIRA SANT' ANNA STUTZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33887	515989	BRENDA CRISTINA DE OLIVEIRA SANT' ANNA STUTZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32768	483361	BRUNA DA SILVA RODRIGUES DE FARIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32843	511802	BRUNA DANIEL ARAUJO SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32851	511802	BRUNA DANIEL ARAUJO SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32866	511802	BRUNA DANIEL ARAUJO SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31772	482001	BRUNA GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
31778	482001	BRUNA GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31784	482001	BRUNA GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31788	482001	BRUNA GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31791	482001	BRUNA GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31859	482001	BRUNA GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
33778	482001	BRUNA GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33862	504438	BRUNA JESUS DA SILVA BRAGA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31387	477034	BRUNA LUISA NOGUEIRA FERNANDES DE MORAIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

31404	477034	BRUNA LUISA NOGUEIRA FERNANDES DE MORAIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31412	477034	BRUNA LUISA NOGUEIRA FERNANDES DE MORAIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31462	477034	BRUNA LUISA NOGUEIRA FERNANDES DE MORAIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

31574	477034	BRUNA LUISA NOGUEIRA FERNANDES DE MORAIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32037	477034	BRUNA LUISA NOGUEIRA FERNANDES DE MORAIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32391	513075	BRUNA SOARES ALVES FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32403	513075	BRUNA SOARES ALVES FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32407	513075	BRUNA SOARES ALVES FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32416	513075	BRUNA SOARES ALVES FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33313	513075	BRUNA SOARES ALVES FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32454	488453	CAMILA CEZARIO GARCIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33381	519993	CAMILA ESTEVÃO DE MELLO MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33389	519993	CAMILA ESTEVÃO DE MELLO MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33439	519993	CAMILA ESTEVÃO DE MELLO MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33465	519993	CAMILA ESTEVÃO DE MELLO MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31359	504593	CAMILA MOTA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33382	491593	CAMILA TAVARES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Alternativa correta: A readaptação depende de inspeção médica que comprove limitação física ou mental do servidor. Art. 23 Incorreta: A readaptação não permite mudança de cargo para outro com atribuições ou escolaridade diferentes. Art. 24 Incorreta: A atividade readaptada deve ser da mesma natureza da anterior, não distinta. Art. 23, §2º Incorreta: A readaptação independe de existência de vaga, sendo dever da Administração providenciá-la. Art. 24	Indeferido

33387	491593	CAMILA TAVARES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33421	500262	CARINA BORGES DO CARMO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33503	500262	CARINA BORGES DO CARMO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33535	500262	CARINA BORGES DO CARMO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33547	500262	CARINA BORGES DO CARMO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32345	492278	CARLA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	A fundamentação do(a) candidata não se refere à questão 17.	Indeferido
32438	492278	CARLA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

32493	492278	CARLA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32525	492278	CARLA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33473	519314	CARLA DA SILVA SODRE DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33514	519314	CARLA DA SILVA SODRE DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32195	515538	CARLA VALÉRIA DOS SANTOS MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32158	515538	CARLA VALÉRIA DOS SANTOS MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32178	515538	CARLA VALÉRIA DOS SANTOS MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32183	515538	CARLA VALÉRIA DOS SANTOS MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32471	500064	CARLOS ROBERTO GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32479	500064	CARLOS ROBERTO GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32486	500064	CARLOS ROBERTO GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32540	500064	CARLOS ROBERTO GOMES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

31391	483312	CATIA FERNANDA DA CRUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31401	483312	CATIA FERNANDA DA CRUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32232	483312	CATIA FERNANDA DA CRUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

34043	523429	CATIA SILVA CAMPOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32964	500078	CELIA REGINA SANTIAGO DE ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33191	500887	CHARLES VIEIRA PRAVADELLI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33205	500887	CHARLES VIEIRA PRAVADELLI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33898	490157	CHRISLANY MARIA DA SILVA SANTOS CAMPOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33902	490157	CHRISLANY MARIA DA SILVA SANTOS CAMPOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33907	490157	CHRISLANY MARIA DA SILVA SANTOS CAMPOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33912	490157	CHRISLANY MARIA DA SILVA SANTOS CAMPOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33559	503084	CHRISTIANE DA SILVA RAFAEL DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

33578	503084	CHRISTIANE DA SILVA RAFAEL DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31996	493897	CHRISTIANE LEMOS OLIVEIRA DE ARAUJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32004	493897	CHRISTIANE LEMOS OLIVEIRA DE ARAUJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
32028	493897	CHRISTIANE LEMOS OLIVEIRA DE ARAUJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. "Acesso" é, no contexto, um substantivo.	Indeferido
32068	493897	CHRISTIANE LEMOS OLIVEIRA DE ARAUJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32597	493897	CHRISTIANE LEMOS OLIVEIRA DE ARAUJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33897	500692	CINARA MACHADO CEZAR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33955	500692	CINARA MACHADO CEZAR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33312	518221	CINTIA ENEAS VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33325	518221	CINTIA ENEAS VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
33332	518221	CINTIA ENEAS VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33337	518221	CINTIA ENEAS VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33354	518221	CINTIA ENEAS VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI: https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

33368	518221	CINTIA ENEAS VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32638	478273	CINTIA OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32786	478273	CINTIA OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32787	478273	CINTIA OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33352	478273	CINTIA OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32601	496739	CISLENE APARECIDA GUIMARÃES FELIZARDO LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32641	496739	CISLENE APARECIDA GUIMARÃES FELIZARDO LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32100	489717	CLAUDETE DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32106	489717	CLAUDETE DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32108	489717	CLAUDETE DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32110	489717	CLAUDETE DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32354	489717	CLAUDETE DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
32404	510841	CLAUDIA CORGOZINHO DA CONCEICAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33540	510841	CLAUDIA CORGOZINHO DA CONCEICAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

33625	510841	CLAUDIA CORGOZINHO DA CONCEICAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33777	510841	CLAUDIA CORGOZINHO DA CONCEICAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33878	510841	CLAUDIA CORGOZINHO DA CONCEICAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33954	510841	CLAUDIA CORGOZINHO DA CONCEICAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33479	481582	CLÁUDIA FAUSTO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33630	481582	CLÁUDIA FAUSTO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33674	481582	CLÁUDIA FAUSTO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33754	481582	CLÁUDIA FAUSTO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33808	481582	CLÁUDIA FAUSTO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido

33831	481582	CLÁUDIA FAUSTO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
33837	481582	CLÁUDIA FAUSTO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33867	481582	CLÁUDIA FAUSTO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
34046	499148	CLEBERSON REIS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede, pois, nos princípios freirianos, a alfabetização vai além da mera codificação e decodificação, envolvendo a leitura crítica do mundo e o diálogo desde as etapas iniciais, sem exigir domínio pleno da escrita; portanto, a situação III permanece alinhada à proposta freiriana e a alternativa correta não se altera.	Indeferido

33394	481415	CLEIDE DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33471	481415	CLEIDE DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32705	496409	CLEONICE DA COSTA ALMEIDA BORDÃO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32711	496409	CLEONICE DA COSTA ALMEIDA BORDÃO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32717	496409	CLEONICE DA COSTA ALMEIDA BORDÃO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31886	481110	CLEYSSIANE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31891	481110	CLEYSSIANE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

31903	481110	CLEYSSIANE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31910	481110	CLEYSSIANE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
31914	481110	CLEYSSIANE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31954	481110	CLEYSSIANE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31963	481110	CLEYSSIANE OLIVEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31337	500295	CRIS DAYANE MARTILIANO SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Conforme a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo: • <u>Está</u> correta (Art. 33 – legislatura de 4 anos, 1 sessão legislativa por ano); • <u>l</u> está incorreta, pois as sessões são públicas, salvo deliberação em contrário (Art. 39); • <u>l</u> está incorreta, pois a Câmara é composta por 25 vereadores, e não 35 (Art. 34); • <u>l</u> está correta, pois a convocação extraordinária pode ocorrer pelo Prefeito ou Presidente da Câmara (Art. 35 §3º).	Indeferido

31341	500295	CRIS DAYANE MARTILIANO SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31344	500295	CRIS DAYANE MARTILIANO SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32940	477565	CRISLAINE ALVES FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32947	477565	CRISLAINE ALVES FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32954	477565	CRISLAINE ALVES FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

33692	513918	CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA MARTINS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33714	513918	CRISTIANE DA SILVA OLIVEIRA MARTINS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32861	482637	CRISTIANO ESCOBAR RAMOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32873	482637	CRISTIANO ESCOBAR RAMOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32876	482637	CRISTIANO ESCOBAR RAMOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33983	478261	CRISTINA ALVES DE MORAIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33995	478261	CRISTINA ALVES DE MORAIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
34017	478261	CRISTINA ALVES DE MORAIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33397	481448	CRISTINI SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

33402	481448	CRISTINI SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33405	481448	CRISTINI SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33407	481448	CRISTINI SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33414	481448	CRISTINI SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

31962	518750	DAIANA BRANDAO CARIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
31941	510067	DAIANA FURTADO DE OLIVEIRA BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31424	519914	DAIANA PESSANHA DOS SANTOS LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31700	477936	DAISY TENÓRIO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31722	477936	DAISY TENÓRIO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
31724	477936	DAISY TENÓRIO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31854	514883	DAMARES CRISTINA BATISTA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
33870	501668	DANIELA DE SOUZA BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

31472	498878	DANIELA FERREIRA MORAES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31515	498878	DANIELA FERREIRA MORAES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32507	514684	DANIELA MENEZES MAIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32484	514684	DANIELA MENEZES MAIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32534	514684	DANIELA MENEZES MAIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33648	503181	DANIELA PESSOA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33700	503181	DANIELA PESSOA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33187	500771	DANIELE RIBEIRO DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
32913	501543	DANIELE ROCHA DE ARAUJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32930	501543	DANIELE ROCHA DE ARAUJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31926	476751	DANIELE SANTOS INNOCENCIO DA VITORIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. "Acesso" é, no contexto, um substantivo.	Indeferido
31934	476751	DANIELE SANTOS INNOCENCIO DA VITORIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33561	509273	DANIELLE ELIZE FERRUGEM VICTOR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33598	509273	DANIELLE ELIZE FERRUGEM VICTOR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33666	509273	DANIELLE ELIZE FERRUGEM VICTOR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33612	509273	DANIELLE ELIZE FERRUGEM VICTOR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32426	517069	DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

32496	517069	DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32520	517069	DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32533	517069	DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32547	517069	DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33384	491770	DANIELLI ANTUNES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33315	482917	DANYELLA KELLEM BASÍLIO FREIRES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33323	482917	DANYELLA KELLEM BASÍLIO FREIRES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33331	482917	DANYELLA KELLEM BASÍLIO FREIRES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33306	517668	DARCELI DOS SANTOS DE PAULA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

31948	490068	DÉBORA ANANIAS DE ARAÚJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
31937	490068	DÉBORA ANANIAS DE ARAÚJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31541	503341	DÉBORA CRISTINA MESQUITA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

31550	503341	DÉBORA CRISTINA MESQUITA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32519	507410	DEBORA GOUDARD PORTUGAL DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32524	507410	DEBORA GOUDARD PORTUGAL DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32532	507410	DEBORA GOUDARD PORTUGAL DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede, pois o conceito de commodities é amplamente consolidado na literatura econômica e nas fontes oficiais, definindo-as como mercadorias do setor primário, geralmente in natura ou com baixo grau de industrialização, cujos preços são determinados pelas bolsas de valores internacionais de acordo com a lei da oferta e da demanda. Portanto, a alternativa considerada correta permanece adequada, não havendo erro conceitual que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.	Indeferido
32567	507410	DEBORA GOUDARD PORTUGAL DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32574	507410	DEBORA GOUDARD PORTUGAL DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32111	481310	DÉBORA JESSICA DOS SANTOS SILVA NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32115	481310	DÉBORA JESSICA DOS SANTOS SILVA NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32123	481310	DÉBORA JESSICA DOS SANTOS SILVA NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32129	481310	DÉBORA JESSICA DOS SANTOS SILVA NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	A fundamentação do(a) candidata não se refere à questão 17.	Indeferido
32136	481310	DÉBORA JESSICA DOS SANTOS SILVA NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33177	477620	DEBORA LEMOS OLIVEIRA DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

33183	477620	DEBORA LEMOS OLIVEIRA DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
33152	504258	DÉBORAH COSTA DA SILVA DUTRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33538	497670	DEGINANE DA SILVA CANTO FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33541	497670	DEGINANE DA SILVA CANTO FERNANDES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31679	501746	DEISE SILVA PONCIANO DOS SANTOS BASTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31712	501746	DEISE SILVA PONCIANO DOS SANTOS BASTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32651	501746	DEISE SILVA PONCIANO DOS SANTOS BASTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. O gabarito está correto. Revise a questão.	Indeferido

32716	516145	DEIVISON DA SILVA GOMES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32720	516145	DEIVISON DA SILVA GOMES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32723	516145	DEIVISON DA SILVA GOMES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32349	507219	DHIANE DOS SANTOS FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32374	507219	DHIANE DOS SANTOS FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32118	501699	DIANA DOS SANTOS KELLES VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
34002	516161	DIEGO FIDELIS BRAGA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

34006	516161	DIEGO FIDELIS BRAGA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
34010	516161	DIEGO FIDELIS BRAGA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

34011	516161	DIEGO FIDELIS BRAGA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31372	476512	DRIELI DIAS PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33504	476512	DRIELI DIAS PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33577	488303	EDINEA DIANNE SANTOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33609	488303	EDINEA DIANNE SANTOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33627	488303	EDINEA DIANNE SANTOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33656	488303	EDINEA DIANNE SANTOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33678	488303	EDINEA DIANNE SANTOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33966	520662	EDUARDA FERREIRA NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
33515	510636	EDUARDA MYLENA SANTANA VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

33521	510636	EDUARDA MYLENA SANTANA VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33546	510636	EDUARDA MYLENA SANTANA VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33685	510636	EDUARDA MYLENA SANTANA VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33817	510636	EDUARDA MYLENA SANTANA VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33904	510636	EDUARDA MYLENA SANTANA VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

31542	495214	ELAINE DA SILVA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31798	503918	ELAINE PAULA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32513	503918	ELAINE PAULA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32347	497451	ELAINE REIS DA SILVA RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31464	478514	ELCY MILLENE DE SOUZA BENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

31465	478514	ELCY MILLENE DE SOUZA BENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31468	478514	ELCY MILLENE DE SOUZA BENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
33545	484136	ELEN LACERDA DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33615	484136	ELEN LACERDA DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33669	484136	ELEN LACERDA DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33703	484136	ELEN LACERDA DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33765	484136	ELEN LACERDA DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33832	484136	ELEN LACERDA DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31576	493544	ELIANA NASCIMENTO DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31593	493544	ELIANA NASCIMENTO DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31639	493544	ELIANA NASCIMENTO DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33184	493544	ELIANA NASCIMENTO DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundação, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33428	515467	ELIANE DA COSTA LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33438	515467	ELIANE DA COSTA LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33409	501490	ELIENE DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33435	501490	ELIENE DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

33640	491553	ELIENE MUNIZ DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33694	491553	ELIENE MUNIZ DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31618	483189	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede, pois o conceito de commodities é amplamente consolidado na literatura econômica e nas fontes oficiais, definindo-as como mercadorias do setor primário, geralmente in natura ou com baixo grau de industrialização, cujos preços são determinados pelas bolsas de valores internacionais de acordo com a lei da oferta e da demanda. Portanto, a alternativa considerada correta permanece adequada, não havendo erro conceitual que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.	Indeferido
31620	483189	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Após análise, conclui-se que o recurso não procede. A alternativa considerada correta permanece adequada, uma vez que a questão avalia o conceito fundamental de que os seres autotróficos, como as plantas, realizam fotossíntese, convertendo energia luminosa em energia química, ao passo que os heterotróficos dependem dessa energia já transformada para sua sobrevivência. A redação da questão não apresenta erro conceitual, pois a literatura científica e os materiais didáticos de referência confirmam que a fotossíntese é característica dos organismos produtores. Assim, o gabarito preliminar permanece inalterado e não há justificativa para a anulação da questão.	Indeferido

31623	483189	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
31624	483189	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31927	483189	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. Verifique melhor a questão.	Indeferido
33036	483189	ELISA MARIA NUNES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

32144	489067	ELISA SILVA DE MELO COTTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32194	485371	ELIZABETH DE MELLO SERAPHIM COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32283	485371	ELIZABETH DE MELLO SERAPHIM COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32301	485371	ELIZABETH DE MELLO SERAPHIM COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

32241	485371	ELIZABETH DE MELLO SERAPHIM COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33319	485371	ELIZABETH DE MELLO SERAPHIM COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32035	501287	ÉRICA NASCIMENTO DE MARINS RAPOZO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32319	515662	ERIKA DE SOUZA SALES DE AMORIM	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32332	515662	ERIKA DE SOUZA SALES DE AMORIM	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32337	515662	ERIKA DE SOUZA SALES DE AMORIM	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32355	515662	ERIKA DE SOUZA SALES DE AMORIM	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31363	489358	EVELYN CRISTINA SILVEIRA GOMES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33098	520940	EVELYN DE SOUZA BERNARDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33107	520940	EVELYN DE SOUZA BERNARDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
33113	520940	EVELYN DE SOUZA BERNARDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33067	511169	EVELYN SAMARA CABRAL GUIMARÃES DE BRITO NOGUEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundação, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33072	511169	EVELYN SAMARA CABRAL GUIMARÃES DE BRITO NOGUEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33077	511169	EVELYN SAMARA CABRAL GUIMARÃES DE BRITO NOGUEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33080	511169	EVELYN SAMARA CABRAL GUIMARÃES DE BRITO NOGUEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32684	484343	FABIANA DA SILVA BORGES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32686	484343	FABIANA DA SILVA BORGES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32688	484343	FABIANA DA SILVA BORGES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31373	512413	FABIANA DOS SANTOS MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31822	476840	FABIANA DOS SANTOS SANTANA RUIZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31837	476840	FABIANA DOS SANTOS SANTANA RUIZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32928	476840	FABIANA DOS SANTOS SANTANA RUIZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32980	476840	FABIANA DOS SANTOS SANTANA RUIZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33006	476840	FABIANA DOS SANTOS SANTANA RUIZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33243	488712	FABIANA PEREIRA LACERDA VALENTIM DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33269	488712	FABIANA PEREIRA LACERDA VALENTIM DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33452	488712	FABIANA PEREIRA LACERDA VALENTIM DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31415	491009	FABIANA RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33536	501971	FABIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31897	487816	FABÍOLA DE FARIA BAPTISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Se você não argumentar, não há como analisar. O gabarito oficial de todas as questões está correto.	Indeferido

32888	523997	FABRICIA DA SILVA TARDIM	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33425	523997	FABRICIA DA SILVA TARDIM	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33939	523997	FABRICIA DA SILVA TARDIM	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32109	504394	FABRÍCIO DA SILVA MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, julgamos improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
32125	504394	FABRÍCIO DA SILVA MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32150	504394	FABRÍCIO DA SILVA MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32165	504394	FABRÍCIO DA SILVA MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33865	506606	FERNANDA DE FREITAS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33900	506606	FERNANDA DE FREITAS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33919	506606	FERNANDA DE FREITAS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32543	480139	FERNANDA ORIND FERREIRA DE CASTRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33192	495459	FERNANDO ATHAIDE DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33199	495459	FERNANDO ATHAIDE DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI: https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

33602	498679	FERNANDO DA GRAÇA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33643	498679	FERNANDO DA GRAÇA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33661	498679	FERNANDO DA GRAÇA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32566	495631	FLAVIA AMANDA APOLINARIO YATTI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32584	495631	FLAVIA AMANDA APOLINARIO YATTI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32627	495631	FLAVIA AMANDA APOLINARIO YATTI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33371	493807	FLÁVIA GONÇALVES DE CARVALHO CARDOSO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33639	493807	FLÁVIA GONÇALVES DE CARVALHO CARDOSO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33885	493807	FLÁVIA GONÇALVES DE CARVALHO CARDOSO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33986	493807	FLÁVIA GONÇALVES DE CARVALHO CARDOSO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33520	498641	FLÁVIA GONÇALVES DE MEDEIROS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

33533	498641	FLÁVIA GONÇALVES DE MEDEIROS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33567	498641	FLÁVIA GONÇALVES DE MEDEIROS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33596	498641	FLÁVIA GONÇALVES DE MEDEIROS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31787	515980	FLÁVIA MARIA ALVES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

31809	515980	FLÁVIA MARIA ALVES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31939	515980	FLÁVIA MARIA ALVES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
32933	515980	FLÁVIA MARIA ALVES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
31741	512480	FLAVIA NABUCO DOS SANTOS TEIXEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

31796	512480	FLAVIA NABUCO DOS SANTOS TEIXEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
31827	512480	FLAVIA NABUCO DOS SANTOS TEIXEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
31847	512480	FLAVIA NABUCO DOS SANTOS TEIXEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
31978	512480	FLAVIA NABUCO DOS SANTOS TEIXEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33437	505275	FLAVIA TAVARES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33499	505275	FLAVIA TAVARES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33586	505275	FLAVIA TAVARES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33682	505275	FLAVIA TAVARES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33784	505275	FLAVIA TAVARES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Conforme a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo: •II está correta (Art. 33 – legislatura de 4 anos, 1 sessão legislativa por ano); •III está incorreta, pois as sessões são públicas, salvo deliberação em contrário (Art. 39); •III está incorreta, pois a Câmara é composta por 25 vereadores, e não 35 (Art. 34); •IV está correta, pois a convocação extraordinária pode ocorrer pelo Prefeito ou Presidente da Câmara (Art. 35 §3º).	Indeferido

33411	476687	FLAVIANA MARCIANO GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33488	476687	FLAVIANA MARCIANO GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
33498	476687	FLAVIANA MARCIANO GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33516	476687	FLAVIANA MARCIANO GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido

32394	499643	FRANCIELEN POTIARA SANTOS DE ARAUJO RIBEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32420	499643	FRANCIELEN POTIARA SANTOS DE ARAUJO RIBEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32459	499643	FRANCIELEN POTIARA SANTOS DE ARAUJO RIBEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32021	519104	GABRIEL DE POLY OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32754	505464	GABRIELA DE FARIAS MARQUES CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32756	505464	GABRIELA DE FARIAS MARQUES CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32959	482778	GABRIELA PESSOA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32976	482778	GABRIELA PESSOA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32991	482778	GABRIELA PESSOA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32603	500042	GABRIELA RODRIGUES CAMARA DE MATTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33522	502186	GABRIELE COSTA DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33524	502186	GABRIELE COSTA DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33532	502186	GABRIELE COSTA DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33461	509406	GABRIELE ELISAMA DE ALMEIDA GOMES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33468	509406	GABRIELE ELISAMA DE ALMEIDA GOMES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33478	509406	GABRIELE ELISAMA DE ALMEIDA GOMES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33235	487162	GABRIELLE SANTOS DE MELO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33238	487162	GABRIELLE SANTOS DE MELO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32536	492027	GABRIELLE VIANA LOPES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33858	519125	GABRYELLE CHALEGRE ARAUJO DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33877	519125	GABRYELLE CHALEGRE ARAUJO DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33880	519125	GABRYELLE CHALEGRE ARAUJO DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33886	519125	GABRYELLE CHALEGRE ARAUJO DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33089	491396	GEISA RODRIGUES DE MELO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32799	503173	GEOVANA DOS SANTOS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundação, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33876	507339	GÉSSICA DE MEDEIROS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33879	507339	GÉSSICA DE MEDEIROS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33883	507339	GÉSSICA DE MEDEIROS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32048	488296	GIOVANNA MARQUINIS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33010	476713	GIOVANNA PINTO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33775	508327	GISELE DOS SANTOS SOUZA RIBEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

33854	508327	GISELE DOS SANTOS SOUZA RIBEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31389	514738	GISELE MUNIZ GOMES BUSQUET	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
31407	514738	GISELE MUNIZ GOMES BUSQUET	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

31414	514738	GISELE MUNIZ GOMES BUSQUET	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede. A alternativa indicada como correta permanece adequada, pois a questão adota a terminologia amplamente aceita em livros didáticos e literatura científica para fins de ensino fundamental e médio, onde se considera que as plantas, de forma geral, são organismos autotróficos capazes de realizar fotossíntese. Embora existam exceções, como plantas parasitárias e mico-heterotróficas, essas espécies representam uma minoria dentro do Reino Plantae e não invalidam a regra geral utilizada em contextos pedagógicos e científicos básicos. Assim, a redação da questão não compromete a clareza nem a correção conceitual exigida para o nível de ensino avaliado, permanecendo o gabarito inalterado.	Indeferido
31441	511144	GISELLE OLIVEIRA DE SOUSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
31453	511144	GISELLE OLIVEIRA DE SOUSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32849	511144	GISELLE OLIVEIRA DE SOUSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32329	490843	GISELLE SILVA DA CUNHA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32284	490843	GISELLE SILVA DA CUNHA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32308	490843	GISELLE SILVA DA CUNHA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32477	490843	GISELLE SILVA DA CUNHA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33497	491971	GIULLIA DA SILVA DE PAULA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32846	498513	GIZELI VENANCIO BANDEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32870	498513	GIZELI VENANCIO BANDEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32952	498513	GIZELI VENANCIO BANDEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32965	498513	GIZELI VENANCIO BANDEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33594	519074	GLEICE KELLY SOUZA NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33618	519074	GLEICE KELLY SOUZA NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33675	519074	GLEICE KELLY SOUZA NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32542	507122	GLÓRIA MARIA SANTOS BARBOSA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31440	476725	GRACIELE DE CARVALHO PIRES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31451	476725	GRACIELE DE CARVALHO PIRES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32346	506354	GRASIELLA MENEZES MOURA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32375	506354	GRASIELLA MENEZES MOURA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32398	506354	GRASIELLA MENEZES MOURA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32440	506354	GRASIELLA MENEZES MOURA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32529	506354	GRASIELLA MENEZES MOURA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32556	506354	GRASIELLA MENEZES MOURA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31911	486454	GRAZIELE GOMES PACIFICO REIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
31928	486454	GRAZIELE GOMES PACIFICO REIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31960	486454	GRAZIELE GOMES PACIFICO REIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
32042	486454	GRAZIELE GOMES PACIFICO REIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32140	486454	GRAZIELE GOMES PACIFICO REIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31365	519161	GRAZIELLE MOREIRA SOBRERO RODRIGUES DO CARMO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31742	519161	GRAZIELLE MOREIRA SOBRERO RODRIGUES DO CARMO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31693	508438	GUSTAVO RODRIGUES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32051	508438	GUSTAVO RODRIGUES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32771	508438	GUSTAVO RODRIGUES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
32126	491118	HECTOR TAVARES BELCHIOR CASANOVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33225	491118	HECTOR TAVARES BELCHIOR CASANOVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32696	480714	HÉLIDA BABO ROXO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32700	480714	HÉLIDA BABO ROXO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33943	511771	HELLEN LUÍZA VITORINO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33992	511771	HELLEN LUÍZA VITORINO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31931	488223	IGOR SOUZA CRUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31943	488223	IGOR SOUZA CRUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31951	488223	IGOR SOUZA CRUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31961	488223	IGOR SOUZA CRUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33859	495361	INGRID BENEVIDES MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31677	504469	INGRID ELIONAI SOUSA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

31991	504469	INGRID ELIONAI SOUSA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33914	490031	IRINEIDE SOUSA CAETANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

31676	520912	ISABEL CRISTINA DOS SANTOS BENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
32151	520912	ISABEL CRISTINA DOS SANTOS BENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33263	520912	ISABEL CRISTINA DOS SANTOS BENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33259	485425	ISABEL LEITE ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33265	485425	ISABEL LEITE ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33737	485425	ISABEL LEITE ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33747	485425	ISABEL LEITE ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33942	522321	ISABEL NUNES MARTINS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32774	514202	ISABELA NUNES MATTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

32776	514202	ISABELA NUNES MATTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32777	514202	ISABELA NUNES MATTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32778	514202	ISABELA NUNES MATTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32780	514202	ISABELA NUNES MATTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32829	514202	ISABELA NUNES MATTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31497	485348	ISABELE NOGUEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32944	484349	ISABELLA DA SILVA PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32946	484349	ISABELLA DA SILVA PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32950	484349	ISABELLA DA SILVA PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33029	484349	ISABELLA DA SILVA PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33033	484349	ISABELLA DA SILVA PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

34033	477177	ISABELLA ROSA BISPO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32848	481112	ISABELLE ALVES GONÇALVES DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32447	486212	ISABELLE DA CRUZ E SILVA GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32528	486212	ISABELLE DA CRUZ E SILVA GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32555	486212	ISABELLE DA CRUZ E SILVA GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33826	484419	ISABELLE PINTO GRANGÊ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32294	483920	ISABELLE ROSA MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32558	492567	ISADORA CRISTINA GOUVÊA DE MACEDO LUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32565	492567	ISADORA CRISTINA GOUVÊA DE MACEDO LUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32092	482469	IZABEL CRISTINA SILVA GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

32693	493610	IZABELA DA SILVA BARONE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32710	493610	IZABELA DA SILVA BARONE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32714	493610	IZABELA DA SILVA BARONE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32837	517795	JACKELINE SANTIAGO DE MELO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
32830	517795	JACKELINE SANTIAGO DE MELO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32833	517795	JACKELINE SANTIAGO DE MELO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32844	517795	JACKELINE SANTIAGO DE MELO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32847	517795	JACKELINE SANTIAGO DE MELO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

32770	492846	JACQUELINE OLIVEIRA DE SOUZA CORRÊA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33525	492846	JACQUELINE OLIVEIRA DE SOUZA CORRÊA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33790	501574	JANETE CORREIA SILVA BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33821	501574	JANETE CORREIA SILVA BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32568	503764	JAQUELINE DE FREITAS FRANÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32514	485039	JAQUELINE DE SOUZA NOGUEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32579	485039	JAQUELINE DE SOUZA NOGUEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32988	515019	JAQUELINE DINIZ BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31959	479169	JAQUELINE MACEDO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31964	479169	JAQUELINE MACEDO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31967	479169	JAQUELINE MACEDO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32032	478818	JAQUELINE SANTOS DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33060	490743	JARDEL DA SILVA OLIVEIRA JUNIOR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32924	514492	JEFFERSON BENEDITO PLACIDO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33827	515757	JEFFERSON LEANDRO SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33841	515757	JEFFERSON LEANDRO SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33895	515757	JEFFERSON LEANDRO SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33809	497538	JENIFER CRISTINA ROSA HORACIO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33647	517282	JEOVANA JACQUES DE SOUZA FEITOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32605	502616	JESSICA ALVES DA LUZ NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32027	484975	JESSICA ANDRADE CORTAT	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32031	484975	JESSICA ANDRADE CORTAT	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33828	502358	JESSICA CAMILA DA SILVA LEITE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33838	502358	JESSICA CAMILA DA SILVA LEITE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33847	502358	JESSICA CAMILA DA SILVA LEITE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33329	507444	JÉSSICA CHRISTINA BEZERRA DE VASCONCELLOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundação, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33357	507444	JÉSSICA CHRISTINA BEZERRA DE VASCONCELLOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
34030	503741	JESSICA CRISTINA DOS SANTOS ALONSO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

34057	503741	JESSICA CRISTINA DOS SANTOS ALONSO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33121	492763	JESSICA CRISTINA INÁCIO ROGÉRIO CHAGAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33239	492763	JESSICA CRISTINA INÁCIO ROGÉRIO CHAGAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33419	492763	JESSICA CRISTINA INÁCIO ROGÉRIO CHAGAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33423	492763	JESSICA CRISTINA INÁCIO ROGÉRIO CHAGAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33427	492763	JESSICA CRISTINA INÁCIO ROGÉRIO CHAGAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33739	500299	JESSICA FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33758	500299	JESSICA FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33767	500299	JESSICA FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33779	500299	JESSICA FERREIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32702	498690	JÉSSICA LAÍS MACHADO SILVA BAPTISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32706	498690	JÉSSICA LAÍS MACHADO SILVA BAPTISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32712	498690	JÉSSICA LAÍS MACHADO SILVA BAPTISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32713	498690	JÉSSICA LAÍS MACHADO SILVA BAPTISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32715	498690	JÉSSICA LAÍS MACHADO SILVA BAPTISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
31761	480218	JHESSICA AMADO ALVES LUZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31749	480218	JHESSICA AMADO ALVES LUZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

31753	480218	JHESSICA AMADO ALVES LUZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31776	480218	JHESSICA AMADO ALVES LUZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
31380	476679	JHONATA SANTIAGO EUFRASINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31386	476679	JHONATA SANTIAGO EUFRASINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32551	484353	JOANA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

32585	484353	JOANA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32608	484353	JOANA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32622	484353	JOANA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33991	509481	JOCILENE FARIAS MARTINS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33997	509481	JOCILENE FARIAS MARTINS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33305	502600	JOELMA DA SILVA GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33309	502600	JOELMA DA SILVA GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33320	502600	JOELMA DA SILVA GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32218	476631	JOELMA FERREIRA DE ALMEIDA ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32239	476631	JOELMA FERREIRA DE ALMEIDA ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32271	476631	JOELMA FERREIRA DE ALMEIDA ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

31447	476481	JONATAN HENRIQUE CORBAL VILELA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31495	476481	JONATAN HENRIQUE CORBAL VILELA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31585	476481	JONATAN HENRIQUE CORBAL VILELA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31636	476481	JONATAN HENRIQUE CORBAL VILELA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

32850	476481	JONATAN HENRIQUE CORBAL VILELA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
32855	476481	JONATAN HENRIQUE CORBAL VILELA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
31994	480541	JONATHAN MACHADO DOMINGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32434	482363	JORGE DOS SANTOS GOUVÊA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32871	492827	JORGE LUIZ VENEZUELA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32877	492827	JORGE LUIZ VENEZUELA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32902	492827	JORGE LUIZ VENEZUELA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

33071	480611	JOSEANE CARVALHO DE ANDRADE RIBEIRO RAMOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33073	480611	JOSEANE CARVALHO DE ANDRADE RIBEIRO RAMOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33573	480031	JOSEANE SANTOS DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33657	480031	JOSEANE SANTOS DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33931	515633	JOSELAYNE CESÁRIO ELIDIO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33961	515633	JOSELAYNE CESÁRIO ELIDIO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
34031	515633	JOSELAYNE CESÁRIO ELIDIO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32838	519942	JOSIANE GERALDO SABINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33079	513531	JOSUE MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33165	513531	JOSUE MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33196	513531	JOSUE MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33207	513531	JOSUE MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33212	513531	JOSUE MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33218	513531	JOSUE MARQUES OLIVEIRA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31467	492761	JOYCE LOPES LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33450	492761	JOYCE LOPES LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33531	492761	JOYCE LOPES LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33563	492761	JOYCE LOPES LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

32973	512704	JUCELI LOPES VENANCIO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32978	512704	JUCELI LOPES VENANCIO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32986	512704	JUCELI LOPES VENANCIO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31449	480713	JULIA CRISTINA PINHEIRO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

31838	479685	JULIA DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31857	479685	JULIA DA SILVA DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32852	501408	JULIANA DE ARAÚJO SOUZA RAMIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32859	501408	JULIANA DE ARAÚJO SOUZA RAMIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

32927	501408	JULIANA DE ARAÚJO SOUZA RAMIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33119	505778	JULIANA DOS SANTOS VIANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33149	505778	JULIANA DOS SANTOS VIANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33146	505778	JULIANA DOS SANTOS VIANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33156	505778	JULIANA DOS SANTOS VIANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33159	505778	JULIANA DOS SANTOS VIANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33169	505778	JULIANA DOS SANTOS VIANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33369	486174	JULIANA MATHEUS DE PAULA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso indeferido. A fundamentação apresentada não guarda relação direta com o conteúdo ou o enunciado da questão.	Indeferido
33825	486174	JULIANA MATHEUS DE PAULA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido

32807	515012	JULIANA SILVA TAVARES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31525	479856	JULIANA SUZANO DA MOTTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

32081	493317	JULLY STEFAN REIS DE SOUZA BRITO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32145	493317	JULLY STEFAN REIS DE SOUZA BRITO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32588	509810	KAMILE CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32593	509810	KAMILE CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32631	509810	KAMILE CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32652	509810	KAMILE CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32682	509810	KAMILE CRISTINA DOS SANTOS BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33426	479707	KARINE MATTOS CAMARGO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33664	479707	KARINE MATTOS CAMARGO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33693	479707	KARINE MATTOS CAMARGO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33755	479707	KARINE MATTOS CAMARGO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33780	479707	KARINE MATTOS CAMARGO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33830	479707	KARINE MATTOS CAMARGO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
34039	479707	KARINE MATTOS CAMARGO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31628	478166	KAROLINA MEDEIROS DOS SANTOS MARQUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32445	500975	KATHLEEN CAROLINE DA SILVA MENDES MONTEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32494	500975	KATHLEEN CAROLINE DA SILVA MENDES MONTEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33872	503037	KATIA ROSA TAVARES NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33921	503037	KATIA ROSA TAVARES NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33958	503037	KATIA ROSA TAVARES NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	improcedente.	Indeferido
32956	502183	KELLY LINHARES ANDRADE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31834	497116	KELLY RAPOSO DA SILVA SILVANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32235	484103	KELY AZEVEDO BAERE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32245	484103	KELY AZEVEDO BAERE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33091	484103	KELY AZEVEDO BAERE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
33135	484103	KELY AZEVEDO BAERE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

33974	491063	KELY CRISTINA DOS SANTOS MORETTI RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33994	491063	KELY CRISTINA DOS SANTOS MORETTI RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

34009	491063	KELY CRISTINA DOS SANTOS MORETTI RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
34037	491063	KELY CRISTINA DOS SANTOS MORETTI RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31382	510075	KESIA BATALHA MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Conforme a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo: • ☐ está correta (Art. 33 – legislatura de 4 anos, 1 sessão legislativa por ano); • ☐ está incorreta, pois as sessões são públicas, salvo deliberação em contrário (Art. 39); • ☐ está incorreta, pois a Câmara é composta por 25 vereadores, e não 35 (Art. 34); • ☐ está correta, pois a convocação extraordinária pode ocorrer pelo Prefeito ou Presidente da Câmara (Art. 35 §3º).	Indeferido
31384	510075	KESIA BATALHA MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
31390	510075	KESIA BATALHA MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32066	507411	KETLYN RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, verificamos que a questão está clara e objetiva. Portanto, não procede o seu entendimento.	Indeferido
32079	507411	KETLYN RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32090	507411	KETLYN RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32098	507411	KETLYN RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32117	507411	KETLYN RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32141	507411	KETLYN RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33216	495374	LAIANE EUGENIA RIBEIRO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede, pois o conceito de commodities é amplamente consolidado na literatura econômica e nas fontes oficiais, definindo-as como mercadorias do setor primário, geralmente in natura ou com baixo grau de industrialização, cujos preços são determinados pelas bolsas de valores internacionais de acordo com a lei da oferta e da demanda. Portanto, a alternativa considerada correta permanece adequada, não havendo erro conceitual que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.	Indeferido
33981	485650	LAÍS DA SILVA RIBEIRO DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
34053	485650	LAÍS DA SILVA RIBEIRO DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
34005	485650	LAÍS DA SILVA RIBEIRO DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
34021	485650	LAÍS DA SILVA RIBEIRO DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31339	480453	LAÍSSA SILVA E SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31342	480453	LAÍSSA SILVA E SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31346	480453	LAÍSSA SILVA E SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31348	480453	LAÍSSA SILVA E SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI: https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33443	512470	LARA LUCIA COSTA MELO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33464	512470	LARA LUCIA COSTA MELO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31353	491014	LARISSA AGUIAR FONTELES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31354	491014	LARISSA AGUIAR FONTELES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Alternativa correta: A readaptação depende de inspeção médica que comprove limitação física ou mental do servidor. Art. 23 Incorreta: A readaptação não permite mudança de cargo para outro com atribuições ou escolaridade diferentes. Art. 24 Incorreta: A atividade readaptada deve ser da mesma natureza da anterior, não distinta. Art. 23, §2º Incorreta: A readaptação independe de existência de vaga, sendo dever da Administração providenciá-la. Art. 24	Indeferido
31355	491014	LARISSA AGUIAR FONTELES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31356	491014	LARISSA AGUIAR FONTELES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32492	503774	LARISSA ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32683	503774	LARISSA ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
32685	503774	LARISSA ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33588	503774	LARISSA ALVES DE OLIVEIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32635	480818	LARISSA CARVALHO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32658	480818	LARISSA CARVALHO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
32664	480818	LARISSA CARVALHO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32675	480818	LARISSA CARVALHO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchedos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32690	480818	LARISSA CARVALHO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31829	492432	LARISSA FERREIRA DANTAS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
31402	485432	LARISSA FERREIRA REIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, julgamos improcedente.	Indeferido
32895	489264	LARISSA SOUTO DA SILVA FARIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

32905	489264	LARISSA SOUTO DA SILVA FARIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32212	511085	LARYSSA SANTOS DA CONCEICAO SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32238	511085	LARYSSA SANTOS DA CONCEICAO SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32254	511085	LARYSSA SANTOS DA CONCEICAO SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32265	511085	LARYSSA SANTOS DA CONCEICAO SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32175	516320	LAURA KETELE COSME MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32180	516320	LAURA KETELE COSME MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32186	516320	LAURA KETELE COSME MACEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32613	494050	LAYLA PALMEIRA SANTANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32619	494050	LAYLA PALMEIRA SANTANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundação, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32911	494050	LAYLA PALMEIRA SANTANA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31684	490538	LEILA PIREDA DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33255	505985	LEILANE DA CRUZ FORTUNA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33829	502406	LEONA GOMES F.GRAETER	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33842	502406	LEONA GOMES F.GRAETER	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32708	497018	LEONARDO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32331	499038	LETICIA MARQUES DE FREITAS BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32228	499038	LETICIA MARQUES DE FREITAS BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32366	499038	LETICIA MARQUES DE FREITAS BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32147	496395	LETÍCIA SILVA SANTANA DRUMOND	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32200	494231	LEYLANE PASSOS DE MATTOS LEÃO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31377	480051	LHAÍS FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31378	480051	LHAÍS FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	É um Objeto direto; portanto, um complemento verbal.	Indeferido
31379	480051	LHAÍS FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
31381	480051	LHAÍS FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31398	480051	LHAÍS FERREIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33529	479201	LÍDIA DOS SANTOS RODRIGUES MOURA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31804	479311	LIDIANE DA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33614	480847	LILIAN CARAPINA ESTANISLAU BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33679	480847	LILIAN CARAPINA ESTANISLAU BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31947	496390	LIVIA BANDEIRA DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

33247	507714	LOHANNE CASSIA OLIVEIRA DE MATTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33326	507714	LOHANNE CASSIA OLIVEIRA DE MATTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
31938	515250	LOHANNE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. O problema está na palavra "primariamente".	Indeferido
31942	515250	LOHANNE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O gabarito oficial está correto.	Indeferido
32313	513975	LORENA SOUZA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32325	513975	LORENA SOUZA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32174	513975	LORENA SOUZA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33181	515130	LORRANA ALMEIDA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33022	492675	LORRANE ELIAS MELO PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33027	492675	LORRANE ELIAS MELO PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

33030	492675	LORRANE ELIAS MELO PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33034	492675	LORRANE ELIAS MELO PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33042	492675	LORRANE ELIAS MELO PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33628	492675	LORRANE ELIAS MELO PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33590	493988	LORRANE JESUS SILVA DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente.	Indeferido
33203	479728	LORRAYNE DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33209	479728	LORRAYNE DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33223	479728	LORRAYNE DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33230	479728	LORRAYNE DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31590	510882	LUAN VASCONCELOS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. "Acesso" é, no contexto, um substantivo.	Indeferido
31594	510882	LUAN VASCONCELOS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

34029	482480	LUAN WESLEY DO NASCIMENTO SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33952	482480	LUAN WESLEY DO NASCIMENTO SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33978	482480	LUAN WESLEY DO NASCIMENTO SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

34018	482480	LUAN WESLEY DO NASCIMENTO SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32015	481249	LUANA ALCANTARA DA CUNHA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32008	509796	LUANA BATISTA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32025	509796	LUANA BATISTA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32063	509796	LUANA BATISTA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

33116	509796	LUANA BATISTA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33145	509796	LUANA BATISTA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32505	513233	LUANA CARDOZO DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31588	477013	LUANA RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31601	477013	LUANA RODRIGUES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
31631	514614	LUANA TEODORO GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31648	514614	LUANA TEODORO GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31707	514614	LUANA TEODORO GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

32465	514614	LUANA TEODORO GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33174	500119	LUANDECI DA SILVA DE ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31442	511041	LUCAS LIMA VASCONCELOS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33794	511041	LUCAS LIMA VASCONCELOS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
33800	511041	LUCAS LIMA VASCONCELOS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33806	511041	LUCAS LIMA VASCONCELOS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32166	488301	LUCIANA DE CARVALHO GOMES CLEMENTE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31409	492371	LUCIANA RICAS REZENDE LYRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31423	492371	LUCIANA RICAS REZENDE LYRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
32853	492371	LUCIANA RICAS REZENDE LYRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33768	514815	LUCIANA S.DE AZEVEDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32698	491526	LUCIANE VALÉRIA DUARTE PINTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Conforme a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo: •II está correta (Art. 33 – legislatura de 4 anos, 1 sessão legislativa por ano); •III está incorreta, pois as sessões são públicas, salvo deliberação em contrário (Art. 39); •IV está incorreta, pois a Câmara é composta por 25 vereadores, e não 35 (Art. 34); •V está correta, pois a convocação extraordinária pode ocorrer pelo Prefeito ou Presidente da Câmara (Art. 35 §3º).	Indeferido
33850	496546	LUCIENE PEREIRA DAS NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Após análise, entendemos que a questão mantém-se correta e não apresenta inconsistência conceitual que justifique sua anulação ou alteração do gabarito. A redação utiliza o termo “produzem sua própria fonte de energia” em sentido didático e amplamente aceito em materiais de ensino de Ciências e Biologia, para diferenciar seres autotróficos e heterotróficos. Tal expressão não contraria o Princípio da Conservação da Energia, pois, no contexto pedagógico, é convencional referir-se à produção de energia como a capacidade dos seres autotróficos de sintetizar compostos orgânicos ricos em energia química a partir de matéria inorgânica e energia luminosa. Assim, a alternativa que aponta as plantas como exemplos de seres autotróficos que realizam fotossíntese permanece correta, pois reflete o entendimento científico e didático consolidado na literatura.	Indeferido

33893	496546	LUCIENE PEREIRA DAS NEVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33756	509803	LUCIENE SANTOS DE FARIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33803	509803	LUCIENE SANTOS DE FARIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32213	478126	LUIS CARLOS DO NASCIMENTO VARGAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32872	478126	LUIS CARLOS DO NASCIMENTO VARGAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33798	478126	LUIS CARLOS DO NASCIMENTO VARGAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32500	504283	LUIS MIGUEL AZEVEDO RISCADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede, pois o conceito de commodities é amplamente consolidado na literatura econômica e nas fontes oficiais, definindo-as como mercadorias do setor primário, geralmente in natura ou com baixo grau de industrialização, cujos preços são determinados pelas bolsas de valores internacionais de acordo com a lei da oferta e da demanda. Portanto, a alternativa considerada correta permanece adequada, não havendo erro conceitual que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.	Indeferido
32475	504283	LUIS MIGUEL AZEVEDO RISCADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32489	504283	LUIS MIGUEL AZEVEDO RISCADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32564	504283	LUIS MIGUEL AZEVEDO RISCADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32330	485713	LUMA DA SILVEIRA GOULART	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31997	485713	LUMA DA SILVEIRA GOULART	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32351	485713	LUMA DA SILVEIRA GOULART	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32376	485713	LUMA DA SILVEIRA GOULART	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33364	485713	LUMA DA SILVEIRA GOULART	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31619	494868	LUSICLEIDE BORGES DOS SANTOS GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32057	494868	LUSICLEIDE BORGES DOS SANTOS GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32065	494868	LUSICLEIDE BORGES DOS SANTOS GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32073	494868	LUSICLEIDE BORGES DOS SANTOS GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32093	494868	LUSICLEIDE BORGES DOS SANTOS GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33231	495583	MAGALI DE CARVALHO BATISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
33274	495583	MAGALI DE CARVALHO BATISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33292	495583	MAGALI DE CARVALHO BATISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente.	Indeferido

33086	514724	MARCELA DOS SANTOS DOMINGOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31882	482203	MARCELA GOMES MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31896	482203	MARCELA GOMES MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31980	482203	MARCELA GOMES MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32029	482203	MARCELA GOMES MOREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Alternativa correta: A readaptação depende de inspeção médica que comprove limitação física ou mental do servidor. Art. 23 Incorreta: A readaptação não permite mudança de cargo para outro com atribuições ou escolaridade diferentes. Art. 24 Incorreta: A atividade readaptada deve ser da mesma natureza da anterior, não distinta. Art. 23, §2º Incorreta: A readaptação independe de existência de vaga, sendo dever da Administração providenciá-la. Art. 24	Indeferido
32101	481568	MARCELE FERNANDA RANGEL DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32909	506967	MARCELLE DA SILVA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32678	516358	MARCELLE DA SILVA FRANÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32691	516358	MARCELLE DA SILVA FRANÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

31466	511357	MARCELLE REGINA MONTEIRO AGUIAR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33564	512946	MARCELLE VIEIRA DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33650	512946	MARCELLE VIEIRA DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33681	512946	MARCELLE VIEIRA DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33764	512946	MARCELLE VIEIRA DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32620	511630	MARCELLE CRISTINA PROENÇA MENEZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32645	511630	MARCELLE CRISTINA PROENÇA MENEZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

33453	511630	MARCELLY CRISTINA PROENÇA MENEZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33691	511630	MARCELLY CRISTINA PROENÇA MENEZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33948	511630	MARCELLY CRISTINA PROENÇA MENEZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

33980	511630	MARCELLY CRISTINA PROENÇA MENEZES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33632	489755	MARGARETE BORDIGNON	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundação, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33673	489755	MARGARETE BORDIGNON	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

33689	489755	MARGARETE BORDIGNON	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32277	476650	MARIA ANA DA CONCEIÇÃO IPÓLITO FELICIANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

31935	517857	MARIA CAROLINA MOREIRA VEIGA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31923	498523	MARIA CLARA DOS SANTOS SALDANHA DINARTI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32056	498523	MARIA CLARA DOS SANTOS SALDANHA DINARTI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32372	478432	MARIA CLÁUDIA PEREIRA SALES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido

32402	478432	MARIA CLÁUDIA PEREIRA SALES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32417	478432	MARIA CLÁUDIA PEREIRA SALES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32430	478432	MARIA CLÁUDIA PEREIRA SALES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

31821	500022	MARIA EDUARDA DA SILVA BRAGA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33200	489600	MARIA EDUARDA GOMES DUARTE SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33445	489600	MARIA EDUARDA GOMES DUARTE SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33459	489600	MARIA EDUARDA GOMES DUARTE SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33492	489600	MARIA EDUARDA GOMES DUARTE SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33518	489600	MARIA EDUARDA GOMES DUARTE SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33857	481101	MARIA EDUARDA GREGÓRIO SOARES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32280	498494	MARIA HELENA FERREIRA DOS SANTOS PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32300	498494	MARIA HELENA FERREIRA DOS SANTOS PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32455	498494	MARIA HELENA FERREIRA DOS SANTOS PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33058	495311	MARIA KAROLINE DA SILVA MACIEL GARCEZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32755	498451	MARIA LARICE DA SILVA SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31345	487405	MARIA R DE CÁSSIA SANTOS ROCHA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
32377	483871	MARIANA FARIA SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32842	483871	MARIANA FARIA SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32845	483871	MARIANA FARIA SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32630	494265	MARIANA PINHEIRO DAVID E SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32639	494265	MARIANA PINHEIRO DAVID E SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33279	517263	MARIANNA NEVES ROCHA CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33150	517263	MARIANNA NEVES ROCHA CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33190	517263	MARIANNA NEVES ROCHA CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33240	517263	MARIANNA NEVES ROCHA CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31814	523135	MARILANDE FERREIRA MAIPIRA DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

31358	484913	MARILIA GABRIELA MADUREIRA CALIXTO SOARES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33891	510053	MARILICE DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33905	510053	MARILICE DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33913	510053	MARILICE DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33774	498948	MARINA AURORE DE FRANÇA MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33788	498948	MARINA AURORE DE FRANÇA MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
34023	498948	MARINA AURORE DE FRANÇA MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31494	503516	MARY ANNE PIRES DA COSTA VIANA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32138	503516	MARY ANNE PIRES DA COSTA VIANA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32152	503516	MARY ANNE PIRES DA COSTA VIANA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32211	485669	MATEUS NUNES SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. "Acesso" é, no contexto, um substantivo.	Indeferido
32219	485669	MATEUS NUNES SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32223	485669	MATEUS NUNES SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Conforme a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo: •II está correta (Art. 33 – legislatura de 4 anos, 1 sessão legislativa por ano); •III está incorreta, pois as sessões são públicas, salvo deliberação em contrário (Art. 39); •IV está incorreta, pois a Câmara é composta por 25 vereadores, e não 35 (Art. 34); •V está correta, pois a convocação extraordinária pode ocorrer pelo Prefeito ou Presidente da Câmara (Art. 35 §3º).	Indeferido
32227	485669	MATEUS NUNES SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Alternativa correta: A readaptação depende de inspeção médica que comprove limitação física ou mental do servidor. Art. 23 Incorreta: A readaptação não permite mudança de cargo para outro com atribuições ou escolaridade diferentes. Art. 24 Incorreta: A atividade readaptada deve ser da mesma natureza da anterior, não distinta. Art. 23, §2º Incorreta: A readaptação independe de existência de vaga, sendo dever da Administração providenciá-la. Art. 24	Indeferido
32234	485669	MATEUS NUNES SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32237	485669	MATEUS NUNES SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33716	500043	MATHEUS HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33725	500043	MATHEUS HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33736	500043	MATHEUS HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33746	500043	MATHEUS HENRIQUE RIBEIRO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32537	513286	MAYARA MARQUES DA CUNHA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32201	505755	MICHELE DE NOVAES SYLVESTRE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31433	512980	MICHELE GRIEBELER TAVARES BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

31456	512980	MICHELE GRIEBELER TAVARES BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31471	512980	MICHELE GRIEBELER TAVARES BARBOSA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

31906	498993	MICHELE MARINHO RAIBOLT	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31929	498993	MICHELE MARINHO RAIBOLT	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33811	498993	MICHELE MARINHO RAIBOLT	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33507	480050	MICHELLE DOS SANTOS CORDEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32977	493908	MICHELLE MARIA JERÔNIMO DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33534	509276	MIDIAN SILVA DE SOUZA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33556	509276	MIDIAN SILVA DE SOUZA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33599	509276	MIDIAN SILVA DE SOUZA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33814	496670	MILENA CAIXEIRO ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33820	496670	MILENA CAIXEIRO ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32949	489760	MILENA DE SOUZA AUGUSTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32958	489760	MILENA DE SOUZA AUGUSTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32962	489760	MILENA DE SOUZA AUGUSTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32963	489760	MILENA DE SOUZA AUGUSTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33014	497278	MILENE C DOS SANTOS COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32724	492342	MILLENA BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32725	492342	MILLENA BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

32654	518795	MÔNICA CLAUDIO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
32692	518795	MÔNICA CLAUDIO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

33866	510787	MONICA LIMA DIAS RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33915	510787	MONICA LIMA DIAS RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33935	510787	MONICA LIMA DIAS RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31335	476836	MONIQUE DO NASCIMENTO PIMENTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31376	476836	MONIQUE DO NASCIMENTO PIMENTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33494	478987	MONIQUE DOS SANTOS SILVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido
33517	478987	MONIQUE DOS SANTOS SILVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33542	478987	MONIQUE DOS SANTOS SILVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31502	508978	MYLENE FERREIRA DE SOUSA FARIAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33925	505545	NANCI DE FATIMA MARCELINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33973	505545	NANCI DE FATIMA MARCELINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33395	508250	NATALI GONÇALVESCARDOSO DE MENDONÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33403	508250	NATALI GONÇALVESCARDOSO DE MENDONÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32393	487207	NATÁLIA COELI RIBEIRO LIMA //	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33249	478372	NATALIA IZIDORO MEIRELES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33260	478372	NATALIA IZIDORO MEIRELES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede, pois o conceito de commodities é amplamente consolidado na literatura econômica e nas fontes oficiais, definindo-as como mercadorias do setor primário, geralmente in natura ou com baixo grau de industrialização, cujos preços são determinados pelas bolsas de valores internacionais de acordo com a lei da oferta e da demanda. Portanto, a alternativa considerada correta permanece adequada, não havendo erro conceitual que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.	Indeferido
33575	494091	NATALIE DA SILVA PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente.	Indeferido
33603	494091	NATALIE DA SILVA PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33698	494091	NATALIE DA SILVA PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32681	516113	NATHALIA DE SOUSA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33741	516113	NATHALIA DE SOUSA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33916	516113	NATHALIA DE SOUSA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33977	516113	NATHALIA DE SOUSA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O problema está na palavra "primariamente".	Indeferido
33009	515881	NATHÁLIA DO AMARAL FRANÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33353	493962	NATHÁLIA FERREIRA NUNES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33709	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33727	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33757	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33773	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33783	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33792	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33896	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede, pois o conceito de commodities é amplamente consolidado na literatura econômica e nas fontes oficiais, definindo-as como mercadorias do setor primário, geralmente in natura ou com baixo grau de industrialização, cujos preços são determinados pelas bolsas de valores internacionais de acordo com a lei da oferta e da demanda. Portanto, a alternativa considerada correta permanece adequada, não havendo erro conceitual que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.	Indeferido
33918	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
33940	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

33996	487084	NAYANA MAGALHÃES DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32307	507453	NILSON MARTINS DE SANTANA JUNIOR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33021	476680	NITALIA PADUA LEAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33026	476680	NITALIA PADUA LEAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33040	476680	NITALIA PADUA LEAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31500	479851	NIVEA DE SOUZA MARÇAL GRACIOTTI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32668	479851	NIVEA DE SOUZA MARÇAL GRACIOTTI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31758	502370	NUBIA TELES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

31770	502370	NUBIA TELES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31773	502370	NUBIA TELES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31792	502370	NUBIA TELES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31800	502370	NUBIA TELES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33570	513312	OSVANETE MARIA DE JESUS VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32858	485255	OTÍLIA CRISTIANI BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32897	485255	OTÍLIA CRISTIANI BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32914	485255	OTÍLIA CRISTIANI BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32939	485255	OTÍLIA CRISTIANI BARBOSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33100	514267	PATRICIA AGUIAR DA SILVA BEZERRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32389	504906	PATRÍCIA DIAS MAGALHÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32405	504906	PATRÍCIA DIAS MAGALHÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32427	504906	PATRÍCIA DIAS MAGALHÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32466	504906	PATRÍCIA DIAS MAGALHÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
32501	504906	PATRÍCIA DIAS MAGALHÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33519	502748	PATRÍCIA YUZA DOS SANTOS SODRÉ MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33576	502748	PATRÍCIA YUZA DOS SANTOS SODRÉ MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33644	502748	PATRÍCIA YUZA DOS SANTOS SODRÉ MACHADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32586	511975	PAULA CRISTINA CAMPOS DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

32607	511975	PAULA CRISTINA CAMPOS DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32629	511975	PAULA CRISTINA CAMPOS DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32449	495902	PAULA DA CRUZ LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32464	495902	PAULA DA CRUZ LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32523	495902	PAULA DA CRUZ LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32546	495902	PAULA DA CRUZ LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32732	509650	PEDRO BITTENCOURT FERNANDES DE AGUIAR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32735	509650	PEDRO BITTENCOURT FERNANDES DE AGUIAR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede. A alternativa indicada como correta mantém-se adequada, pois a assertiva faz referência ao conhecimento científico consagrado e presente em materiais didáticos de Ciências e Biologia, onde a expressão “plantas são exemplos de seres autotróficos que realizam fotossíntese” é amplamente utilizada para caracterizar o grupo vegetal em sua forma geral. Ainda que existam exceções, como plantas heterotróficas (carnívoras, parasitas ou mico-heterotróficas), essas representam uma minoria dentro do Reino Plantae e não invalidam a regra geral de que as plantas são autotróficas e realizam fotossíntese. Assim, a alternativa considerada correta permanece adequada e não há fundamento para alteração do gabarito ou anulação da questão.	Indeferido
32737	509650	PEDRO BITTENCOURT FERNANDES DE AGUIAR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32869	486577	POLYANNA LOMEU DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33317	492317	PRISCILA TAVARES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33346	492317	PRISCILA TAVARES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

33430	492317	PRISCILA TAVARES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31744	516224	PRISCILLA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
31774	516224	PRISCILLA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

31826	516224	PRISCILLA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31780	491787	RAFAELA DA SILVA MIGUEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31799	491787	RAFAELA DA SILVA MIGUEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31816	491787	RAFAELA DA SILVA MIGUEL	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Alternativa correta: A readaptação depende de inspeção médica que comprove limitação física ou mental do servidor. Art. 23 Incorreta: A readaptação não permite mudança de cargo para outro com atribuições ou escolaridade diferentes. Art. 24 Incorreta: A atividade readaptada deve ser da mesma natureza da anterior, não distinta. Art. 23, §2º Incorreta: A readaptação independe de existência de vaga, sendo dever da Administração providenciá-la. Art. 24	Indeferido
33334	521005	RAFAELA RAMOS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33338	521005	RAFAELA RAMOS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33348	521005	RAFAELA RAMOS DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32990	493321	RAISSA FERREIRA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33008	493321	RAISSA FERREIRA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33543	493321	RAISSA FERREIRA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33557	493321	RAISSA FERREIRA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O gabarito oficial está correto. Revise a questão.	Indeferido
33581	493321	RAISSA FERREIRA DIAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32334	490402	RAISSA OLIVEIRA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32342	490402	RAISSA OLIVEIRA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32343	490402	RAISSA OLIVEIRA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32399	479573	RAPHAEL LUIS MAIA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32450	479573	RAPHAEL LUIS MAIA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32134	521644	RAPHAELA MARQUES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

32149	521644	RAPHAELA MARQUES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32153	521644	RAPHAELA MARQUES PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
32576	501043	RAQUEL RAMIRO BONIFACIO MURICYR	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32075	485545	RAQUEL RIBEIRO DE ALMEIDA OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32249	485545	RAQUEL RIBEIRO DE ALMEIDA OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33932	502161	RAYANE DE SOUZA AMICO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33933	502161	RAYANE DE SOUZA AMICO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33938	502161	RAYANE DE SOUZA AMICO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33949	502161	RAYANE DE SOUZA AMICO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32369	477156	RAYANE RODRIGUES DA SILVA MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32748	477156	RAYANE RODRIGUES DA SILVA MIRANDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31603	506300	RAYANE SANTOS DA ROCHA QUIRINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31863	506300	RAYANE SANTOS DA ROCHA QUIRINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido

31876	506300	RAYANE SANTOS DA ROCHA QUIRINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31905	506300	RAYANE SANTOS DA ROCHA QUIRINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33875	511731	REBECA SANTANA DE BARROS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33043	498263	RENATA CARDOSO PIRES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33054	498263	RENATA CARDOSO PIRES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31952	482571	RENATA COELI SOUZA DINIZ CANUTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31965	482571	RENATA COELI SOUZA DINIZ CANUTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33729	507224	RENATA CRISTINA DE NORONHA VIEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33111	514723	RENATA GOMES DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33117	514723	RENATA GOMES DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33993	486945	RENATA SILVA DA LUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

34008	486945	RENATA SILVA DA LUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
34052	486945	RENATA SILVA DA LUZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33045	503056	RILLARY DE OLIVEIRA ANDRADE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33047	503056	RILLARY DE OLIVEIRA ANDRADE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33048	503056	RILLARY DE OLIVEIRA ANDRADE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33050	503056	RILLARY DE OLIVEIRA ANDRADE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser encheidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32408	509246	ROBERTA FELIX DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

32460	509246	ROBERTA FELIX DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32510	509246	ROBERTA FELIX DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33690	509246	ROBERTA FELIX DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

31519	485597	RODRIGO DINIZ FALCÃO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
31595	485597	RODRIGO DINIZ FALCÃO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31629	485597	RODRIGO DINIZ FALCÃO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31691	505267	RONALDO GUEDES DE BRITO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

31706	505267	RONALDO GUEDES DE BRITO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32624	506128	ROSANA CANDIDO FERREIRA DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32575	506128	ROSANA CANDIDO FERREIRA DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32583	506128	ROSANA CANDIDO FERREIRA DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32598	506128	ROSANA CANDIDO FERREIRA DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32647	506128	ROSANA CANDIDO FERREIRA DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32679	506128	ROSANA CANDIDO FERREIRA DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32022	516640	ROSANA DO AMARAL LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31732	485915	ROSANA MARCOS SILVA FREITAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32324	494910	ROSANE SANT ANNA DA SILVA BRAGANÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32303	494910	ROSANE SANT ANNA DA SILVA BRAGANÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32268	494910	ROSANE SANT ANNA DA SILVA BRAGANÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32361	494910	ROSANE SANT ANNA DA SILVA BRAGANÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32406	494910	ROSANE SANT ANNA DA SILVA BRAGANÇA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	?????	Indeferido

32495	504735	ROSANGELA SANTANA XAVIER	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32527	504735	ROSANGELA SANTANA XAVIER	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32550	504735	ROSANGELA SANTANA XAVIER	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

31813	478752	ROSE CLEIDE MORAES SANTOS CARDOSO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31830	478752	ROSE CLEIDE MORAES SANTOS CARDOSO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33287	495550	ROSEANY PASSOS DE SOUZA RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33299	495550	ROSEANY PASSOS DE SOUZA RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33356	495550	ROSEANY PASSOS DE SOUZA RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33379	495550	ROSEANY PASSOS DE SOUZA RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

31483	489876	ROSEMERE RAMOS SOARES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32801	489876	ROSEMERE RAMOS SOARES DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32099	503435	ROSEVANE FELIX DA SILVA PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32114	503435	ROSEVANE FELIX DA SILVA PEREIRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32193	508176	ROSIANE CAETANO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

31690	497868	ROSIANE PEREIRA GOMES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31760	497868	ROSIANE PEREIRA GOMES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33740	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33601	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33619	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33659	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta indicada no gabarito permanece inalterada, tendo em vista que: Afirmativa I – Correta: Conforme art. 73, caput, do Regimento Escolar da Rede Municipal de Belford Roxo, a introdução à leitura e à escrita ocorre desde o início da Educação Infantil, de forma integrada às demais experiências. Afirmativa II – Correta: O parágrafo único do art. 73 prevê que, na última etapa da Educação Infantil, as atividades de leitura e escrita podem ter caráter mais sistemático, preparando a transição para o Ensino Fundamental. Afirmativa III – Correta: De acordo com o art. 75, §2º, a data de 30 de abril é utilizada como referência para o agrupamento etário na matrícula. Afirmativa IV – Incorreta: O art. 78 é claro ao afirmar que não há caráter reprovativo na avaliação da Educação Infantil, sendo os registros realizados apenas por relatórios descritivos, sem promoção ou retenção.	Indeferido

33686	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33713	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
33762	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33769	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33791	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
33802	478929	ROSILAINE DE VASCONCELOS SILVINO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32828	498638	ROSILENE SILVA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32314	477347	ROSILENE MARIA MARTINS PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32289	477347	ROSILENE MARIA MARTINS PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32304	477347	ROSILENE MARIA MARTINS PEREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
31397	513520	SAMARA RODRIGUES DA SILVA TAVARES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31403	513520	SAMARA RODRIGUES DA SILVA TAVARES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Os números racionais podem ser expressos como fração	Indeferido
31406	513520	SAMARA RODRIGUES DA SILVA TAVARES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	O recurso não procede, pois o conceito de commodities é amplamente consolidado na literatura econômica e nas fontes oficiais, definindo-as como mercadorias do setor primário, geralmente in natura ou com baixo grau de industrialização, cujos preços são determinados pelas bolsas de valores internacionais de acordo com a lei da oferta e da demanda. Portanto, a alternativa considerada correta permanece adequada, não havendo erro conceitual que justifique a alteração do gabarito ou a anulação da questão.	Indeferido

32974	513520	SAMARA RODRIGUES DA SILVA TAVARES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33128	490994	SANDRA FERREIRA BRAGA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

33217	490994	SANDRA FERREIRA BRAGA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31338	484577	SARA DE SOUSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31340	484577	SARA DE SOUSA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31777	510226	SARA MENDONÇA DA SILVA MORGADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	????????	Indeferido
33015	518563	SARAH ELIZABETH DE OLIVEIRA BENEDITO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33926	500350	SHANNA PINTO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33950	500350	SHANNA PINTO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33962	500350	SHANNA PINTO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33665	482905	SHEILA DA MOTA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33706	482905	SHEILA DA MOTA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido
33776	482905	SHEILA DA MOTA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33020	478534	SHIRLEY RODRIGUES DA COSTA LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32203	476746	SILAS BATISTA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32187	476746	SILAS BATISTA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32247	476746	SILAS BATISTA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32703	479917	SILVANA DA SILVA NATAN DE REZENDE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32298	490367	SOLANGE MARIA DE OLIVEIRA BIANCHINI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
32080	490367	SOLANGE MARIA DE OLIVEIRA BIANCHINI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32142	490367	SOLANGE MARIA DE OLIVEIRA BIANCHINI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32154	490367	SOLANGE MARIA DE OLIVEIRA BIANCHINI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

33874	519307	SONIA LUCIA MARTINS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31509	478580	SORAIA COSTA DE ARAUJO GUIMARÃES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32577	488390	SORAIA HELENA T RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32592	488390	SORAIA HELENA T RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32650	488390	SORAIA HELENA T RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32007	490758	STEFANY HILARIO DE FREITAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
32060	490758	STEFANY HILARIO DE FREITAS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33180	519910	STEPHANIE CHARLES MARQUES BUNDAI	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31823	504293	STEPHANY DE SOUZA MARCOS DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31835	504293	STEPHANY DE SOUZA MARCOS DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32904	485579	STEPHANY FECURY XAVIER DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32907	485579	STEPHANY FECURY XAVIER DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32912	485579	STEPHANY FECURY XAVIER DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32921	501402	SUELAINÉ BANDA MACHADO DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32931	501402	SUELAINÉ BANDA MACHADO DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31985	513433	SUELANE COUTINHO DE OLIVEIRA RAMOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32412	513433	SUELANE COUTINHO DE OLIVEIRA RAMOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido

33127	509541	SUELEN FRIAS CAPELLUPPE CORREIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33167	509541	SUELEN FRIAS CAPELLUPPE CORREIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33188	509541	SUELEN FRIAS CAPELLUPPE CORREIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33732	509541	SUELEN FRIAS CAPELLUPPE CORREIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33786	509541	SUELEN FRIAS CAPELLUPPE CORREIA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33025	480042	SUZANA SILVA DE LIMA BRANCO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33032	480042	SUZANA SILVA DE LIMA BRANCO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32156	493424	SUZANNE PORTO LIMEIRA PASSOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32161	493424	SUZANNE PORTO LIMEIRA PASSOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32167	493424	SUZANNE PORTO LIMEIRA PASSOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33372	509855	TAIANE KELI SILVA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33396	509855	TAIANE KELI SILVA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32384	493227	TAINÁ GLEICE DO NASCIMENTO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32441	493227	TAINÁ GLEICE DO NASCIMENTO DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31486	478287	TAINÁ NOGUEIRA LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31496	478287	TAINÁ NOGUEIRA LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31503	478287	TAINÁ NOGUEIRA LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32451	478287	TAINÁ NOGUEIRA LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32476	478287	TAINÁ NOGUEIRA LOPES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31687	499361	TAÍS MAGARÃO RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31694	499361	TAÍS MAGARÃO RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31703	499361	TAÍS MAGARÃO RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32433	490948	TAISE FREITAS EDUARDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32474	490948	TAISE FREITAS EDUARDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32518	490948	TAISE FREITAS EDUARDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32217	481033	TALLITA GUARANI DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32258	481033	TALLITA GUARANI DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33257	494881	TAMIRES ALMEIDA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

33268	494881	TAMIRES ALMEIDA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33275	494881	TAMIRES ALMEIDA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33945	502275	TAMIRES MARQUES FURLANETTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32666	502662	TATIANE DA SILVA ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33843	500029	TATIANE DE FARIAS SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundação, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33813	500029	TATIANE DE FARIAS SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33834	500029	TATIANE DE FARIAS SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33860	500029	TATIANE DE FARIAS SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33003	495673	TATIANE DOS SANTOS DE MATOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido

33011	495673	TATIANE DOS SANTOS DE MATOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33016	495673	TATIANE DOS SANTOS DE MATOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32987	502106	TELMA PEREIRA DA CONCEICAO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33585	480826	THAIANE DA ROCHA CORREA DE AZEREDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
33250	499223	THAINÁ VENANCIO ANDRÉ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33270	499223	THAINÁ VENANCIO ANDRÉ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33283	499223	THAINÁ VENANCIO ANDRÉ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33294	499223	THAINÁ VENANCIO ANDRÉ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33301	499223	THAINÁ VENANCIO ANDRÉ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33363	496246	THAINARA SANT'ANA GAIA GERALDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33383	496246	THAINARA SANT'ANA GAIA GERALDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33391	496246	THAINARA SANT'ANA GAIA GERALDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33410	496246	THAINARA SANT'ANA GAIA GERALDO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32096	502130	THAIS DE OLIVEIRA CARDOSO RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32128	502130	THAIS DE OLIVEIRA CARDOSO RODRIGUES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32353	490418	THAIS DOS SANTOS SIMOES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

32371	490418	THAIS DOS SANTOS SIMOES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32749	490418	THAIS DOS SANTOS SIMOES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32357	503587	THAIS LOPES TEODORO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32363	503587	THAIS LOPES TEODORO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32379	503587	THAIS LOPES TEODORO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32335	480805	THAÍS NASCIMENTO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32302	480805	THAÍS NASCIMENTO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32257	480805	THAÍS NASCIMENTO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

31637	510601	THAÍS THAMIRES SAGRILLO ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31658	510601	THAÍS THAMIRES SAGRILLO ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31747	510601	THAÍS THAMIRES SAGRILLO ALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32270	478985	THALÍA DA COSTA BANTIM	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32370	478985	THALÍA DA COSTA BANTIM	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido

31768	479492	THAMIRES DANIELE VIEIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
31801	479492	THAMIRES DANIELE VIEIRA DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33719	518978	THAMIRIS DA SILVA MUNIZ ARISTÓTELES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33761	518978	THAMIRIS DA SILVA MUNIZ ARISTÓTELES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32198	497446	THATIANNE PANTALEÃO DOURADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32074	497446	THATIANNE PANTALEÃO DOURADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. Alternativa correta: A readaptação depende de inspeção médica que comprove limitação física ou mental do servidor. Art. 23 Incorreta: A readaptação não permite mudança de cargo para outro com atribuições ou escolaridade diferentes. Art. 24 Incorreta: A atividade readaptada deve ser da mesma natureza da anterior, não distinta. Art. 23, §2º Incorreta: A readaptação independe de existência de vaga, sendo dever da Administração providenciá-la. Art. 24	Indeferido
32113	497446	THATIANNE PANTALEÃO DOURADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32164	497446	THATIANNE PANTALEÃO DOURADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32188	497446	THATIANNE PANTALEÃO DOURADO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31915	514187	THAYANE DOS SANTOS LAGE DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31925	514187	THAYANE DOS SANTOS LAGE DA COSTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32396	491343	THAYANNE GOMES DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32424	491343	THAYANNE GOMES DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32472	491343	THAYANNE GOMES DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32591	500835	THAYENE TRAJANO DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32660	500835	THAYENE TRAJANO DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32795	478746	THAYLAN DA SILVA GUIMARAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
31936	494768	THAYNÁ SILVA DE ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

31957	494768	THAYNÁ SILVA DE ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31987	494768	THAYNÁ SILVA DE ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido

31999	494768	THAYNÁ SILVA DE ALMEIDA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33849	516158	THAYNA VICTORIA DA SILVA OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32429	492326	THIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32439	492326	THIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32452	492326	THIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32480	492326	THIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32503	492326	THIAGO DE OLIVEIRA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32831	506573	THIAGO MAGALHAES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

32834	506573	THIAGO MAGALHAES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32836	506573	THIAGO MAGALHAES DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31343	489091	THIAGO MARIANO DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32306	490802	THUANY CRISTINA RIOS BEZERRA AMANCIO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33386	485688	VALDINEIA SILVA DE MOURA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33393	485688	VALDINEIA SILVA DE MOURA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33399	485688	VALDINEIA SILVA DE MOURA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33400	485688	VALDINEIA SILVA DE MOURA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33406	485688	VALDINEIA SILVA DE MOURA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
31953	495555	VALQUIRIA COSTA MARTINS CAMARGO DAVID	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32273	512727	VANESSA GALDINO DA SILVA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32339	479007	VANESSA SOARES DE LUCENA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32274	479007	VANESSA SOARES DE LUCENA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32297	479007	VANESSA SOARES DE LUCENA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32365	479007	VANESSA SOARES DE LUCENA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

32352	513340	VANIA CRISTINA BEZERRA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32469	513340	VANIA CRISTINA BEZERRA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32595	513340	VANIA CRISTINA BEZERRA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33856	478902	VANILDA SILVA DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31765	505919	VERONICA DE CASSIA JACUTINGA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
33194	505919	VERONICA DE CASSIA JACUTINGA FERREIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

31410	479306	VERONICA PEREIRA DA PAIXAO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31436	479306	VERONICA PEREIRA DA PAIXAO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31454	479306	VERONICA PEREIRA DA PAIXAO DE SOUZA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

33481	488616	VINÍCIUS FREITAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33489	488616	VINÍCIUS FREITAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

33502	488616	VINÍCIUS FREITAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33506	488616	VINÍCIUS FREITAS DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33485	506979	VITORIA ALVES BEZERRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33496	506979	VITORIA ALVES BEZERRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

33505	506979	VITORIA ALVES BEZERRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
33510	506979	VITORIA ALVES BEZERRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33513	506979	VITORIA ALVES BEZERRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
31609	506677	VITÓRIA ANDRADE COSTA DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido

31610	506677	VITÓRIA ANDRADE COSTA DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31613	506677	VITÓRIA ANDRADE COSTA DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31616	506677	VITÓRIA ANDRADE COSTA DE LIMA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido

31794	486912	VITÓRIA CORREA LAURIANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
31803	486912	VITÓRIA CORREA LAURIANO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32508	482313	VITÓRIA OLIVEIRA DE CARVALHO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32743	506807	VIVIAN DE MATTOS COUTINHO CORDEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32275	489860	VIVIAN MACHADO DA MATA GONCALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32243	489860	VIVIAN MACHADO DA MATA GONCALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
32261	489860	VIVIAN MACHADO DA MATA GONCALVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

32146	502501	VIVIAN ROSA QUEIROZ	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32317	479660	VIVIANA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32336	479660	VIVIANA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analisando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32378	479660	VIVIANA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33256	479660	VIVIANA SILVA DOS SANTOS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32742	506800	VIVIANE DE MATTOS COUTINHO CORDEIRO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
32841	500089	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI: https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
32419	500089	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. É um Objeto direto, que é um complemento verbal.	Indeferido

32422	500089	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. Revise a questão.	Indeferido
32428	500089	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Analizando seu recurso, consideramos improcedente. O valor do Gerúndio, no caso, é de finalidade tão somente. "a fim de".	Indeferido
32442	500089	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32835	500089	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
32839	500089	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

32840	500089	VIVIANE TAVEIRA DE JESUS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32316	512357	VIVIANE VIEIRA COSTA DUTRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Conforme explica Vygotsky, “a memória de crianças mais velhas não é apenas diferente da memória de crianças mais novas; ela assume também um papel distinto na atividade cognitiva”. Ele destaca que, “em fases bem iniciais da infância, a memória é uma das funções psicológicas centrais, em torno da qual se constroem todas as outras funções”, sendo que, para a criança muito pequena, “pensar significa lembrar”. À medida que cresce, o pensamento deixa de depender exclusivamente da memória e passa a se estruturar de maneira mais abstrata e lógica, como indicam os trechos em que o autor afirma que “o conteúdo do ato de pensar na criança é determinado não tanto pela estrutura lógica do conceito em si, mas por suas lembranças concretas” e que “o caráter do pensamento infantil é sincrético e reflete o fato de depender, antes de mais nada, da memória”. Assim, apenas nas fases iniciais da infância a memória ocupa posição central; depois, ela perde esse caráter central à medida que outras funções psicológicas se desenvolvem. Portanto, a alternativa que atribui essa centralidade à memória em todas as idades contraria o pensamento de Vygotsky. Fonte: A formação social da mente Vygotski, L. S., 1991.	Indeferido

32206	512357	VIVIANE VIEIRA COSTA DUTRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO MICOTTI esclarece a pergunta “Se a criança ainda não sabe ler, como é possível aprender a ler, lendo?” revela, ao mesmo tempo, uma incredulidade diante do ato de ler por quem “não sabe ler” e uma concepção restrita de leitura, vinculada à metodologia tradicional. Conforme destacado pelo autor, a leitura não pode ser reduzida a um simples processo de decodificação ou de reprodução do pensamento do autor, mas envolve a interação entre estratégias de decifração e de compreensão, conforme o modelo interativo, no qual o leitor atribui sentido ao texto durante o ato de ler. Assim, o processo de aprendizagem ocorre justamente pela integração entre reconhecimento do código, antecipação e construção de significados, o que torna possível aprender a ler, lendo, contrariando a perspectiva de que seria uma atividade passiva ou meramente mecânica. Tópico do edital: 20. Construção do conhecimento 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão leitoral 25. Metodologia da linguagem: objetivos do trabalho com a linguagem verbal na escola. 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita Referências MICOTTI, O. C. M. A construção da leitura e da escrita e o ensino. In: MORTATTI, L. R. M ; FRADE, S. A. C. I. Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos? Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.352p. DOI:https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0539-1.p169-187	Indeferido
32168	512357	VIVIANE VIEIRA COSTA DUTRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32185	512357	VIVIANE VIEIRA COSTA DUTRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33215	480407	WAGNER SILVA SALDANHA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33226	480407	WAGNER SILVA SALDANHA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
33267	480407	WAGNER SILVA SALDANHA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
34045	485729	WALECKSON BARBOSA CHAVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido

34054	485729	WALECKSON BARBOSA CHAVES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32196	480436	WALÉRIA SANTOS DE CARVALHO STESSE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32207	480436	WALÉRIA SANTOS DE CARVALHO STESSE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
32600	492426	WALQUIRIA SIQUEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

32762	492426	WALQUIRIA SIQUEIRA DA SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
31429	488035	WALTER RAMOS DA SILVA BATISTA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	I – Incorreta. Não é modalidade, é etapa. II – Incorreta. O termo correto do ECA é "permanente", não "fortuitamente". III – Incorreta. Foi incluído pela Lei nº 13.632/2018, não estava na redação original. IV – Incorreta. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) divide a Educação Infantil em dois grupos principais: Bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e Crianças pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses). Objetivos de Aprendizagem – Bebês (até 1 ano e 6 meses): Campo: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação EI01EF01: Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente. Ou seja, essa habilidade específica (explorar sons com o corpo e objetos) é claramente um objetivo para BEBÊS.	Indeferido
33965	516373	WASHINGTON CARVALHO DO NASCIMENTO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Recurso Indeferido. A alternativa correta está em conformidade com o disposto no art. 23, § 4º da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, conforme exigido expressamente no enunciado da questão. O critério de correção da questão se baseou na legislação municipal, sendo essa a referência normativa válida para o certame.	Indeferido
32626	492768	WELLINGTON ALVES DE ASSIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Improcedente. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
32632	492768	WELLINGTON ALVES DE ASSIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	A questão está clara e objetiva. Observe: "os excessos(...) podem reduzir/ e [podem] comprometer."	Indeferido
32636	492768	WELLINGTON ALVES DE ASSIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
32695	492768	WELLINGTON ALVES DE ASSIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Indefere-se, pois o gabarito está correto. A didática aplica na prática os princípios e teorias educacionais desenvolvidos pela pedagogia, atuando a seu serviço,	Indeferido
32697	492768	WELLINGTON ALVES DE ASSIS	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

31739	495104	YASMIM DOS SANTOS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
31745	495104	YASMIM DOS SANTOS SILVA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

32491	492015	YASMIN LOPES TEODORO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido
32506	492015	YASMIN LOPES TEODORO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido

32517	492015	YASMIN LOPES TEODORO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido
32522	492015	YASMIN LOPES TEODORO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
32526	492015	YASMIN LOPES TEODORO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido

33420	513399	YASMIN PEDROSA MORAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Com base nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCN), o recurso deve ser indeferido, pois a questão está plenamente alinhada ao que o documento orienta. O RCN destaca que a construção de aprendizagens significativas requer que a criança estabeleça relações entre os novos conteúdos e os conhecimentos prévios, possibilitando-lhes reorganizar, ampliar e ressignificar esses saberes. Esse processo está diretamente ligado ao desenvolvimento da cognição, pois, ao articular experiências anteriores com novas informações, a criança ativa e amplia suas estruturas mentais, tornando-se capaz de compreender, analisar e integrar novos conceitos. Assim, ao propor a roda de conversa, ouvir as falas das crianças, apresentar novos conteúdos e favorecer a comparação e o questionamento, a professora promove tanto a aprendizagem significativa quanto o desenvolvimento cognitivo descritos pelo RCN, não havendo, portanto, fundamento para a anulação da questão. Tópico do edital: 17. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. 1. Educação Infantil: etapas do desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos. 2. Objetivos da educação infantil. 6. Etapas do desenvolvimento psicomotor 18. Aprendendo a aprender. 1 Referências Brasil. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental.	Indeferido
33436	513399	YASMIN PEDROSA MORAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33447	513399	YASMIN PEDROSA MORAES	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33466	488832	YASMIN RODRIGUES ALEXANDRE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO As revoltas coloniais apresentaram causas distintas: a Guerra dos Emboabas (1707-1709) ocorreu em Minas Gerais, motivada pela disputa entre paulistas e forasteiros pela exploração do ouro; a Revolta dos Beckman (1684) aconteceu no Maranhão, contra o monopólio comercial da Companhia de Comércio e a restrição à escravidão indígena; a Guerra dos Mascates (1710-1711) envolveu comerciantes de Recife e senhores de engenho de Olinda em rivalidades econômicas e políticas; e a Revolta de Vila Rica (1720) foi um levante contra a criação das Casas de Fundição, responsáveis por controlar e taxar a produção aurífera. Tópico do edital: 32. Estudos sociais: economia e política no Brasil Colônia, no Império e na República; principais problemas socioeconômicos; Referência: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Didática, 1).	Indeferido
33484	488832	YASMIN RODRIGUES ALEXANDRE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33495	488832	YASMIN RODRIGUES ALEXANDRE	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33711	502917	YASMIN ROSA DE ARAUJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33988	502917	YASMIN ROSA DE ARAUJO	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Questão anulada em razão de inconsistência identificada em sua formulação.	Deferido
33637	483078	ZENITA CHAVES DE SÁ DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO Após análise do recurso, esclarece-se que, em uma perspectiva interacionista sociodiscursiva, Schneuwly (1985) e Cardoso (2002) apontam que a produção de textos envolve três instâncias principais: a criação de uma base de orientação, a gestão textual e a linearização. Conforme explicitado no Caderno 05 do MEC (2015), a linearização é compreendida como “um conjunto de operações que se destinam a transformar em texto o que foi pensado”, envolvendo a materialização do conteúdo planejado em palavras, frases e parágrafos, de forma organizada e sequencial. Ainda segundo Cardoso (2002), “a instância de linearização é a que fica visível na produção escrita”, sendo nesse nível que as ideias são ordenadas para atender ao objetivo comunicativo e ao interlocutor do texto. Assim, diante das definições apresentadas, a alternativa correta permanece sendo a linearização, razão pela qual o recurso é indeferido. Tópico do edital: 7. Processo de aprendizagem da leitura e da escrita. 22. Alfabetização: letramento, princípios do sistema alfabético de escrita, práticas sociais de leitura e escrita, oralidade, compreensão 26. Usos, funções e valores sociais da linguagem oral e da escrita. 27. O professor, o aluno e o processo de elaboração de textos escritos. 28. A construção da leitura e da escrita. Referências SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: didática da língua materna. São Paulo: Contexto, 1985. CARDOSO, A. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Brasília: MEC/SEB, 2002. BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. A oralidade, a leitura e a escrita no ciclo de alfabetização. Caderno 05 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.	Indeferido

33704	483078	ZENITA CHAVES DE SÁ DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	Convertendo 248,75 kg para miligramas, obtemos 248.750.000 mg. Como cada recipiente deve conter exatamente 7.250.000 mg, sem sobras parciais, realizamos a divisão $248.750.000 \div 7.250.000 = 34,3$. Assim, apenas 34 recipientes completos poderão ser enchidos, pois o enunciado deixa claro que não podem haver recipientes incompletos. Portanto, a resposta correta é 34. Ademais, o conteúdo está de acordo com o edital, pois envolve uma situação-problema que exige a aplicação das quatro operações para conversão de unidades e cálculo do número de recipientes, além de trabalhar com conceitos matemáticos e conjuntos numéricos ao lidar com números decimais e escalas diferentes (kg para mg). Dessa forma, a questão está plenamente alinhada aos itens previstos, contemplando situações-problemas, operações básicas e conjuntos numéricos.	Indeferido
33805	483078	ZENITA CHAVES DE SÁ DE OLIVEIRA	PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL AO 5º ANO)	RECURSO INDEFERIDO O exemplo de produtor nessa cadeia alimentar é o fitoplâncton, pois ele realiza fotossíntese e constitui a base da cadeia alimentar aquática, fornecendo energia para os demais níveis tróficos. Tópico do edital: 31. Ciências: transformações dos materiais na natureza; seres vivos e suas relações e interações ambientais, cadeia e teia alimentar; Referência: URITI MAIS CIÊNCIAS [livro eletrônico]: manual de práticas e acompanhamento da aprendizagem: digital / organizadora Editora Moderna; obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; editora responsável Ana Carolina de Almeida Yamamoto. – 1. ed. – São Paulo: Moderna, 2021. PDF. 4º ano: ensino fundamental: anos iniciais. Área: Ciências da Natureza. Componente: Ciências. ISBN 978-65-5816-214-8 (material digital em PDF).	Indeferido

Edital - Concurso Público 001/2025 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BELFORD ROXO					
Resultado dos Recursos contra o Gabarito Preliminar e questões das Provas Objetivas (NÍVEL MÉDIO COMPLETO)					
Código do recurso	Nº INSC	CANDIDATO	Vaga	Resposta do recurso	Status do recurso
34393	477921	ADRIANA MENDES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. Não há fundamentação a ser analisada.	Indeferido
34397	477921	ADRIANA MENDES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34073	495131	ADRIANO GONÇALVES DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34192	482790	ÁGATHA CRISTINA DA SILVA DO NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34200	482790	ÁGATHA CRISTINA DA SILVA DO NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34165	503749	ALESSANDRO DE OLIVEIRA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34171	503749	ALESSANDRO DE OLIVEIRA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34387	503749	ALESSANDRO DE OLIVEIRA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34407	503749	ALESSANDRO DE OLIVEIRA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34408	503749	ALESSANDRO DE OLIVEIRA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido

34065	507728	ALESSANDRO LUIZ DA SILVA SOARES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34464	499385	ALEX DUTRA DA SILVA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34465	499385	ALEX DUTRA DA SILVA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34467	499385	ALEX DUTRA DA SILVA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de "A Sua Excelência...". A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas "Ao Senhor" ou "À Senhora". A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido

34469	499385	ALEX DUTRA DA SILVA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34193	506174	ALEXANDRE PINHEIRO DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34287	480500	ALICE SANTOS DE CARVALHO STESSE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. A alternativa correta é a letra (A), com a sequência V – F – V – V, conforme dispõe o Estatuto dos Servidores de Belford Roxo: • ☒ readaptação é hipótese de vacância (Art. 33, IV); • ☒ exoneração não depende de processo administrativo disciplinar, podendo ocorrer a pedido ou de ofício (Art. 34); • ☒ promoção, aposentadoria e falecimento são formas de vacância (Art. 33, III, V e VII); • ☒ demissão também é causa de vacância, conforme previsto em lei (Art. 33, II).	Indeferido
34133	507460	ALINE DOS SANTOS LEAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Observe o comando da questão: (...) "justifica-se pelo fato de...(exigir/estar). Portanto, não há erro de concordância, e sim de interpretação de sua parte.	Indeferido
34136	507460	ALINE DOS SANTOS LEAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão leva em conta o contexto: portanto, o gabarito oficial está correto	Indeferido
34403	506998	AMANDA MEL DE SOUZA DE QUEIROZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido

34405	506998	AMANDA MEL DE SOUZA DE QUEIROZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34414	506998	AMANDA MEL DE SOUZA DE QUEIROZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34417	506998	AMANDA MEL DE SOUZA DE QUEIROZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34221	510173	ANA FLÁVIA MAGALHÃES ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34341	514420	ANA GRAZIELLE BARBOSA SIFUENTES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34069	490274	ANA KAROLAINÉ MAFRA PACÍFICO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34166	512646	ANDRESSA MEDEIROS DE MELO GOMES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34402	482650	ANIELE SOUZA CASTRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exija justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34438	482207	ANNA CAROLINE BRANDÃO ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34440	482207	ANNA CAROLINE BRANDÃO ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34342	520857	ANNA MARCELY RODRIGUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34063	508491	ANTONIO CARLOS SOUZA SOARES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. O erro material não compromete a clareza do conteúdo, uma vez que os critérios listados, correspondem fielmente ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.112/1990, o que permitiu aos candidatos reconhecerem corretamente o conteúdo exigido.	Indeferido
34187	493958	APARECIDA MATIAS CORDEIRO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34368	518785	ARYANA DA SILVA COSTA MARINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34369	518785	ARYANA DA SILVA COSTA MARINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34373	518785	ARYANA DA SILVA COSTA MARINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34060	518694	ÁTILA MASTRANGE DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34059	488365	AURELIANO FREIRES DA SILVA FILHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido

34329	495102	AYRTON PIREDA DE SOUZA PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34330	495102	AYRTON PIREDA DE SOUZA PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34151	502986	BEATRIZ OLIVEIRA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34429	487311	BRENDA LORRANE SOUZA DA CRUZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34430	487311	BRENDA LORRANE SOUZA DA CRUZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34297	505382	BRUNO LEIROS FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34300	505382	BRUNO LEIROS FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34108	513689	BRUNO RENATO SOUTULHO FARINHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34112	513689	BRUNO RENATO SOUTULHO FARINHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido

34117	513689	BRUNO RENATO SOUTULHO FARINHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34177	492006	CAMILA ALMEIDA TEÓFILO PEREIRA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34178	492006	CAMILA ALMEIDA TEÓFILO PEREIRA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34242	492006	CAMILA ALMEIDA TEÓFILO PEREIRA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34181	503044	CARLA CRISTINA DE SOUSA AIRES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34194	503044	CARLA CRISTINA DE SOUSA AIRES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34231	503044	CARLA CRISTINA DE SOUSA AIRES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34343	512083	CARLOS RAFAEL GONCALVES CUNHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34336	481613	CAROLINE FERREIRA NEVES DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido

34436	500900	CÁSSIA CRISTINA DORIA SANTIAGO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34094	501336	CINTHIA DIAS RODRIGUES DOS PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34349	501336	CINTHIA DIAS RODRIGUES DOS PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34350	501336	CINTHIA DIAS RODRIGUES DOS PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34352	501336	CINTHIA DIAS RODRIGUES DOS PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34353	501336	CINTHIA DIAS RODRIGUES DOS PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Não é esse o principal assunto. O gabarito oficial está correto.	Indeferido
34355	501336	CINTHIA DIAS RODRIGUES DOS PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto. O autor não afirma que a principal desvantagem é o impacto psicológico individual, ele apenas menciona a "baixa autoestima" como um exemplo de um conjunto de prejuízos.	Indeferido
34356	501336	CINTHIA DIAS RODRIGUES DOS PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão leva em conta o contexto; portanto, o gabarito está correto.	Indeferido
34421	522854	CLARICE DA COSTA LEONARDELLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções ("capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas"), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34259	494806	CLÁUDIA FELICIANO DE PAULA LUCIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome "Fernandes" antecede os demais em ordem alfabética, seguido por "Gusmão" e, posteriormente, por "Silva". Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34263	494806	CLÁUDIA FELICIANO DE PAULA LUCIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34270	494806	CLÁUDIA FELICIANO DE PAULA LUCIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido

34443	493641	CLEIDE CARLA SILVA BARRÊTO DE MESQUITA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34444	493641	CLEIDE CARLA SILVA BARRÊTO DE MESQUITA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34448	493641	CLEIDE CARLA SILVA BARRÊTO DE MESQUITA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34390	483218	DAIANA CABRAL CORTE DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34104	488157	DAIANE DE ASSIS TEIXEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34197	488157	DAIANE DE ASSIS TEIXEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34212	518482	DANIEL ALEXANDER BATISTA LACERDA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34213	518482	DANIEL ALEXANDER BATISTA LACERDA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34215	518482	DANIEL ALEXANDER BATISTA LACERDA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34234	518482	DANIEL ALEXANDER BATISTA LACERDA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. A alternativa correta é a letra (A), com a sequência V – F – V – V, conforme dispõe o Estatuto dos Servidores de Belford Roxo: • ~~A~~ readaptação é hipótese de vacância (Art. 33, IV); • ~~A~~ exoneração não depende de processo administrativo disciplinar, podendo ocorrer a pedido ou de ofício (Art. 34); • ~~A~~ promoção, aposentadoria e falecimento são formas de vacância (Art. 33, III, V e VII); • ~~A~~ demissão também é causa de vacância, conforme previsto em lei (Art. 33, II).	Indeferido
34147	507945	DANIEL FERNANDES DA SILVA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34153	507945	DANIEL FERNANDES DA SILVA JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34071	507855	DANIEL LOPES DA COSTA AZEVEDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34132	507855	DANIEL LOPES DA COSTA AZEVEDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido

34382	484024	DANIELE FERREIRA DE CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34383	484024	DANIELE FERREIRA DE CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34385	484024	DANIELE FERREIRA DE CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34389	484024	DANIELE FERREIRA DE CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito deve ser mantido, pois o recurso correto para dar um espaço maior na primeira linha de cada parágrafo no Microsoft Word é o “Recuo Especial – Primeira linha”, disponível nas opções de formatação de parágrafo. O ajuste de espaçamento entre linhas modifica todo o texto, e não apenas a primeira linha; a inserção de quebras de página não tem relação com recuo; e a aplicação de estilos como “Título 1” serve para hierarquizar títulos, e não para formatar parágrafos. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito corresponde exatamente à função adequada, não havendo motivo para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34078	497990	DANIELE LUCAS DE ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito deve ser mantido, pois o recurso correto para dar um espaço maior na primeira linha de cada parágrafo no Microsoft Word é o “Recuo Especial – Primeira linha”, disponível nas opções de formatação de parágrafo. O ajuste de espaçamento entre linhas modifica todo o texto, e não apenas a primeira linha; a inserção de quebras de página não tem relação com recuo; e a aplicação de estilos como “Título 1” serve para hierarquizar títulos, e não para formatar parágrafos. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito corresponde exatamente à função adequada, não havendo motivo para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34409	487773	DANIELE SOUZA DIAS MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34109	515277	DANIELLA NASCIMENTO LUIZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. A alternativa correta é a letra (A), com a sequência V – F – V – V, conforme dispõe o Estatuto dos Servidores de Belford Roxo: • ☐ readaptação é hipótese de vacância (Art. 33, IV); • ☐ exoneração não depende de processo administrativo disciplinar, podendo ocorrer a pedido ou de ofício (Art. 34); • ☐ promoção, aposentadoria e falecimento são formas de vacância (Art. 33, III, V e VII); • ☐ demissão também é causa de vacância, conforme previsto em lei (Art. 33, II).	Indeferido
34120	515277	DANIELLA NASCIMENTO LUIZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34173	515277	DANIELLA NASCIMENTO LUIZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão descreve um fenômeno específico de conservação documental: o aparecimento de manchas castanhas no papel, cuja origem ainda é debatida, podendo estar associada tanto a causas microbiológicas quanto à oxidação de impurezas metálicas. Esse processo é bastante comum em papéis ácidos ou emoldurados com materiais de baixa qualidade e recebe o nome de foxing. As demais opções não correspondem de forma precisa ao enunciado: a fragilização refere-se à perda de resistência física do suporte; a descoloração diz respeito ao esmaecimento das tintas ou do próprio papel; e a acidificação está relacionada ao acúmulo de ácidos que degradam as fibras do papel, mas não se manifesta necessariamente na forma de manchas castanhas.	Indeferido
34180	515277	DANIELLA NASCIMENTO LUIZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34077	477926	DARLENE DOS SANTOS DE ARAÚJO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34186	477926	DARLENE DOS SANTOS DE ARAÚJO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34305	498359	DAVID VIANNA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34331	498359	DAVID VIANNA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão descreve um fenômeno específico de conservação documental: o aparecimento de manchas castanhas no papel, cuja origem ainda é debatida, podendo estar associada tanto a causas microbiológicas quanto à oxidação de impurezas metálicas. Esse processo é bastante comum em papéis ácidos ou emoldurados com materiais de baixa qualidade e recebe o nome de foxing. As demais opções não correspondem de forma precisa ao enunciado: a fragilização refere-se à perda de resistência física do suporte; a descoloração diz respeito ao esmaecimento das tintas ou do próprio papel; e a acidificação está relacionada ao acúmulo de ácidos que degradam as fibras do papel, mas não se manifesta necessariamente na forma de manchas castanhas.	Indeferido

34249	485439	DEBORA CARDOSO NUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão descreve um fenômeno específico de conservação documental: o aparecimento de manchas castanhas no papel, cuja origem ainda é debatida, podendo estar associada tanto a causas microbiológicas quanto à oxidação de impurezas metálicas. Esse processo é bastante comum em papéis ácidos ou emoldurados com materiais de baixa qualidade e recebe o nome de foxing. As demais opções não correspondem de forma precisa ao enunciado: a fragilização refere-se à perda de resistência física do suporte; a descoloração diz respeito ao esmaecimento das tintas ou do próprio papel; e a acidificação está relacionada ao acúmulo de ácidos que degradam as fibras do papel, mas não se manifesta necessariamente na forma de manchas castanhas.	Indeferido
34254	485439	DEBORA CARDOSO NUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34256	485439	DEBORA CARDOSO NUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34261	485439	DEBORA CARDOSO NUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34267	485439	DEBORA CARDOSO NUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Qual o seu argumento?	Indeferido
34363	490834	DÉBORA ELIANA DE LIMA PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido

34365	490834	DÉBORA ELIANA DE LIMA PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34102	492497	DEYVISON DOS SANTOS ROSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34070	501083	DOUGLAS MARINHO OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34183	513779	EDUARDO FELIPE SOARES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão descreve um fenômeno específico de conservação documental: o aparecimento de manchas castanhas no papel, cuja origem ainda é debatida, podendo estar associada tanto a causas microbiológicas quanto à oxidação de impurezas metálicas. Esse processo é bastante comum em papéis ácidos ou emoldurados com materiais de baixa qualidade e recebe o nome de foxing. As demais opções não correspondem de forma precisa ao enunciado: a fragilização refere-se à perda de resistência física do suporte; a descoloração diz respeito ao esmaecimento das tintas ou do próprio papel; e a acidificação está relacionada ao acúmulo de ácidos que degradam as fibras do papel, mas não se manifesta necessariamente na forma de manchas castanhas.	Indeferido
34337	491860	ELAINE DOS SANTOS PAULA DUTRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34364	497797	ÉLEDA CHRISTINNE NASCIMENTO RODRIGUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34158	482470	ELISABETE CRISTINA DA SILVA ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34160	482470	ELISABETE CRISTINA DA SILVA ALMEIDA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34229	504109	ERISON ELIODORIO BATISTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34257	504109	ERISON ELIODORIO BATISTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. — 3. ed., rev., atual. e ampl. — Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido

34121	522583	FABIANA SUELI DOS SANTOS FERREIRA DA SILVA TEIXEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34123	522583	FABIANA SUELI DOS SANTOS FERREIRA DA SILVA TEIXEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34388	494680	FERNANDA CONCEIÇÃO DA SILVA BRITO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34391	494680	FERNANDA CONCEIÇÃO DA SILVA BRITO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34237	509627	FERNANDA DE A S PINTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34238	509627	FERNANDA DE A S PINTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois o comportamento descrito no enunciado — estabilidade do consumo, seguido de aumento acentuado em determinado período e posterior retorno ao nível anterior — corresponde conceitualmente à demanda sazonal, caracterizada por oscilações de consumo ligadas a determinados momentos, épocas ou eventos, ainda que não tenham sido explicitamente citados no texto. Não se trata de demanda regular, que é constante ao longo do tempo; tampouco de demanda tendencial, que apresenta crescimento ou declínio progressivo e contínuo; nem de demanda decrescente, que indica redução permanente. Dessa forma, a alternativa assinalada como correta reflete a definição consagrada em gestão de demanda e deve ser mantida.	Indeferido
34239	509627	FERNANDA DE A S PINTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34398	509420	FERNANDA DE SOUZA DE QUEIROZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34406	509420	FERNANDA DE SOUZA DE QUEIROZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. — 3. ed., rev., atual. e ampl. — Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34416	509420	FERNANDA DE SOUZA DE QUEIROZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34086	477062	FERNANDA RANGEL MAGALHÃES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34134	476526	FILIPPE DOS SANTOS GOMES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34141	476526	FILIPPE DOS SANTOS GOMES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34148	476526	FILIPPE DOS SANTOS GOMES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34163	476526	FILIPPE DOS SANTOS GOMES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34089	476681	FLÁVIA ALVES DE SENA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34323	495166	GABRIEL ROCHA GONÇALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34325	495166	GABRIEL ROCHA GONÇALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34327	495166	GABRIEL ROCHA GONÇALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito que aponta como incorreta a afirmação de que empatia corresponde ao tratamento equânime e impessoal das pessoas. A empatia, na realidade, envolve a capacidade de compreender e se colocar no lugar do outro, criando vínculos de aproximação e favorecendo o chamado “rapport”, o que a torna incompatível com a ideia de impessoalidade. As demais assertivas refletem corretamente conceitos relacionados ao atendimento ao público, como o comportamento receptivo, caracterizado pela postura aberta e prestativa, e a flexibilidade necessária diante das especificidades de cada situação, que impede a adoção de scripts rígidos. Assim, não há fundamento para alteração do gabarito preliminar.	Indeferido
34415	481407	GEOVANNA ALVES DA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão está clara e objetiva.	Indeferido

34418	502647	GIRLÂNIA MARIA DA SILVA LOUREIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34311	509320	GISELE DA PENHA MANHÃES MONTEIRO HARDOIM	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34447	509320	GISELE DA PENHA MANHÃES MONTEIRO HARDOIM	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34111	477336	GLAUCE CANUTO MENDES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34116	477336	GLAUCE CANUTO MENDES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido

34395	477336	GLAUCE CANUTO MENDES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34399	477336	GLAUCE CANUTO MENDES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34061	481545	GLAUCIA CORTEZ DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. O erro material não compromete a clareza do conteúdo, uma vez que os critérios listados, correspondem fielmente ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.112/1990, o que permitiu aos candidatos reconhecerem corretamente o conteúdo exigido.	Indeferido
34149	481545	GLAUCIA CORTEZ DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34162	481545	GLAUCIA CORTEZ DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34124	502594	GUILHERME ANGELO LEAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34374	502594	GUILHERME ANGELO LEAL	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34235	510238	GUILHERME DA SILVA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34347	498136	HELEN JULIANA MARQUES DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34348	498136	HELEN JULIANA MARQUES DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Tópico do edital: 12. Conhecimentos sobre administração de materiais.	Indeferido
34344	497101	HELLEN DOMINGOS DE PAULA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto. Examine melhor a questão. A palavra "acesso" exige complemento.	Indeferido

34345	497101	HELLEN DOMINGOS DE PAULA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34346	497101	HELLEN DOMINGOS DE PAULA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34142	506781	HIGOR GUILHERME AFFONSO BEZERRA CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34145	506781	HIGOR GUILHERME AFFONSO BEZERRA CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34152	506781	HIGOR GUILHERME AFFONSO BEZERRA CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34159	506781	HIGOR GUILHERME AFFONSO BEZERRA CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34091	488655	INGRID DOS SANTOS GARCIA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34394	515029	INGRID LOPES DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34156	510134	ISACC ARAUJO PEREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34260	514114	ISAUQUE GUIMARÃES DE CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34135	507338	ISAUQUE SILVA DORNELAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34167	485905	IVAN PEREIRA DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34170	485905	IVAN PEREIRA DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34172	485905	IVAN PEREIRA DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34461	488654	JACIARA MACHADO MAMEDIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34458	488654	JACIARA MACHADO MAMEDIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34100	496857	JANSEN NUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34113	496857	JANSEN NUNES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34208	510090	JEANE PRISCILA VIEIRA SECRON	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão está clara e objetiva. O substantivo "acesso" exige complemento.	Indeferido
34137	476787	JEFERSON DOS SANTOS SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito oficial está correto. A "crase" ocorreu devido ao substantivo "acesso".	Indeferido
34299	476787	JEFERSON DOS SANTOS SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34354	476787	JEFERSON DOS SANTOS SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34130	487673	JEFFERSON NASCIMENTO DA FONSECA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito oficial está correto. A "crase" ocorreu devido ao substantivo "acesso".	Indeferido

34195	487673	JEFFERSON NASCIMENTO DA FONSECA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34096	523443	JÉSSICA DE OLIVEIRA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34115	523443	JÉSSICA DE OLIVEIRA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34384	520329	JOAO FELIPE DE OLIVEIRA CARDIM MARTINS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34095	496997	JOÃO MARCO CARDOSO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34359	496997	JOÃO MARCO CARDOSO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34332	494931	JOÃO VICTOR LACERDA MEDEIROS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34333	494931	JOÃO VICTOR LACERDA MEDEIROS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34155	480859	JONATAN DA COSTA DAMIAO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido

34217	480859	JONATAN DA COSTA DAMIAO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34068	485830	JORGE SANTIAGO DUTRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34316	485830	JORGE SANTIAGO DUTRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão está correta, não havendo necessidade de correção.	Indeferido
34304	485830	JORGE SANTIAGO DUTRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34315	485830	JORGE SANTIAGO DUTRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34476	520522	JOSÉ FERREIRA JÚNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. O erro material não compromete a clareza do conteúdo, uma vez que os critérios listados, correspondem fielmente ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.112/1990, o que permitiu aos candidatos reconhecerem corretamente o conteúdo exigido.	Indeferido

34340	483510	JOSUÉ VIEIRA DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34083	509861	JOYCE KALYNNE DE OLIVEIRA PINHEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34309	498107	JOYCE MOREIRA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. A alternativa (C) está claramente incorreta, conforme o Estatuto dos Servidores Públicos de Belford Roxo, pois a investidura em cargo público depende de inspeção médica oficial. O enunciado da alternativa C afirma que essa exigência é dispensada se houver laudo particular, o que não é permitido por lei.	Indeferido
34310	498107	JOYCE MOREIRA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34312	498107	JOYCE MOREIRA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34313	498107	JOYCE MOREIRA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34210	490144	JULIA DE OLIVEIRA ALBERNAZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34328	490144	JULIA DE OLIVEIRA ALBERNAZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34319	490144	JULIA DE OLIVEIRA ALBERNAZ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34322	491848	JULIANA GONÇALVES DE SOUSA BARROS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido

34324	491848	JULIANA GONÇALVES DE SOUSA BARROS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34090	485958	JULIANA SANTOS DE OLIVEIRA LEMOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34125	485958	JULIANA SANTOS DE OLIVEIRA LEMOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34431	516194	JÚLIO CÉSAR DE SOUZA CORREIA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido

34433	516194	JÚLIO CÉSAR DE SOUZA CORREIA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34434	516194	JÚLIO CÉSAR DE SOUZA CORREIA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34098	482143	JÚLIO CESAR FERNANDES SOUZA OLMO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão descreve um fenômeno específico de conservação documental: o aparecimento de manchas castanhas no papel, cuja origem ainda é debatida, podendo estar associada tanto a causas microbiológicas quanto à oxidação de impurezas metálicas. Esse processo é bastante comum em papéis ácidos ou emoldurados com materiais de baixa qualidade e recebe o nome de foxing. As demais opções não correspondem de forma precisa ao enunciado: a fragilização refere-se à perda de resistência física do suporte; a descoloração diz respeito ao esmaecimento das tintas ou do próprio papel; e a acidificação está relacionada ao acúmulo de ácidos que degradam as fibras do papel, mas não se manifesta necessariamente na forma de manchas castanhas.	Indeferido
34376	478433	KARINE DA SILVEIRA CASTRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34380	478433	KARINE DA SILVEIRA CASTRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34381	478433	KARINE DA SILVEIRA CASTRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34067	496142	KARLA DE FREITAS NASCIMENTO PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34218	496142	KARLA DE FREITAS NASCIMENTO PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34220	496142	KARLA DE FREITAS NASCIMENTO PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34224	496142	KARLA DE FREITAS NASCIMENTO PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34225	496142	KARLA DE FREITAS NASCIMENTO PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34228	496142	KARLA DE FREITAS NASCIMENTO PASSOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34298	476491	KEVIN WASHINGTON PEREIRA AVELINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34449	512679	LAIR RUTE RODRIGUES ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34106	483771	LAÍS DA SILVA DUARTE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34168	483771	LAÍS DA SILVA DUARTE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34471	494201	LÁZARO TAVARES RIBEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34473	494201	LÁZARO TAVARES RIBEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34082	490425	LEONARDO WELLINGTON NASCIMENTO DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34174	490425	LEONARDO WELLINGTON NASCIMENTO DE LIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34099	509856	LIVIA LUIZ MACEDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34367	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34371	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Observe o comando da questão: (...) "justifica-se pelo fato de...(exigir/estar). Portanto, não há erro de concordância, e sim de interpretação de sua parte.	Indeferido
34372	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções ("capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas"), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34375	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de "A Sua Excelência...". A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas "Ao Senhor" ou "À Senhora". A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34377	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido

34456	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34457	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34459	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34460	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34462	485332	LIZANDRA DE MACEDO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Observe o comando da questão: (...) "justifica-se pelo fato de...(exigir/estar). Portanto, não há erro de concordância, e sim de interpretação de sua parte.	Indeferido

34419	506929	LUCAS DA SILVA GONZAGA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34442	477950	LUCAS DIONÍSIO VIANNA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34114	516106	LUCAS DOS SANTOS PAVÃO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34301	516106	LUCAS DOS SANTOS PAVÃO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34307	516106	LUCAS DOS SANTOS PAVÃO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34357	482677	LUCIANA SANTOS DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34185	489014	LUCIANA SILVA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34211	489014	LUCIANA SILVA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido

34214	489014	LUCIANA SILVA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34216	489014	LUCIANA SILVA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34222	489014	LUCIANA SILVA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34227	489014	LUCIANA SILVA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34233	489014	LUCIANA SILVA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito deve ser mantido, pois o recurso correto para dar um espaço maior na primeira linha de cada parágrafo no Microsoft Word é o “Recuo Especial – Primeira linha”, disponível nas opções de formatação de parágrafo. O ajuste de espaçamento entre linhas modifica todo o texto, e não apenas a primeira linha; a inserção de quebras de página não tem relação com recuo; e a aplicação de estilos como “Título 1” serve para hierarquizar títulos, e não para formatar parágrafos. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito corresponde exatamente à função adequada, não havendo motivo para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34129	508423	LUCIANO COSTA SANCIER MONTE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34076	515190	LUCIANO DE SOUZA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Onde estão seus argumentos?	Indeferido
34128	484179	LUCIENE DO NASCIMENTO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34360	484179	LUCIENE DO NASCIMENTO SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34058	505838	LUIS FERNANDO DE CARVALHO CORREIA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido

34334	485952	LUIS FERNANDO LOPES DA SILVA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34335	485952	LUIS FERNANDO LOPES DA SILVA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34127	506502	LUIZ GUSTAVO NUNES MACHADO PIMENTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34131	506502	LUIZ GUSTAVO NUNES MACHADO PIMENTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34243	506502	LUIZ GUSTAVO NUNES MACHADO PIMENTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34466	482554	MARCELENE MORAES LIMA ALEXANDRE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34468	482554	MARCELENE MORAES LIMA ALEXANDRE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34306	478680	MARCELLE VITORIA DELFINO MARQUES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34320	478680	MARCELLE VITORIA DELFINO MARQUES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido

34326	478680	MARCELLE VITORIA DELFINO MARQUES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34084	513342	MARCILENE DA SILVA GAMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34379	520174	MARCOS ANTONIO ALVES DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34396	520174	MARCOS ANTONIO ALVES DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34401	520174	MARCOS ANTONIO ALVES DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito deve ser mantido, pois o recurso correto para dar um espaço maior na primeira linha de cada parágrafo no Microsoft Word é o “Recuo Especial – Primeira linha”, disponível nas opções de formatação de parágrafo. O ajuste de espaçamento entre linhas modifica todo o texto, e não apenas a primeira linha; a inserção de quebras de página não tem relação com recuo; e a aplicação de estilos como “Título 1” serve para hierarquizar títulos, e não para formatar parágrafos. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito corresponde exatamente à função adequada, não havendo motivo para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34445	490014	MARIA EDUARDA ALVES NASCIMENTO DOS REIS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34092	483728	MARIA EDUARDA DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34362	479953	MARIA HELENA MARTINS DE ABCASSIS BERNARDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34411	495439	MARTA COSTA HIPOLITO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34412	495439	MARTA COSTA HIPOLITO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34198	501100	MATEUS BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34202	501100	MATEUS BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34203	501100	MATEUS BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois o comportamento descrito no enunciado — estabilidade do consumo, seguido de aumento acentuado em determinado período e posterior retorno ao nível anterior — corresponde conceitualmente à demanda sazonal, caracterizada por oscilações de consumo ligadas a determinados momentos, épocas ou eventos, ainda que não tenham sido explicitamente citados no texto. Não se trata de demanda regular, que é constante ao longo do tempo; tampouco de demanda tendencial, que apresenta crescimento ou declínio progressivo e contínuo; nem de demanda decrescente, que indica redução permanente. Dessa forma, a alternativa assinalada como correta reflete a definição consagrada em gestão de demanda e deve ser mantida.	Indeferido
34204	501100	MATEUS BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão descreve um fenômeno específico de conservação documental: o aparecimento de manchas castanhas no papel, cuja origem ainda é debatida, podendo estar associada tanto a causas microbiológicas quanto à oxidação de impurezas metálicas. Esse processo é bastante comum em papéis ácidos ou emoldurados com materiais de baixa qualidade e recebe o nome de foxing. As demais opções não correspondem de forma precisa ao enunciado: a fragilização refere-se à perda de resistência física do suporte; a descoloração diz respeito ao esmaecimento das tintas ou do próprio papel; e a acidificação está relacionada ao acúmulo de ácidos que degradam as fibras do papel, mas não se manifesta necessariamente na forma de manchas castanhas.	Indeferido
34205	501100	MATEUS BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito deve ser mantido, pois o recurso correto para dar um espaço maior na primeira linha de cada parágrafo no Microsoft Word é o “Recuo Especial – Primeira linha”, disponível nas opções de formatação de parágrafo. O ajuste de espaçamento entre linhas modifica todo o texto, e não apenas a primeira linha; a inserção de quebras de página não tem relação com recuo; e a aplicação de estilos como “Título 1” serve para hierarquizar títulos, e não para formatar parágrafos. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito corresponde exatamente à função adequada, não havendo motivo para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34110	497579	MATHEUS DE OLIVEIRA PEDRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34075	521432	MAYARA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34144	521432	MAYARA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34154	521432	MAYARA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34176	488934	MICHELE SOUZA DE MELO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Sobre a letra "C" , o autor não afirma que a principal desvantagem é o impacto psicológico individual, ele apenas menciona a "baixa autoestima" como um exemplo de um conjunto de prejuízos.	Indeferido

34201	488934	MICHELE SOUZA DE MELO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34246	488934	MICHELE SOUZA DE MELO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34255	488934	MICHELE SOUZA DE MELO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34366	488934	MICHELE SOUZA DE MELO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34378	488934	MICHELE SOUZA DE MELO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido

34266	501940	NANCY DE JESÚS MOREIRA GARRIDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34268	501940	NANCY DE JESÚS MOREIRA GARRIDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34138	479849	NATHÁLIA SOBRAL FERREIRA FURTADO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34139	479849	NATHÁLIA SOBRAL FERREIRA FURTADO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34358	499513	NATHALIE DA SILVA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Observe o comando da questão: (...) "justifica-se pelo fato de...(exigir/estar). Portanto, não há erro de concordância, e sim de interpretação de sua parte.	Indeferido

34361	499513	NATHALIE DA SILVA SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34289	481853	PATRICK ALESSANDRO BOUMGRATZ SANT ANA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34291	481853	PATRICK ALESSANDRO BOUMGRATZ SANT ANA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34295	481853	PATRICK ALESSANDRO BOUMGRATZ SANT ANA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34296	481853	PATRICK ALESSANDRO BOUMGRATZ SANT ANA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34302	481853	PATRICK ALESSANDRO BOUMGRATZ SANT ANA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34303	481853	PATRICK ALESSANDRO BOUMGRATZ SANT ANA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34308	481853	PATRICK ALESSANDRO BOUMGRATZ SANT ANA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto. O substantivo "acesso" exige complemento.	Indeferido
34314	481853	PATRICK ALESSANDRO BOUMGRATZ SANT ANA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito que aponta como incorreta a afirmação de que empatia corresponde ao tratamento equânime e impessoal das pessoas. A empatia, na realidade, envolve a capacidade de compreender e se colocar no lugar do outro, criando vínculos de aproximação e favorecendo o chamado “rapport”, o que a torna incompatível com a ideia de impessoalidade. As demais assertivas refletem corretamente conceitos relacionados ao atendimento ao público, como o comportamento receptivo, caracterizado pela postura aberta e prestativa, e a flexibilidade necessária diante das especificidades de cada situação, que impede a adoção de scripts rígidos. Assim, não há fundamento para alteração do gabarito preliminar.	Indeferido
34258	497873	PAULO ROBERTO CARNEIRO DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34230	501027	PAULO ROBERTO LIMA DE AZEVEDO JUNIOR	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O substantivo "acesso" exige complemento. Portanto, o gabarito está correto.	Indeferido

34424	512570	PAULO VITOR DE OLIVEIRA CUNHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34435	512570	PAULO VITOR DE OLIVEIRA CUNHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34437	512570	PAULO VITOR DE OLIVEIRA CUNHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão descreve um fenômeno específico de conservação documental: o aparecimento de manchas castanhas no papel, cuja origem ainda é debatida, podendo estar associada tanto a causas microbiológicas quanto à oxidação de impurezas metálicas. Esse processo é bastante comum em papéis ácidos ou emoldurados com materiais de baixa qualidade e recebe o nome de foxing. As demais opções não correspondem de forma precisa ao enunciado: a fragilização refere-se à perda de resistência física do suporte; a descoloração diz respeito ao esmaecimento das tintas ou do próprio papel; e a acidificação está relacionada ao acúmulo de ácidos que degradam as fibras do papel, mas não se manifesta necessariamente na forma de manchas castanhas.	Indeferido
34439	512570	PAULO VITOR DE OLIVEIRA CUNHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34410	485960	PEDRO HENRIQUE A.B.DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34093	488152	PRINCIPE DOURO DE CHAVES SIMOES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34451	488152	PRINCIPE DOURO DE CHAVES SIMOES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34455	488152	PRINCIPE DOURO DE CHAVES SIMOES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34079	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34107	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34118	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O estoque máximo, dentro da gestão de estoques, corresponde ao limite superior de quantidade que pode ser mantido em armazenagem sem que isso gere custos desnecessários ou riscos de perdas. Ele é calculado a partir da soma do estoque de segurança, que garante proteção contra incertezas na demanda ou no prazo de reposição, com o lote de compra definido para o reabastecimento. Dessa forma, esse nível representa o ponto máximo permitido em estoque, servindo como referência para equilibrar a continuidade do abastecimento e o controle dos custos de armazenagem.	Indeferido
34122	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34143	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34150	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido

34189	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34196	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34206	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois o comportamento descrito no enunciado — estabilidade do consumo, seguido de aumento acentuado em determinado período e posterior retorno ao nível anterior — corresponde conceitualmente à demanda sazonal, caracterizada por oscilações de consumo ligadas a determinados momentos, épocas ou eventos, ainda que não tenham sido explicitamente citados no texto. Não se trata de demanda regular, que é constante ao longo do tempo; tampouco de demanda tendencial, que apresenta crescimento ou declínio progressivo e contínuo; nem de demanda decrescente, que indica redução permanente. Dessa forma, a alternativa assinalada como correta reflete a definição consagrada em gestão de demanda e deve ser mantida.	Indeferido
34207	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Analisando seu recurso, concluímos que o gabarito oficial está correto.	Indeferido
34209	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Sim, a crase decorre devido ao substantivo "acesso".	Indeferido
34290	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Belford Roxo (art. 21, V), as funções de confiança são destinadas exclusivamente a servidores ocupantes de cargo efetivo e vinculam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento. A alternativa está incorreta porque menciona a possibilidade de atribuir funções de confiança a contratados temporários, o que contraria o texto legal.	Indeferido
34292	520065	RAFAEL TEIXEIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O autor não afirma que a principal desvantagem é o impacto psicológico individual, ele apenas menciona a "baixa autoestima" como um exemplo de um conjunto de prejuízos.	Indeferido

34413	514871	RAFAELLA DE PAULA PACHECO NORONHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34404	517393	RAISA MEDEIROS DE SÁ SALES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. A alternativa correta é a letra (A), com a sequência V – F – V – V, conforme dispõe o Estatuto dos Servidores de Belford Roxo: • ☒ readaptação é hipótese de vacância (Art. 33, IV); • ☒ exoneração não depende de processo administrativo disciplinar, podendo ocorrer a pedido ou de ofício (Art. 34); • ☒ promoção, aposentadoria e falecimento são formas de vacância (Art. 33, III, V e VII); • ☒ demissão também é causa de vacância, conforme previsto em lei (Art. 33, II).	Indeferido
34087	496555	RAPHAEL ANDRÉ DA SILVA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34064	483227	RAPHAEL BESSA MIRANDA DAS NEVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34420	517825	RAQUEL DE SOUZA LIMA ALEXANDRINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34426	517825	RAQUEL DE SOUZA LIMA ALEXANDRINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34432	517825	RAQUEL DE SOUZA LIMA ALEXANDRINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34422	477638	RAQUEL ROCHA VILLAS BÔAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34423	477638	RAQUEL ROCHA VILLAS BÔAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34427	477638	RAQUEL ROCHA VILLAS BÔAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto. "frequentemente"	Indeferido
34428	477638	RAQUEL ROCHA VILLAS BÔAS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido

34164	489127	RAYANE SANTOS FERREIRA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34351	489799	RENAN SILVA DE MORAES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34085	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34146	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34157	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34169	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito deve ser mantido, pois o recurso correto para dar um espaço maior na primeira linha de cada parágrafo no Microsoft Word é o “Recuo Especial – Primeira linha”, disponível nas opções de formatação de parágrafo. O ajuste de espaçamento entre linhas modifica todo o texto, e não apenas a primeira linha; a inserção de quebras de página não tem relação com recuo; e a aplicação de estilos como “Título 1” serve para hierarquizar títulos, e não para formatar parágrafos. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito corresponde exatamente à função adequada, não havendo motivo para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34188	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34223	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois o comportamento descrito no enunciado — estabilidade do consumo, seguido de aumento acentuado em determinado período e posterior retorno ao nível anterior — corresponde conceitualmente à demanda sazonal, caracterizada por oscilações de consumo ligadas a determinados momentos, épocas ou eventos, ainda que não tenham sido explicitamente citados no texto. Não se trata de demanda regular, que é constante ao longo do tempo; tampouco de demanda tendencial, que apresenta crescimento ou declínio progressivo e contínuo; nem de demanda decrescente, que indica redução permanente. Dessa forma, a alternativa assinalada como correta reflete a definição consagrada em gestão de demanda e deve ser mantida.	Indeferido
34226	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34232	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34236	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. A alternativa (D) está correta, conforme o art. 61, IV da Lei Orgânica do Município de Belford Roxo, que atribui à Mesa da Câmara a competência para promulgar a Lei Orgânica e suas emendas.	Indeferido

34245	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O autor não afirma que a principal desvantagem é o impacto psicológico individual, ele apenas menciona a "baixa autoestima" como um exemplo de um conjunto de prejuízos.	Indeferido
34248	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão está clara e objetiva. Portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
34253	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão levou em conta o contexto; portanto, o gabarito oficial está correto.	Indeferido
34284	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Recurso Indeferido. O erro material não compromete a clareza do conteúdo, uma vez que os critérios listados, correspondem fielmente ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.112/1990, o que permitiu aos candidatos reconhecerem corretamente o conteúdo exigido.	Indeferido
34286	482405	RENATA FERREIRA DE SOUSA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de "A Sua Excelência...". A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas "Ao Senhor" ou "À Senhora". A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34446	476848	RICARDO GABRIEL DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome "Fernandes" antecede os demais em ordem alfabética, seguido por "Gusmão" e, posteriormente, por "Silva". Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34450	476848	RICARDO GABRIEL DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34453	476848	RICARDO GABRIEL DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34454	476848	RICARDO GABRIEL DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34463	476848	RICARDO GABRIEL DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34470	476848	RICARDO GABRIEL DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34271	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Analisando seu recurso, verificamos que o gabarito está correto.	Indeferido
34272	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão está de acordo com o edital.	Indeferido
34273	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34274	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida sem alteração de gabarito, pois o enunciado descreve de forma clara uma situação prática de busca de dados em planilha, sendo suficiente ao candidato identificar a função adequada para localizar uma informação em uma coluna a partir de um valor de referência em outra, o que corresponde à função PROCV. O conteúdo não extrapola o previsto em “Noções básicas de Informática”, uma vez que a utilização de planilhas eletrônicas e suas funções de pesquisa compõem os conhecimentos elementares exigidos para o desempenho das atribuições de cargos administrativos.	Indeferido
34277	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34278	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34279	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34280	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34281	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34282	497215	ROBERTA NICACIO DOS SANTOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito deve ser mantido, pois o recurso correto para dar um espaço maior na primeira linha de cada parágrafo no Microsoft Word é o “Recuo Especial – Primeira linha”, disponível nas opções de formatação de parágrafo. O ajuste de espaçamento entre linhas modifica todo o texto, e não apenas a primeira linha; a inserção de quebras de página não tem relação com recuo; e a aplicação de estilos como “Título 1” serve para hierarquizar títulos, e não para formatar parágrafos. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito corresponde exatamente à função adequada, não havendo motivo para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34285	503834	RODRIGO DE SOUZA SARMENTO CAVALCANTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34294	503834	RODRIGO DE SOUZA SARMENTO CAVALCANTI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34240	490486	RODRIGO PEREIRA DE CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido

34392	483799	RONALD SOARES DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34425	483799	RONALD SOARES DE SOUZA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34126	516869	ROSANA FERREIRA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34088	522472	RUAN DA SILVA REZENDE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34244	522472	RUAN DA SILVA REZENDE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34080	512613	RUAN DE SOUZA CARVALHO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34262	485733	SABRINA ZAMPIROLI	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34105	522897	SAMIR SILVA TAVARES DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34265	522897	SAMIR SILVA TAVARES DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34441	522897	SAMIR SILVA TAVARES DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34452	522897	SAMIR SILVA TAVARES DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34103	490740	SARA ELLEN ELIAS TELES ARAUJO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34339	491628	SIMONE OLIVEIRA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34370	491628	SIMONE OLIVEIRA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34119	506484	STEFANY SOARES VITORIA BRITTO CASSIANO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34264	506484	STEFANY SOARES VITORIA BRITTO CASSIANO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34191	507346	STHEFANY MARIA DE SOUZA FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34474	489487	SUE ELLEN DO NASCIMENTO BARROS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido

34475	489487	SUE ELLEN DO NASCIMENTO BARROS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34472	476700	SUELEN ROCHA VILLAS BÔAS DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34247	477872	SUSANA BRAGA LUCAS SUPLINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34250	477872	SUSANA BRAGA LUCAS SUPLINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34101	483835	TAIANA CORRÊA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido

34251	483835	TAIANA CORRÊA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34276	483835	TAIANA CORRÊA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34283	483835	TAIANA CORRÊA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34288	483835	TAIANA CORRÊA DA ROCHA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido

34175	499340	THAIANA BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34179	499340	THAIANA BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34182	499340	THAIANA BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois o comportamento descrito no enunciado — estabilidade do consumo, seguido de aumento acentuado em determinado período e posterior retorno ao nível anterior — corresponde conceitualmente à demanda sazonal, caracterizada por oscilações de consumo ligadas a determinados momentos, épocas ou eventos, ainda que não tenham sido explicitamente citados no texto. Não se trata de demanda regular, que é constante ao longo do tempo; tampouco de demanda tendencial, que apresenta crescimento ou declínio progressivo e contínuo; nem de demanda decrescente, que indica redução permanente. Dessa forma, a alternativa assinalada como correta reflete a definição consagrada em gestão de demanda e deve ser mantida.	Indeferido
34184	499340	THAIANA BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão descreve um fenômeno específico de conservação documental: o aparecimento de manchas castanhas no papel, cuja origem ainda é debatida, podendo estar associada tanto a causas microbiológicas quanto à oxidação de impurezas metálicas. Esse processo é bastante comum em papéis ácidos ou emoldurados com materiais de baixa qualidade e recebe o nome de foxing. As demais opções não correspondem de forma precisa ao enunciado: a fragilização refere-se à perda de resistência física do suporte; a descoloração diz respeito ao esmaecimento das tintas ou do próprio papel; e a acidificação está relacionada ao acúmulo de ácidos que degradam as fibras do papel, mas não se manifesta necessariamente na forma de manchas castanhas.	Indeferido
34190	499340	THAIANA BESSA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito deve ser mantido, pois o recurso correto para dar um espaço maior na primeira linha de cada parágrafo no Microsoft Word é o “Recuo Especial – Primeira linha”, disponível nas opções de formatação de parágrafo. O ajuste de espaçamento entre linhas modifica todo o texto, e não apenas a primeira linha; a inserção de quebras de página não tem relação com recuo; e a aplicação de estilos como “Título 1” serve para hierarquizar títulos, e não para formatar parágrafos. Dessa forma, a alternativa indicada no gabarito corresponde exatamente à função adequada, não havendo motivo para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34097	520492	THAMIRES ROMANA DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34199	490700	THIAGO SOUZA MARQUES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Aqui só tratamos de recursos sobre questões da prova e gabaritos. Procure o departamento adequado.	Indeferido
34062	506151	THIRZA CAROLINE ROZENDO SOARES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34338	506151	THIRZA CAROLINE ROZENDO SOARES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido
34219	507869	TIAGO FELIPE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34275	507869	TIAGO FELIPE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O gabarito está correto, uma vez que o Gmail possui a funcionalidade “Cancelar envio”, permitindo ao usuário desfazer o envio da mensagem por alguns segundos após clicar em enviar, de modo que a afirmativa que nega essa possibilidade está incorreta. As demais estão corretas: no Microsoft Word, a ferramenta “Substituir” localiza um termo e o troca automaticamente em todo o documento; no Windows, o atalho padrão Windows + E abre o Explorador de Arquivos; e a Lixeira pode ser acessada com um duplo clique no ícone correspondente na área de trabalho. Assim, não há fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido

34386	507869	TIAGO FELIPE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34066	486730	TIAGO RIBEIRO ALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O arquivamento pelo método dígito-terminal exige a leitura do número de trás para frente, separando-o em grupos de dois dígitos. Assim, o número 874.239 é dividido em 39 (grupo primário), 42 (grupo secundário) e 87 (grupo terciário), de modo que a ordenação correta se estabelece nessa sequência. Como o critério de organização prioriza primeiro o grupo primário, seguido do secundário e, por fim, do terciário, a resposta apresentada no gabarito está de acordo com a técnica arquivística, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34072	498723	UELINGTON DE OLIVEIRA GONCALVES	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34252	477967	VALDEMIR DE CASTRO SANTOS DE OLIVEIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O princípio abordado no enunciado refere-se à consciência, entendida como a capacidade do ser humano de projetar finalidades e deliberar sobre os meios necessários para atingi-las, o que corresponde à definição apresentada por Oliveira (2012). As demais alternativas não se ajustam ao conceito: eticidade está vinculada ao caráter normativo das condutas, solidariedade relaciona-se à cooperação entre indivíduos e altruísmo diz respeito a agir em benefício de outrem. Dessa forma, o gabarito encontra-se correto e o recurso deve ser indeferido, conforme a referência: Oliveira, Antônio Roberto. Ética profissional / Antônio Roberto Oliveira. — Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012.	Indeferido
34074	505449	VALDICÉIA FERREIRA DA COSTA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido

34161	480958	VALESCA RODRIGUES RAMOS	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A ata deve ser redigida em texto corrido, SEM USO DE PARÁGRAFOS, utilizando caneta preta preferencialmente, ou azul, e já no início deve apresentar a ideia geral da reunião, registrando a data, o local, a hora, o órgão responsável e quem a presidiu. É obrigatório indicar de qual instância se trata, como Conselho ou Assembleia, e registrar corretamente os nomes completos de todos os presentes, sem abreviações, rasuras ou espaços em branco. Após a primeira menção do nome por extenso, admite-se a utilização apenas do prenome para evitar repetições desnecessárias. Além disso, a ata deve manter caráter impessoal, sem elogios ou adjetivos, inutilizando linhas em branco e obedecendo às margens do documento, sendo lida e aprovada ao final da reunião ou, excepcionalmente, na seguinte.	Indeferido
34241	486740	VALMIR EVANGELISTA BEZERRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido
34293	486740	VALMIR EVANGELISTA BEZERRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34317	489035	VANESSA DO ESPIRITO SANTO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A afirmativa I está correta, pois descreve o padrão de uso de “A Sua Excelência...”. A afirmativa II está correta, já que o endereço deve ser dividido em duas linhas, conforme previsto. A afirmativa III está incorreta, porque, no caso de Vossa Senhoria, o endereçamento adequado é apenas “Ao Senhor” ou “À Senhora”. A afirmativa IV está correta, pois o alinhamento é feito à margem esquerda. Dessa forma, três afirmativas (I, II e IV) são verdadeiras, o que conduz ao gabarito: (B) três. Fonte: BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Manual de redação da Presidência da República / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.	Indeferido

34318	489035	VANESSA DO ESPIRITO SANTO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	A questão deve ser mantida com o gabarito originalmente indicado, uma vez que o enunciado trata da necessidade de prontidão no atendimento, enfatizando rapidez no envio de comprovantes, retorno de ligações e marcação de horários, o que corresponde ao conceito de responsividade, entendido como a capacidade de dar respostas rápidas e adequadas às demandas apresentadas. Os demais conceitos não se aplicam corretamente ao contexto descrito: proatividade refere-se a agir antecipadamente, responsabilidade diz respeito ao cumprimento de deveres e consequências, e competência envolve o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho profissional, sem traduzirem a ideia central de agilidade no atendimento ao público.	Indeferido
34321	489035	VANESSA DO ESPIRITO SANTO DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34400	518223	VITOR SILVA LINO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O recurso deve ser indeferido, pois a Curva ABC e a Classificação XYZ utilizam critérios distintos, sendo a primeira voltada ao valor de demanda em termos financeiros e a segunda ao grau de criticidade dos itens. A descrição apresentada no recurso sobre a análise ABC está correta, mas não invalida o fato de que a questão exigia justamente a diferenciação entre os métodos. Além disso, não há equivalência entre itens de maior valor de demanda e aqueles de baixa criticidade, já que pertencem a classificações diferentes e fundamentadas em critérios diversos. Diante disso, a questão permanece adequada, uma vez que a resposta correta corresponde à conceituação consagrada da Classificação XYZ, que avalia a criticidade e a importância estratégica dos materiais para a continuidade das operações.	Indeferido
34140	492951	WECSLAY DA SILVA E SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido
34269	501538	WELLISON RODRIGUES DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	O atendimento descrito envolve o uso da inteligência interpessoal, entendida como a capacidade de compreender aspectos subjetivos do outro e reagir de forma mais efetiva, uma vez que o auxiliar administrativo percebeu sinais sutis de irritação no cidadão e buscou responder com cuidado; nesse contexto, o conflito é latente, pois ainda não se manifestou de forma aberta, apenas em nível potencial. As demais alternativas estão incorretas, pois a inteligência emocional refere-se ao autogerenciamento das próprias emoções (“capacidade de identificar suas próprias emoções e agir racionalmente frente a elas”), a inteligência intrapessoal está ligada ao autoconhecimento, e o conflito manifestado pressupõe confronto explícito, o que não ocorre no caso descrito. Fonte: Freitas, Claudia Regina de. Relacionamento interpessoal e inteligência emocional no trabalho. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2024.	Indeferido

34081	479461	YASMIN FERREIRA DE OLIVEIRA NASCIMENTO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	No método alfabético, quando o elemento principal adotado é o último sobrenome, a ordenação deve respeitar a sequência das letras finais dos nomes dos servidores. Nesse caso, ao organizar as pastas, verifica-se que o sobrenome “Fernandes” antecede os demais em ordem alfabética, seguido por “Gusmão” e, posteriormente, por “Silva”. Dessa forma, a escolha indicada no gabarito está correta, não havendo fundamento para alteração, razão pela qual o recurso deve ser indeferido.	Indeferido